



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 4, SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 432, 731 e 1020/2021; 202/2022; 460, 498 e 510/2023; e 178/2024 sejam apreciados pelo Plenário (**Ofício nº 1/2026-CCT**). 7

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 282/2025. 10

1.1.2 – Comunicação

Do Senador Laércio Oliveira, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 6 a 13 de fevereiro (**Ofício nº 3/2026**). 12

1.1.3 – Conclusão de instrução

Conclusão da instrução dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 269 e 293/2024. 14

1.1.4 – Encaminhamento

Encaminhamento dos Ofícios nºs 854 a 856/2025, da Câmara dos Deputados; e s/nº, da Empresa de Publicidade Rio Preto S.A., à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática; do Ofício nº 1816/2026, do Banco Central do Brasil; e dos Ofícios nºs 2449 e 2906/2026, do Ministério da Fazenda, à Comissão de Assuntos Econômicos; e do Ofício nº 5656/2025, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. 16

1.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados



Projeto de Decreto Legislativo nº 290/2025, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani de Goiás, Estado de Goiás.* 19

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 290/2025. .. 22

Projeto de Lei nº 2014/2025, que *altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte.* 23

1.1.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 72/2026, na origem (**Mensagem nº 3/2026, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.* 29

1.1.7 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 24/2026, do Senador Jaime Bagattoli, que *susta os efeitos dos Decretos nºs 12.827, 12.828, 12.829, 12.830, 12.831, 12.832 e 12.833, de 26 de janeiro de 2026, que declaram de interesse social, para fins de desapropriação, diversos imóveis rurais, e dá outras providências.* 148

1.1.8 – Projetos de Lei

Nº 314/2026, do Senador Jorge Seif, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a prevenção da violência praticada por adolescentes, a responsabilização educativa de pais e responsáveis e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais.* 155

Nº 315/2026, do Senador Jorge Seif, que *altera o art. 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar ao aposentado que contribuiu para plano de saúde coletivo empresarial, o direito de permanência nas mesmas condições assistenciais, quando a aposentadoria ocorrer pelo Regime Geral de Previdência Social, pelo Regime Próprio de Previdência Social ou por regime de previdência complementar privada oferecido pelo empregador, mediante assunção integral do pagamento das mensalidades.* 163

Nº 329/2026, da Senadora Leila Barros, que *altera o art. 147-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aprimorar a tipificação do crime de perseguição (stalking).* .. 168

Nº 356/2026, do Senador Jorge Kajuru, que *altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir, em caráter excepcional, a violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, como hipótese de aplicação da medida de internação.* 174

1.1.9 – Projeto de Lei Complementar

Nº 16/2026, do Senador Flávio Arns, que *altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para dispor sobre o reconhecimento da deficiência auditiva para os efeitos que especifica.* 180



1.1.10 – Requerimentos

Nº 56/2026, do Senador Jaime Bagattoli, requer informações ao Senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal. 185

Nº 57/2026, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre a assistência às pessoas com acondroplasia no âmbito do SUS, incluindo diretrizes clínicas, linhas de cuidado e avaliação de tecnologias em saúde. 191

Nº 58/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso à Sra. Júlia Teresa Souza Leite, Delegada titular da Delegacia Seccional de Luís Correia, Estado do Piauí, pela atuação que resultou na prisão do suspeito em grave caso de violência doméstica ocorrido no Município de Luís Correia, na virada do Ano-Novo. 197

Nº 59/2026, do Senador Magno Malta, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rafael de Ávila Pantaleão, membro da Comunidade Evangélica Peniel (CEV Peniel). 201

Nº 60/2026, do Senador Magno Malta, requer voto de pesar pelo falecimento da Sra. Karina Sagassa Batista. 205

Nº 61/2026, do Senador Magno Malta, requer voto de aplauso ao Sr. Teófilo Hayashi, pelo movimento The Send Brasil 2026. 209

Nº 62/2026, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Sidônio Palmeira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre a contratação da jornalista Giuliana Morrone para atuar na TV Brasil, emissora vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). 214

Nº 63/2026, da Senadora Damares Alves e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 32 anos de criação da Agência Espacial Brasileira – AEB. 222

1.1.11 – Término de Prazo

Término do prazo, em 4 de fevereiro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 4298/2024. 226

PARTE III

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 227

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 230

4 – LIDERANÇAS 231

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 234

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 238

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 242

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 288



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 432, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Regeneração, Estado do Piauí.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 731, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária União de São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.020, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação a Serviço da Vida e da Verdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taciba, Estado de São Paulo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 202, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão - ACB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 460, DE 2023

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jardim Viel e Adjacência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sumaré, Estado de São Paulo.



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2023

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2023

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Recebido o Ofício nº 1, de 2026, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 6/2/2026 a 12/2/2026.





SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Ofício nº 001/2026 – SACCT

Brasília, 4 de fevereiro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica a aprovação terminativa de Projetos de Decreto Legislativo.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decreto Legislativo nº 432, 731 e 1020, de 2021; 202, de 2022; 460, 498 e 510, de 2023; e 178, de 2024, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, atendendo ao disposto no art. 91, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2908572962>

Ala Senador Alexandre Costa – Gabinete nº 05 - Subsolo
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-1120 – sacct@senado.leg.br

Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2025, que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Luís Paula Nunes para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Beberibe, Estado do Ceará;*

Nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 22, de 2025, a Presidência despacha a matéria à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: 6/2/2026 a 12/2/2026.



Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Laércio Oliveira

SF/26290 33364-04 (LexEdit)

Ofício nº 003/2026 - GSLAERCIO

Brasília, 2 de fevereiro de 2026

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 06/02/2026 a 13/02/2026.

Atenciosamente,

Senador Laércio Oliveira
(PP - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3236190388>



Conclusão de instrução



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2024

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2024

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Cooperação no Campo de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023.

Concluída a instrução das matérias, os Projetos de Decreto Legislativo aguardarão inclusão em Ordem do Dia oportunamente.



Encaminhamento



Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados às Comissões competentes, que os disponibilizarão nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 854/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rede Curitibana de Radiodifusão Ltda. para a Rádio 90.1 FM Ltda., relativa à CAC 68/2025.	Câmara dos Deputados	CCT
Of. nº 855/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para a Rádio Atitude FM Ltda., relativa à CAC 69/2025.	Câmara dos Deputados	CCT
Of. nº 856/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. para o Sistema Santafesulense de Comunicação Ltda., relativa à CAC 79/2025.	Câmara dos Deputados	CCT
Ofício S/N	Encaminha, em atenção aos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, a composição do capital social da EMPRESA DE PUBLICIDADE RIO PRETO S.A..	EMPRESA DE PUBLICIDADE RIO PRETO S.A.	CCT



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OFÍCIO Nº 1816/2026-BCB/SECR	Encaminha, em atendimento ao artigo 2º da Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021, o Relatório do Banco Central do Brasil sobre depósitos voluntários remunerados a prazo, do quarto trimestre de 2025.	BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN	CAE
OFÍCIO SEI Nº 2449/2026/MF	Informa, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, a publicação no sítio do Tesouro Nacional dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em dezembro de 2025, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Ministério da Fazenda	CAE
OFÍCIO SEI Nº 2906/2026/MF	Encaminha, em cumprimento aos artigos 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, o Relatório de Execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao quarto trimestre de 2025.	Ministério da Fazenda	CAE
OFÍCIO Nº 5656/2025/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA	Encaminha, em obediência ao §3º, ao art. 18, da Lei 13.848, de 26 de junho de 2019, o Plano de Gestão Anual (PGA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, para o ano de 2026.	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	CTFC



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 290, DE 2025

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani de Goiás, Estado de Goiás.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2921768&filename=PDL-290-2025

- Demais documentos

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2828773&filename=Tramitacao-TVR%20633/2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 290/2025 [1 de 3]



Data do Documento: 15/12/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani de Goiás, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.144, de 22 de outubro de 2020, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária Guarani para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 26 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?codigo=0910BF7700749380>

Avulso do PDL 290/2025 [2 de 3]

3054048



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 1/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2025, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani de Goiás, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 04/02/2026 16:07:46.277 - Mesa

DOC n.75/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265305982700>
As

Avulso do PDL 290/2025 [3 de 3]



Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2025, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani de Goiás, Estado de Goiás.*

Nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 22, de 2025, a Presidência despacha a matéria à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: 6/2/2026 a 12/2/2026.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2014, DE 2025

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2896366&filename=PL-2014-2025



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2014/2025 [1 de 5]



Data do Documento: 02/02/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 207 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 207. Ficam instituídos o Dia Nacional do Esporte, a ser celebrado, anualmente, no dia 23 de junho, e a Semana Nacional do Esporte, a ser celebrada na semana que compreender essa data.

§ 1º O Dia Nacional do Esporte e a Semana Nacional do Esporte têm por finalidade incentivar a prática esportiva como instrumento de promoção da saúde, da inclusão social, da educação e da qualidade de vida, bem como promover sua valorização em todas as faixas etárias e modalidades.

§ 2º As comemorações deverão ser promovidas pelo poder público, em colaboração com instituições de ensino, organizações esportivas e entidades da sociedade civil, por meio de eventos, de debates, de campanhas, de ações educativas e de atividades práticas direcionados à divulgação dos benefícios físicos, mentais e sociais do esporte.

§ 3º No período a que se refere o *caput* deste artigo, serão estimuladas parcerias entre o

3071148



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3071148>

Avulso do PL 2014/2025 [2 de 5]



Data do Documento: 02/02/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

poder público, instituições de ensino, organizações esportivas e entidades da sociedade civil, bem como a cooperação entre os entes federativos, com vistas à promoção de políticas públicas, à formação esportiva, à divulgação de boas práticas e à difusão do esporte como direito social e ferramenta de transformação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 19 de dezembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3071148>

3071148

Avulso do PL 2014/2025 [3 de 5]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 23/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.014, de 2025, da Câmara dos Deputados, que "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 03/02/2026 11:52:33.830 - Mesa

DOC n.14/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD266849484200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

Avulso do PL 2014/2025 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.597, de 14 de Junho de 2023 - Lei Geral do Esporte (2023) - 14597/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14597>

- art207



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2026

(nº 72/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 3/2026 [1 de 117]



MENSAGEM Nº 72

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de janeiro de 2026.





EXM nº 978/2025

Brasília, 18 de dezembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 18/12/2025, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7227840** e o código CRC **7E404B08** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.001814/2025-66

SEI nº 7225424

Avulso da MSF 3/2026 [3 de 117]

Exposição de Mi



00333.001829/2025-24



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 102/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2026, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Avulso da MSF 3/2026 [4 de 117]





A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7320106** e o código CRC **7FDF5FAB** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.001829/2025-24

SEI nº 7320106

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**

CPF.: Informações Pessoais

ID.: Informações Pessoais

1969 Filho de Informações Pessoais

Dados Acadêmicos:

1990	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1994	CPCD, IRBr
2004	CAD, IRBr
2011	LVI CAE - IRBr - Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas - com louvor

Cargos:

1995	Terceiro-secretário
2000	Segundo-secretário
2004	Primeiro-secretário
2007	Conselheiro
2012	Ministro de segunda classe
2022	Ministro de primeira classe

Funções:

1996-2000	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, assistente
2000-03	Delegação Permanente em Genebra, terceiro-secretário e segundo-secretário
2003-05	Secretaria de Planejamento Diplomático, assistente
2005-07	Gabinete do Ministro, assessor
2007-10	Embaixada em Washington, conselheiro
2011-13	Embaixada em Havana, conselheiro comissionado ministro-conselheiro e ministro-conselheiro
2013-19	Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, diretor
2019-22	Departamento de Promoção do Agronegócio, diretor
2022-23	Departamento de Energia e Agronegócio, diretor
2023	Departamento de Energia, diretor
2023-25	Ministério da Saúde, Assessoria Internacional, chefe
2025-	Departamento de Política Econômica, Financeira e de Serviços, diretor



Obras Publicadas:

- | | |
|------|--|
| 2008 | A Incompatibilidade entre o Racismo e a Democracia: uma iniciativa brasileira na Comissão de Direitos Humanos. In: O Brasil e a ONU/Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília : FUNAG, 2008. pp. 205-16 |
| 2011 | Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 292 p. |
| 2019 | Subsídios Agrícolas: uma tarefa inconclusa da OMC. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Edição 140, julho-setembro de 2019. Rio de Janeiro: FUNCEX, 2019. pp. 20-27 |

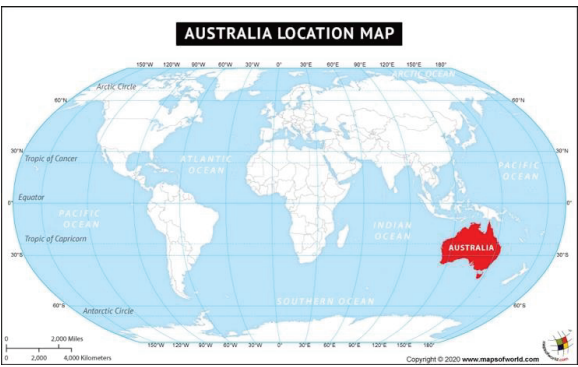
Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 1996 | Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, medalha de bronze |
| 2003 | Ordem de Rio Branco, Brasil, cavaleiro |



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

AUSTRÁLIA



Maço ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7 682 300 km ²
POPULAÇÃO (2024)	27,204,809 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela governadora-geral, Sam Mostyn (<i>desde julho de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Anthony Albanese (<i>desde maio de 2022; reeleito em maio de 2025</i>)
CHANCELER	Penny Wong (<i>desde maio de 2022</i>)
PIB nominal (2024)	US\$ 1,75 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 1,93 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB nominal per capita (2024)	US\$ 64,404 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 71,193 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,4% (2024); 3,4% (2023); 4,2% (2022); 2,1% (2021); -0,1% (2020); (<i>Banco Mundial</i>) crescimento ininterrupto por 28 anos até 2020
IDH (2024)	0,946 (10°) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	83 anos (<i>Banco Mundial</i>)
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 06/09/2023</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sophie Millicent Grant Davies (<i>desde fevereiro de 2023</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 52 910 brasileiros residentes na Austrália em 2020.
CUMULATIVIDADES	Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné, Vanuatu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil ↔ Austrália	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan-nov)
Intercâmbio	1.453	1.248	1.827	1.598	1.407	1.041	1.716,1	3.400,4	2.712,9	2.005, 3	1.700
Exportações	400	419	464	473	456	467	560,6	732,8	712,7	612, 6	706,7
Importações	1.052	829	1.363	1.125	951	574	1.155,5	2.667,6	2.000,2	1.392,7	943,5
Saldo	-712	-410	-652	-652	-495	-107	-594,9	-1.934,8	-1.287,5	-780.032,	-236,9



PERFIS BIOGRÁFICOS**Sam Mostyn**

Governadora-Geral da Austrália (representante de Sua Majestade o Rei Charles III)



Sam Mostyn tomou posse como a 28ª Governadora-Geral da Austrália, em 01/07/2024, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo. É empresária, advogada e líder comunitária, com atuação nos setores empresarial, esportivo, cultural e ambiental, bem como em organizações sem fins lucrativos. Foi Presidente do Australian Council for International Development (ACFID) de 2013 a 2017. É reconhecida por sua atuação em prol da igualdade de gênero e do enfrentamento da mudança do clima.

Anthony Albanese

Primeiro-Ministro da Austrália



Nascido em 02/03/1963, em Darlinghurst (Sydney, Nova Gales do Sul), formou-se em Economia pela Universidade de Sydney. Antes de ingressar no Parlamento, atuou como assessor político. Filiou-se ao Partido Trabalhista em 1979. Foi eleito para a Câmara dos Representantes em 1996, pelo distrito de Grayndler (Nova Gales do Sul), sendo sucessivamente reeleito, inclusive em 2025. Tomou posse como Primeiro-Ministro em 23/05/2022 e reassumiu para o segundo mandato em 13/05/2025.

Penelope Ying-Yen Wong

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Penelope Ying-Yen Wong nasceu em 05/11/1968, na Malásia. É graduada em Direito pela Universidade de Adelaide. Foi Ministra para Mudança do Clima e Água (2007–2010) e Ministra das Finanças e da Desregulamentação (2010–2013). Antes de concluir os estudos, realizou intercâmbio de aproximadamente um ano no Brasil.



VISÃO GERAL

A Austrália é uma democracia liberal, multiétnica e tradicional defensora do livre comércio. Parceiros estratégicos desde 2012, Brasil e Austrália comemoram, em 2025, 80 anos de relações diplomáticas (estabelecidas em 1945). Há amplo espaço para aprofundar os laços entre as duas potências regionais. Os dois países são grandes produtores e exportadores de minérios, particularmente minério de ferro. O setor agrícola também apresenta potencial, inclusive no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores australianos, bem como em acompanhar modificações recentes na regulação de investimento direto estrangeiro em setores estratégicos na Austrália.

O comércio bilateral e os investimentos recíprocos têm apresentado dinamismo e demonstram potencial de adensamento. Em 2022 registrou-se recorde do intercâmbio comercial, que alcançou US\$ 3,4 bilhões. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália, incluindo operações e investimentos de JBS e Minerva Foods. Registra-se, ademais, que a maior parte do investimento direto australiano na América Latina tem como destino o Brasil e que mais de 75 empresas australianas operam no país, em setores como infraestrutura, serviços de engenharia, mineração e saúde.

Aspecto importante da agenda bilateral é o intercâmbio estudantil decorrente do contingente de estudantes brasileiros na Austrália, que, em dezembro de 2019, representava 3% do total de estudantes internacionais no país (cerca de 23 mil pessoas, em termos aproximados) e figurava entre os cinco principais países de origem. Em termos de matrículas, o pico pré-pandemia foi de aproximadamente 40 mil em 2019. Após a queda desses números, ocasionada pela pandemia de covid-19, observou-se retomada gradual a partir de 2022, ainda com recomposição do perfil dos países de origem.

A Austrália é, por fim, importante parceiro do Brasil na esfera multilateral. Além de apoiar a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países convergem no interesse de fortalecer o multilateralismo e de preservar um sistema de comércio internacional baseado em regras, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). No Grupo de Cairns, os australianos têm-se engajado em retomar a proatividade do mecanismo, em defesa dos interesses dos países agroexportadores no contexto da reforma agrícola da OMC.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Por meio do Decreto nº 19.445, de 16/08/1945, criou-se uma Legação do Brasil na Austrália, com sede em Camberra. A legação foi instalada em 1946, em reciprocidade à instalação, no mesmo ano, da primeira representação diplomática australiana na América Latina, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil mantém Embaixada em Camberra e Consulado-Geral em Sydney; a Austrália mantém Embaixada em Brasília e Consulado-Geral em São Paulo.

Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação em temas de comum interesse, que se reúne a cada dois anos.

Marco importante das relações bilaterais foi a elevação, em 2012, do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica, anunciada no Comunicado Conjunto Brasil–Austrália (Rio de Janeiro, 21/06/2012), por ocasião de encontro entre a Primeira-Ministra (PM) Julia Gillard e a Presidenta da República (PR) Dilma Rousseff, à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Parceria Estratégica tem como objetivo intensificar os contatos de alto nível entre as duas nações. Antecedente esse marco o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil–Austrália, assinado em 21/09/2010, em Nova York, acompanhado de Plano de Ação com áreas prioritárias de cooperação.

No âmbito global, os dois países compartilham atributos de potência regional: são países continentais, com sociedades multiétnicas e economias diversificadas; e são grandes produtores e exportadores de alimentos e de minerais, com destaque para cadeias ligadas a mineração, energia e agropecuária. A agenda econômico-comercial é parte importante do relacionamento bilateral, conforme exposto abaixo.

Mecanismo de Consultas Políticas

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil–Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A XII Reunião de Consultas Políticas foi realizada em 06/03/2024, em Camberra. Foram tratados os principais temas da pauta bilateral: comércio, investimentos, acordos (perspectiva de negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação – ADT, prevista para começar em 2025), povos originários, interesse australiano em exportar cevada e trigo para o Brasil, interesse brasileiro em exportar carne suína para a Austrália, temas de gênero, temas de educação e implementação do acordo férias-trabalho, entre outros. Houve também discussão sobre a cooperação entre os dois países em foros multilaterais.

Comércio e investimentos

Análise do comércio bilateral

A Austrália é aproximadamente a 14ª economia do mundo, membro do G20 e da OCDE e grande exportador mineral e agrícola. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2022, quando alcançou US\$ 3,4 bilhões. Em 2024, o intercâmbio comercial bilateral foi de cerca de US\$ 2,1 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,7 milhões e as



importações, cerca de US\$ 1,49 bilhão. De janeiro a setembro de 2025, as exportações brasileiras para a Austrália somaram US\$ 530,9 milhões (alta de 20,4% em relação ao mesmo período do ano anterior).

O fluxo comercial é tradicionalmente deficitário para o Brasil em razão da importação de carvão mineral e derivados. Em 2024, os combustíveis minerais, com destaque para o carvão, responderam por parcela majoritária das importações brasileiras provenientes da Austrália. Em 2024, os principais produtos comprados pelo Brasil incluíram carvão não aglomerado; coques e semicoques de hulha; plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes; aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; e aparelhos elétricos para ligação de circuitos. O café destaca-se como o produto brasileiro mais exportado para os australianos, seguido de bens industrializados. Entre os produtos exportados em 2024, figuraram café não torrado; minérios de cobre; equipamentos de engenharia civil; celulose; e amidos, glúten de trigo e cola.

Análise de investimentos

Segundo o relatório World Investment Report 2024, da UNCTAD, a Austrália foi o 15º maior investidor direto mundial, com estoque no exterior de US\$ 710,6 bilhões em 2023. Já no sentido de recepção de investimento estrangeiro, o país ocupou o 16º lugar, com valor de US\$ 807,4 bilhões. A título comparativo, no mesmo período o estoque de investimento direto brasileiro no exterior foi de US\$ 365,8 bilhões, colocando o país no 23º lugar mundial. No sentido de recepção, o valor foi de US\$ 997,6 bilhões, ocupando a 14ª posição.

Investimentos australianos no Brasil

Dados do Banco Central do Brasil indicam que, em 2023, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital) alcançou US\$ 3,8 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, menos de 1% do total. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US\$ 2,7 bilhões) e de transformação (US\$ 1,3 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços digitais, transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.

Em 2024, o estoque de investimento estrangeiro direto (IED) australiano no Brasil alcançou US\$ 7,2 bilhões (23º maior estoque entre as origens).

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2023, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 255 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 7% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US\$ 19 milhões); (ii) moedas e depósitos (US\$ 12 milhões); e (iii) imóveis (US\$ 3 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Minerva, VALE, WEG e Marcopolo. Os maiores investimentos brasileiros estão concentrados na área de proteína animal. A JBS é a maior empresa de proteína animal do



país e processa carnes bovina e suína, bem como salmão. Já a Minerva é a maior processadora de carne ovina da Austrália.

Cooperação bilateral

Brasil e Austrália mantêm agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo número crescente de áreas. Embora o portfólio de projetos ainda não seja plenamente representativo do potencial bilateral, os dois países têm características comuns, que sustentam e impulsionam a cooperação. Ambos são países continentais, megadiversos, que detêm conhecimentos tradicionais de seus povos originários. Contam, também, com expertise em áreas comuns, em decorrência das características similares de suas respectivas economias e da disponibilidade de recursos naturais, como, por exemplo, pesquisa em agricultura, mineração, gestão de recursos hídricos e energias renováveis, incluindo soluções de baixo carbono (a exemplo do hidrogênio). Além disso, Brasil e Austrália têm muito a ganhar no intercâmbio em ciência e tecnologia, defesa e segurança, saúde, educação, pesquisa polar e antártica, área nuclear para fins pacíficos, entre outros.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Brasil e Austrália são os dois maiores produtores de ciência do hemisfério sul, com interesse crescente das duas comunidades científicas em intercambiar conhecimentos e considerável complementariedade de excelência: o Brasil como um dos países mais avançados em pesquisa agrícola e em doenças tropicais, e a Austrália, em saúde, engenharia e ciências biológicas. As relações bilaterais em ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Austrália ganharam impulso formal com a assinatura, em 2017, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Acordo entrou em vigor internacional em 21/05/2021 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 10.772, de 20/08/2021. Realizou-se, em dezembro de 2022, a primeira reunião de seu Comitê Conjunto, em Sydney. Somou-se a esse arcabouço a assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) entre o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e o Department of Education da Austrália, com vistas a estimular parcerias em pesquisa. Coube destaque para as seguintes áreas: energias limpas; biotecnologia; resiliência em desastres naturais; tecnologias quânticas; inteligência artificial; manejo de águas; ciências oceânicas e polares.

Cooperação educacional

A Austrália é destino relevante para estudantes brasileiros. Na educação superior, por exemplo, figura entre os 10 países que mais receberam bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos 25 anos, em nível de mestrado, doutorado ou outras modalidades. A presença de brasileiros realizando intercâmbios para estudos de inglês também é expressiva. Segundo o Departamento de Educação da Austrália, estudantes brasileiros constituem o oitavo maior grupo nacional de estrangeiros no país, perfazendo 35.247 em 2025. Do total de estudantes brasileiros, 51% estão matriculados em cursos profissionalizantes, 42% em cursos de aprendizado de língua inglesa e 5% em cursos de nível superior, com o restante distribuído por outros segmentos. O Ministério da Educação do Brasil e o Departamento de Educação da Austrália negociam a



renovação de MoU sobre educação, pesquisa e formação profissional por 10 anos, assinado em 03/07/2015. A Austrália não integra a rede de países participantes do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferta vagas em instituições de ensino superior brasileiras para graduação (PEC-G), pós-graduação (PEC-PG) e estudo de português como língua estrangeira (PEC-PLE).

Potencial de cooperação em energia renovável/bicombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. **No contexto da meta** nacional de atingir 82% de eletricidade renovável até 2030, cresce a demanda por soluções de armazenamento, integração à rede e cadeias de suprimento associadas à transição energética. Sobre biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland. A mistura autorizada de etanol na gasolina é de dez por cento. Abre-se espaço para cooperação em biocombustíveis avançados e SAF, inclusive em certificação e contabilidade de emissões no ciclo de vida, além de P&D em biomassa e hidrogênio.

Potencial de cooperação na área da saúde

Brasil e Austrália compartilham esforços no combate a enfermidades como dengue, zika e chikungunya, por intermédio de projeto que utiliza a bactéria wolbachia para reduzir a capacidade do mosquito *Aedes aegypti* de transmitir essas doenças (World Mosquito Program). O método foi pioneiramente testado no norte de Queensland, com liberações desde 2011, e tende a ser autossustentável após sua introdução na população local de mosquitos. No Brasil, a iniciativa vem sendo ampliada, inclusive com a inauguração, em 2025, de biofábrica de grande escala em Curitiba, reforçando a capacidade de produção e disseminação do método. Há potencial adicional de cooperação em vigilância epidemiológica, avaliação de impacto, modelagem de risco climático e capacitação de resposta a arboviroses.

Temas culturais

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) organiza, anualmente, o “Latin American Film Festival - LAFF”. Em agosto de 2025, foi realizada a 20ª edição do LAFF. O festival, organizado pela Embaixada em coordenação com o GRULAC, apresentou filmes dos países-membros do grupo em dez cidades australianas.

Adidâncias

Em setembro de 2025, a PF indicou prever para 2026 a efetiva abertura das instalações da adidância da Polícia Federal (PF) em Camberra. O posto deu início, então, aos procedimentos junto ao governo local com tal objetivo.

O Brasil nomeou, também, um novo adido agrícola para atuar na capital australiana, cujas atividades têm início previsto para 15 de janeiro de 2026.

Acordos bilaterais em negociação



Tratado para evitar a dupla tributação (ADT)

A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Houve encontro presencial, em dezembro de 2024, em Brasília, entre os representantes técnicos dos dois países.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e a assinatura se deu em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane. O instrumento foi ratificado pelo lado australiano em 2016.

Em 26/07/2024, o instrumento foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 1154. A Mensagem foi distribuída inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), onde recebeu parecer favorável. Em dezembro de 2025, aguarda ainda deliberação em plenário.

Acordo de Previdência Social

Em novembro de 2024, foram lançadas negociações entre Brasil e Austrália para a celebração de acordo previdenciário, que deverá beneficiar a comunidade brasileira residente no país, hoje estimada em 60 mil pessoas.

Quadro de acordos bilaterais em negociação

Acordo	Status
Tratado para evitar a dupla tributação	Minuta de acordo foi adiantada pela Receita Federal à embaixada australiana em Brasília, em 2016. Houve reunião presencial entre os técnicos dos dois países em dezembro de 2024.
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro.
Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal	A Austrália ratificou o texto em 2016. Em dezembro de 2025, o texto aguarda apreciação do plenário.
Acordo de Previdência Social	Negociações entre Brasil e Austrália foram lançadas em novembro de 2024.
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro, atualmente em análise pela Austrália.

ACORDOS BILATERAIS			
Acordo	Celebração	Tramitação	Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do	31/03/2022	Em Vigor	Vistos e Imigração



Brasil e o Governo da Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	07/09/2017	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	15/11/2014	Aguarda apreciação no plenário do Congresso	Direito Penal
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada	22/09/2010	Em Vigor	Declaração Conjunta
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	21/04/2010	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Matéria Sanitária	02/04/1998	Em Vigor	Sanidade Animal e Vegetal - Entendimento
Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Extradicação
Acordo, por Troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Dependentes - Atividades Remuneradas - Relações Diplomáticas e Consulares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	27/08/1990	Substituído	Consultas Diplomáticas - Entendimento
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	23/02/1978	Em Vigor	Comércio



Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Austrália	16/07/1969	Suspenso	Vistos e Imigração
Comunicado Conjunto Brasil – Austrália	06/07/1965	Em Vigor	Declaração Conjunta
Entendimento Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	24/10/1950	Denunciado	Comércio
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	19/07/1939	Substituído	Comércio
Tratado entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos do Brasil para a criação de uma Comissão de Paz (Aplicável à Austrália)	04/04/1919	Em Vigor	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (Aplicável à Austrália)	18/06/1909	Em Vigor	Arbitragem e Conciliação
Acordo entre a o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil para Entrega de Desertores de Navios Mercantes (Aplicável à Austrália)	30/07/1888	Em Vigor	Desertores

Temas consulares

A rede consular é atendida pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, contando, ainda, com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos. Pesquisas acadêmicas indicam, ainda, que a comunidade brasileira registrou crescimento de 812% entre os anos 2000 e 2020. A comunidade seria composta, predominantemente, por pessoas entre 20 e 49 anos de idade, que em geral ingressam no país com vistos de estudante.

De acordo com dados de 2024, a comunidade brasileira na Austrália continuou a expandir-se de forma expressiva. Os últimos dados populacionais publicados pelo Australian Bureau of Statistics (ABS), referentes a junho de 2024, indicaram haver 72.920 residentes na Austrália nascidos no Brasil. O número representa crescimento de 56% em relação aos dados do relatório Comunidades Brasileiras no Exterior (ano-base 2022) e de mais de 300% na última década. De acordo com os dados publicados, a faixa etária média desses brasileiros é de 35 anos, sendo 53% mulheres e 47% homens.

Tal crescimento da comunidade brasileira reflete-se no aumento significativo da demanda por serviços consulares, em especial de renovação de passaportes. Como apontado no balanço feito no primeiro semestre de 2025, a emissão de passaportes registrou crescimento de 40% em relação a 2024 e de 57% em comparação com 2023, tendo sido emitidos 1.857 passaportes comuns nos primeiros seis meses de 2025.

Temas multilaterais



Historicamente, ambos os países participam ativamente de diversas instâncias multilaterais. A Austrália apoia a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a proposta do G4 e o pleito brasileiro por assento permanente. Ademais, os dois países mantêm histórico de apoio recíproco em candidaturas a órgãos multilaterais.

No âmbito comercial, coordenam-se para buscar posições conjuntas quanto à reforma da OMC, especialmente no que concerne ao Órgão de Solução de Controvérsias. Ambos integram o Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa, além de copatrocinarem propostas e iniciativas dentro da OMC. No G20, Brasil e Austrália tendem a manter posições convergentes, especialmente em temas digitais.

Os dois países colaboram em iniciativas em prol da segurança alimentar global, bem como na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas e na gestão sustentável de recursos naturais (G20, FAO e OCDE). Convergem, ainda, em posicionamentos voltados a reduzir o protecionismo de outros mercados e eliminar subsídios distorcivos, a fim de tornar o comércio agrícola mais justo e eficiente.

G20

Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do G20. O Primeiro-Ministro Anthony Albanese participou da Cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, ocasião em que realizou encontros bilaterais com representantes de alto nível de Índia, China, Reino Unido, União Europeia e Turquia. Na sessão de abertura do G20, Albanese mencionou a necessidade de ação coordenada entre os países do grupo para conter a inflação mundial e registrou que a Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Encontros de alto nível

Visitas e encontros de Chefes de Estado e de Governo

O último encontro de chefes de governo entre Brasil e Austrália ocorreu em 19/05/2023, à margem do segmento de engajamento externo (*outreach*) da 49ª Cúpula do G7, em Hiroshima. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Anthony Albanese trataram da ampliação das relações entre os dois países, de temas de meio ambiente, da Copa do Mundo de Futebol Feminino e de relações trabalhistas, em particular no que se refere a trabalhadores de aplicativos. O Presidente Lula foi convidado a visitar a Austrália.

Durante a Cúpula do G20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o Presidente Michel Temer, e ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante os Jogos Olímpicos, em agosto de 2016, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado, em seguida, ao Brasil, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica, durante encontro com a Presidente Dilma Rousseff. Pelo lado brasileiro, a participação de Dilma Rousseff na Cúpula do G20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita



de mandatário brasileiro à Austrália. As duas mandatárias haviam se encontrado à margem da cúpula do G20, em novembro de 2011, em Cannes.

Encontros de Chanceleres

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião de sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então Chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil.

O então Ministro Celso Amorim e Kevin Rudd (na função de Ministro dos Negócios Estrangeiros) assinaram, em Nova York, em setembro de 2010, Memorando de Entendimento (MdE) para estabelecimento de parceria reforçada. Em dezembro do mesmo ano, Rudd esteve na Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, ocasião em que, juntamente com os chanceleres do bloco e da Nova Zelândia, firmou declaração conjunta de criação de foro de diálogo periódico de funcionários de alto nível sobre temas de comércio.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o Chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson também foi a Brasília, onde se encontrou com o Chanceler Patriota.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, a Chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo Chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado o Memorando de Entendimento em Educação.

Em outubro de 2017, à margem da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o Chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os Ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em maio e em dezembro de 2020, o Chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne.

Em 23/10/2023, o Ministro Mauro Vieira recebeu telefonema da MNE Penny Wong para tratar do conflito entre Israel e Palestina. Conversaram também sobre a utilização de submarinos a propulsão nuclear sob a égide da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Sr. ME convidou a Chanceler Wong para visita ao Brasil.

O Ministro Mauro Vieira manteve encontro, em 20/02/2024, com a Senadora Katy Gallagher, Ministra das Finanças, Mulheres e Serviço Público, chefe da delegação australiana à reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20.

À margem da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13 – Abu Dhabi, 26-29/02/2024), o Ministro Mauro Vieira manteve reunião com o Ministro do Comércio da Austrália, Don Farrell. Os principais temas tratados foram as perspectivas de resultados para



a MC13, a presidência brasileira no G20 e as respectivas negociações de acordos com a União Europeia.

A delegação australiana na COP30 foi chefiada pelo Ministro para Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Federação, em 1901, a Austrália enfrenta o desafio de conciliar sua herança institucional europeia com sua inserção geográfica no Indo-Pacífico, de forma a forjar sua identidade nacional. Ao longo de sua história, a Austrália tem enfrentado a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em seu próprio entorno. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade conferida à defesa e à segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e, por outro, a aproximação gradual, em suas mais diversas dimensões, com os países da Ásia-Pacífico.

Em 2025, o Primeiro-Ministro Anthony Albanese pronunciou discurso sobre os rumos da política externa australiana em seu segundo mandato, defendendo orientação mais autônoma e voltada aos interesses nacionais e regionais. Sustentou que a Austrália deve manter sua capacidade de decisão independente, mesmo em meio a alianças históricas, como a mantida com os Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro Albanese participou, em junho de 2025, já reeleito para segundo mandato, da Cúpula do G7, realizada no Canadá. Na oportunidade, encontrou-se bilateralmente com representantes do Canadá, da Coreia do Sul, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Japão, do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, além de autoridades do governo dos Estados Unidos (em decorrência da partida do Presidente Donald Trump logo no início do evento), bem como participou de sessões de trabalho sobre o futuro da segurança energética global e tecnologias emergentes.

Em julho de 2025, o Primeiro-Ministro encontrou-se com o Presidente da China, Xi Jinping. A viagem ocorreu em momento de reaproximação bilateral, após deterioração das relações em anos recentes. Os dois lados anunciaram a criação de Diálogo Político sobre a Descarbonização do Aço e assinaram acordos sobre temas como comércio, turismo e agricultura.

Em setembro do mesmo ano, a Austrália reconheceu a Palestina como Estado soberano e independente. O anúncio, realizado à margem da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi coordenado com o Reino Unido e com o Canadá.

Reeleição de Donald Trump (5/11/24)

O Primeiro-Ministro Albanese congratulou Trump por telefone pela vitória eleitoral e mencionou a importância da aliança entre Estados Unidos e Austrália nas áreas econômica e de segurança, com destaque para a parceria AUKUS (Austrália-Reino Unido-Estados Unidos). O Primeiro-Ministro destacou o papel de liderança dos Estados Unidos na estabilidade e segurança do Indo-Pacífico e a relevância da aliança bilateral.

Quanto às “tarifas recíprocas” impostas por Trump, a tarifa geral aplicada pelos Estados Unidos à Austrália foi estabelecida em 10% (as Ilhas Norfolk, território australiano,



tiveram tarifa de 29%). O Primeiro-Ministro Albanese lamentou a decisão estadunidense. O Primeiro-Ministro descartou a adoção de tarifas retaliatórias, as quais, na perspectiva do governo australiano, apenas contribuiriam para elevar ainda mais o custo de vida da população. Entre os setores mais afetados, destacam-se as exportações agrícolas australianas, sobretudo a carne bovina, principal produto exportado para os Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado federal, composto por seis estados (Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul e Tasmânia) e dois territórios continentais autogovernados (Território da Capital Australiana e Território do Norte). O país é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de Estado é o rei Charles III, representado pela Governadora-Geral, Sam Mostyn. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados. O sistema legal australiano é consuetudinário (*common law*), baseado no modelo inglês. A Alta Corte da Austrália (*High Court of Australia*) é composta por 7 juízes, incluindo o Chefe de Justiça (*Chief Justice*).

O Parlamento federal é bicameral. O Senado (*Senate*) é formado por 76 membros: 12 de cada um dos 6 estados e 2 de cada um dos 2 territórios. Os senadores são eleitos por votação proporcional para mandatos de 6 anos, com renovação, a cada 3 anos, de metade dos assentos dos estados e da totalidade dos assentos dos territórios. A Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) é composta por 150 deputados, eleitos diretamente nos respectivos distritos eleitorais (um para cada deputado), por votação majoritária, para mandatos de 3 anos.

Há dois grupos políticos principais, em nível federal e estadual: o Partido Trabalhista (Australian Labor Party – ALP) e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal (Liberal Party of Australia) e pelo Partido Nacional (The Nationals). Também estão representados no Parlamento partidos menores e deputados independentes.

O Partido Trabalhista venceu as eleições nacionais de 21/05/2022, e o líder da agremiação, Anthony Albanese, assumiu em 23/05/2022 como Primeiro-Ministro da Austrália. Os trabalhistas venceram as eleições em contexto de fortalecimento de agendas associadas à proteção ambiental, promoção dos direitos das mulheres e dos aborígenes e criação de comissão contra a corrupção, entre outros temas.

Em maio de 2025, o Partido Trabalhista do Primeiro-Ministro Anthony Albanese garantiu novo mandato, com ampla margem sobre a Coalizão Liberal-Nacional. O líder do Partido Liberal, Peter Dutton, perdeu sua cadeira no Parlamento.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália e estabelecimento da legação do Brasil em Camberra.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália



1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradicação entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e vice-Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Renovado Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional.
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da Subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2024	Visita da Senadora Katy Gallagher, Ministra de Finanças, Mulheres e Serviço Público da Austrália, no contexto de reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro
2024	Realização da XII Reunião de Consultas Políticas em Camberra



2024	Participação do PM Anthony Albanese participou da reunião do G20, no Rio de Janeiro
2025	Participação do Ministro para a Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen, na COP30, em Belém.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PAPUA NOVA GUINÉ



Ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ	
NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	Papua ou papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462 840 km² <i>(Banco Mundial)</i>
POPULAÇÃO (2023)	10,576,502 <i>(Banco Mundial)</i>
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Bob Dadae <i>(desde fevereiro de 2017)</i>
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro James Marape <i>(desde maio de 2019)</i>
CHANCELER	Justin Tkatchenko <i>(desde janeiro de 2024)</i>
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 32,538 bilhões <i>(Banco Mundial)</i>
PIB PPP (2024)	US\$ 51,704 bilhões <i>(Banco Mundial)</i>
PIB NOMINAL per capita (2024)	US\$ 3,076.5 <i>(Banco Mundial)</i>
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 4,888.6 <i>(Banco Mundial)</i>
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,1 (2024); 3,8 (2023); 5,7 (2022); -0,5 (2021); -3,2 (2020) <i>(Banco Mundial)</i>
IDH (2021)	0,558 (156º lugar entre 191 países) <i>(ONU)</i>
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	66 anos <i>(Banco Mundial)</i>
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2022)	87% <i>(Banco Mundial)</i>
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024)	2,7% <i>(Banco Mundial)</i>
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda <i>(desde 08/08/2023)</i>
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) – Fonte: MDIC/Economia (Comextat)

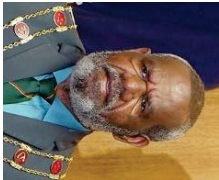
BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan./ nov)
Intercâmbio	2854	3074	3040	3500	4600	3057	3070	2218	4635	960,4
Exportações	2839	3067	2754	3300	4500	2985	2971	2105	4545	960,4
Importações	14	6	286	200	100	72	99	113	89	0
Saldo	2824	3061	2468	3100	4400	2913	2872	1992	4456	960,4



PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Bofeng Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando o rei Charles III



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional de Papua Nova Guiné em 2002, como membro do *United Party*, tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como Ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Em 2011, mudou-se para o *People's National Congress*, partido pelo qual se reeleveu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné



Nasceu em 24 de abril de 1971. É graduado pela Universidade de Papua Nova Guiné, onde é pós-graduado em ciências ambientais. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, por Hela, terras altas (*highlands*) do país, mas o pleito foi cancelado em razão da violência na região. Foi eleito em 2007 e reeleito nas eleições subsequentes. Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008), Ministro da Educação (2008-2011) e Ministro das Finanças (2017-2019). Em abril de 2019, renunciou à pasta das Finanças, dando início à crise política que levou à queda do então chefe de governo, Peter O'Neill. Após a renúncia de O'Neill, foi eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento nacional, em maio de 2019, acumulando, internamente, a pasta de Relações Exteriores. Em 2024, foi substituído pelo Chanceler Justin Wayne Tatchenko.

Justin Tatchenko

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Melbourne, em 2/6/1972, e descendente de ucranianos, naturalizou-se papuásio em 2006. Foi empresário e apresentador de TV. Foi Ministro dos Esportes e Jogos do Pacífico, Ministro do Território e do Planejamento Físico e assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2022 até maio de 2023. Reassumiu o posto em janeiro de 2024.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. Os dois países têm a primeira e a terceira maiores florestas tropicais respectivamente, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, o Vice-Ministro de Florestas e Mudança do Clima, Ronald Asik, esteve no Brasil para conferência Rio+20. O delegado não manteve encontro com autoridades brasileiras.

Em março de 2020, o Primeiro-Ministro James Marape transmitiu ao Embaixador do Brasil em Camberra avaliação positiva sobre o relacionamento com o Brasil. Considerou que o fato de PNG ser um dos países de maior biodiversidade global abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, produção de medicamentos e vacinas.

Em 2023, o Diretor do Departamento de Japão e Península Coreana do Itamaraty visitou a capital Port Moresby, no contexto dos esforços do governo brasileiro de relançar o diálogo político com atores da região do Pacífico Insular e conferir maior concretude à agenda bilateral. As partes expressaram posições convergentes em temas relacionados à necessidade de reforma dos mecanismos de governança global, bem como a prioridades como desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.

Em novembro de 2025, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro de trabalho com o premiê papuásio, no contexto da Cúpula de Líderes organizada antes do início da COP30. O Primeiro-Ministro Marape enfatizou tratar-se da primeira vez que participa de uma COP do Clima, decisão que associou ao valor que atribui à liderança brasileira. Expressou firme apoio à inclusão da agenda de florestas nos debates sobre a mudança do clima, lembrando do engajamento de seu país em favor do financiamento da conservação florestal, incluindo a regulamentação de mercados de carbono.

Defendeu, nesse sentido, a iniciativa brasileira de estabelecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). O Presidente Lula agradeceu o apoio de Papua Nova Guiné ao TFFF e reafirmou a disposição do Brasil de fazer da COP30 a COP da implementação das decisões já tomadas pela comunidade internacional. Os dois líderes convergiram quanto à necessidade de financiamento climático em grande escala, em condições que não agravem o endividamento dos países em desenvolvimento. Ambos concordaram, ainda, na importância de integrar os esforços de adaptação à mudança do clima ao planejamento estratégico nacional e de garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e voltada à redução de desigualdades.

Sobre a relação bilateral, o Primeiro-Ministro Marape expressou interesse em obter a cooperação do Brasil para o fortalecimento dos setores de agricultura e energia. Com o intuito de fortalecer os laços entre Brasil e Papua Nova Guiné, informou sobre a decisão de seu governo de abrir embaixada residente em Brasília e convidou o Brasil a abrir missão em Porto Moresby. O Presidente Lula sugeriu a sua contraparte a realização de visita de trabalho ao Brasil, para aprofundar a discussão sobre áreas potenciais de cooperação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na geração de energia limpa, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.



INTERCÂMBIO COMERCIAL

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com a Papua Nova Guiné somou USD 1,53 milhões. As exportações brasileiras totalizaram USD 1,47 milhões no primeiro semestre de 2025. O valor indica queda de 40% em relação ao mesmo período em 2024. Houve mudanças significativas na pauta de exportação, merecendo destaque a inclusão de proteína animal em decorrência da recente abertura de mercado. Os produtos mais exportados à Papua Nova Guiné foram: machados e ferramentas semelhantes (USD 478 mil), miudezas comestíveis de bovino congeladas (USD 318 mil), línguas de bovino congeladas (USD 164 mil), artefatos de uso doméstico (USD 97 mil) e facas de lâmina fixa (USD 58 mil). As importações provenientes da Papua Nova Guiné somaram apenas USD 54 mil, valor que embora pequeno, representa aumento de 33% em relação ao primeiro semestre de 2024. Como em anos anteriores, as importações brasileiras foram compostas quase exclusivamente por "baunilha não triturada nem em pó", com os outros itens da pauta (rolamentos de esferas) somando valores menores que USD 100.

Agricultura

A autoridade sanitária de Papua Nova Guiné aprovou, em setembro de 2024, as propostas brasileiras de certificados sanitários internacionais para exportação pelo Brasil de carne bovina e de carne de aves e carne mecanicamente separada de frango. Os contatos com a NAQIA para a abertura do mercado papuásio (o segundo maior da Oceania depois da Austrália) para importação de carne de frango do Brasil foram iniciados em 2020.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do Covid-19 em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG (Vinícius Reis e Erick Joe) solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

ACORDOS BILATERAIS

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

Em dezembro de 2023, o Brasil propôs acordo de isenção de vistos para PADIP e PASOF.

POLÍTICA EXTERNA

Papua Nova Guiné é membro da ONU desde 10/10/1975, da *Commonwealth* (desde 16/09/1975), da OMC (membro desde 09/06/1996) e da APEC (desde 1993), além de integrar a Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OACPS, antigo ACP). No entorno regional, exerce papel de relevo no Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e na Comunidade do Pacífico (SPC), e é membro central do *Melanesian Spearhead Group* (MSG). Mantém, desde 1976, status de *Special Observer* junto à ASEAN e tem reiterado aspiração de adesão plena, participando também do *ASEAN Regional Forum* (ARF). Desde 14/10/1976, é membro da Interpol.

Como *Small Island Developing State* (SIDS) e integrante da AOSIS, PNG pauta-se pela alta vulnerabilidade a impactos da mudança do clima (eventos extremos, pressões



sobre infraestrutura e segurança alimentar), defendendo maior financiamento climático e apoio a medidas de adaptação em foros multilaterais.

No plano bilateral e de segurança, as relações com a Austrália são estruturantes: além de cooperação histórica abrangente, a Austrália figura como principal parceira em comércio bilateral e é a maior parceira de desenvolvimento de PNG, com ampla carteira de assistência e financiamento. Na dimensão de segurança, foi firmado acordo-quadro bilateral (2023) e, mais recentemente, um tratado de defesa mútua ("Pukpuk Treaty"), assinado em outubro de 2025, que aprofunda a integração e prevê assistência em caso de ataque; iniciativas recentes sob esse marco incluem investimentos australianos em infraestrutura digital. Em paralelo, PNG vem aprofundando a cooperação com os Estados Unidos, inclusive por meio de acordo de cooperação em defesa e de instrumentos de cooperação marítima (Shiprider), assinados em 2023.

Ao mesmo tempo, PNG busca manter política externa pragmática de diversificação de parcerias, ampliando vínculos econômicos com a China, com investimentos e projetos de infraestrutura; em junho de 2018, PNG assinou memorando de entendimento relativo à Iniciativa Cinturão e Rota. Esse movimento ocorre em contexto de crescente competição estratégica no Pacífico, no qual o governo tem sinalizado intenção de preservar autonomia decisória e relações funcionais com diferentes atores.

ECONOMIA

A economia da Papua-Nova Guiné é fortemente dependente do setor extrativo (gás natural liquefeito, petróleo e mineração de ouro, cobre e níquel), que responde pela maior parte das exportações e torna o desempenho macroeconômico particularmente sensível aos ciclos de preços internacionais e ao cronograma de grandes projetos. Apesar disso, a base social da economia é predominantemente rural: cerca de 86% da população vive em áreas rurais e mais de 80% depende, direta ou indiretamente, de agricultura de subsistência e pequena produção, com baixa produtividade e pouca integração a cadeias formais; o setor agrícola e agroflorestal, contudo, permanece relevante por produtos como café, cacau, óleo de palma, copra e pesca.

De acordo com projeções recentes do FMI, as perspectivas seguem positivas: o crescimento do PIB é projetado em 4,5% em 2025, impulsionado pela maior produção no setor de recursos naturais e pela resiliência do setor não relacionado a recursos, apoiada pela melhora no acesso a divisas e por desempenho favorável da agricultura; a inflação deve recuar de base muito baixa em 2024 e ficar em 3,8% em 2025, convergindo para algo em torno de 4,5% no médio prazo. A partir de 2026, o crescimento tenderia a moderar-se e estabilizar-se pouco acima de 3%, com elevada incerteza e riscos associados a volatilidade de commodities, choques domésticos e limitações de capacidade estatal.

Além do extrativismo, a pesca oceânica - especialmente de atum - tem peso fiscal para vários países do Pacífico. PNG é parte do Acordo de Nauru (PNA, 1982) e participa do sistema regional de gestão do esforço de pesca (incluindo o Vessel Day Scheme), por meio do qual licenças de pesca para embarcações estrangeiras podem gerar receitas relevantes.

No comércio com o Brasil, os fluxos são reduzidos: em 2024, as exportações brasileiras para PNG somaram cerca de US\$ 4,55 milhões, enquanto as importações brasileiras provenientes de PNG ficaram em torno de US\$ 96 mil, resultando em superávit brasileiro aproximado de US\$ 4,45 milhões (valores com base em estatísticas do UN Comtrade).



POLÍTICA INTERNA

O Estado Independente de Papua-Nova Guiné é país da Melanésia no sudoeste do Pacífico, ao norte da Austrália, que ocupa a metade oriental da ilha da Nova Guiné e numerosos arquipélagos adjacentes (entre os quais Nova Bretanha, Nova Irlanda e Bougainville). A capital é Port Moresby. A população é estimada em cerca de 11 milhões (o Banco Mundial trabalha com ordem de grandeza próxima de 11,8 milhões) e o país é reconhecido por sua extrema diversidade sociocultural e linguística, com mais de 800 línguas.

Trata-se de monarquia constitucional parlamentarista, no modelo de Westminster. Como membro da *Commonwealth*, o Chefe de Estado é o Rei Charles III, representado no país por um Governador-Geral (atualmente, Sir Bob Dadae), eleito pelo Parlamento Nacional e com funções principalmente protocolares, embora detenha atribuições constitucionais como nomear o Primeiro-Ministro e formalizar a composição do Executivo. O Parlamento Nacional é unicameral e, após a reforma de distritos eleitorais implementada na eleição de 2022, passou a contar com 118 membros (96 eleitos em distritos "open" e 22 eleitos em circunscrições provinciais - 20 províncias, além do Distrito da Capital Nacional e da Região Autônoma de Bougainville), com mandato de cinco anos.

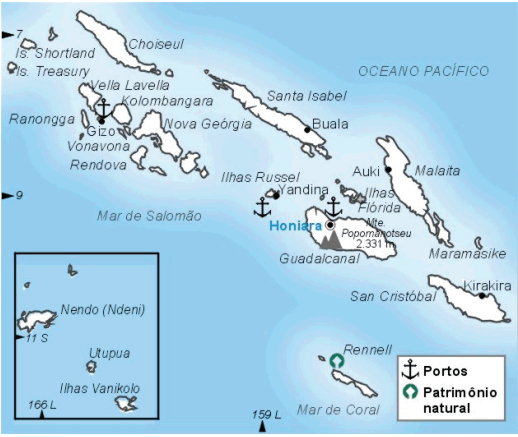
Historicamente, a configuração territorial atual resulta da administração colonial sobre áreas distintas: o nordeste esteve sob domínio alemão (1884-1914); o sul foi inicialmente protetorado britânico (a partir de 1884) e, posteriormente, administrado pela Austrália; durante a Segunda Guerra Mundial, partes do território foram ocupadas pelo Japão (1942-1945). No pós-guerra, a administração australiana consolidou-se e PNG alcançou autogoverno em 01/12/1973 e independência em 16/09/1975.

O cenário político é marcado por fragmentação partidária, coalizões fluidas e recorrentes reacomodações parlamentares, o que contribui para episódios de instabilidade. Após as eleições nacionais de julho de 2022, James Marape foi reconduzido ao cargo de PM pelo Parlamento (com ampla margem, quando ainda havia assentos pendentes de declaração) e permanece como Chefe de Governo. Um tema político-institucional importante é Bougainville: na consulta de 2019, 97,7% dos votantes optaram pela independência, e o encaminhamento do resultado segue sujeito a consultas e deliberação no marco do Acordo de Paz de Bougainville e do processo constitucional interno.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS SALOMÃO



Ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomonense
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	07/07 – Data da Independência
ÁREA	28 900 km² (mais de 922 ilhas) (área: Banco Mundial)
POPULAÇÃO (2024)	819,198 (Banco Mundial)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador Geral David Tiva Kapu (desde jul/2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jeremiah Manele (desde maio de 2024).
CHANCELER	Peter Shanel Agovaka (desde maio de 2024)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 1,76 bilhão (Banco Mundial)
PIB PPP (2024)	US\$ 2,07 bilhão (Banco Mundial)
PIB NOMINAL per capita (2024)	US\$ 2.15 (Banco Mundial)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 2.87 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	2,5 (2024); 2,7 (2023); 2,4 (2022); 2,6 (2021); -3,4% (2020); 1,7 (2019) (Banco Mundial)
IDH (2023)	0,584 (156º lugar) (ONU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	71 anos (Banco Mundial)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	84,1% (ONU)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	1,4 % (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (desde 08/08/2023)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: (Comexstat)

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	110	86	174	45,8	109,5	129,4	165,6	107,2	173,4
Exportações	110	86	174	45,3	108	128,7	137,7	95,4	171,6
Importações	0	0	0	0,5	1,5	0,7	27,9	11,8	1,7
Saldo	110	86	174	44,8	106,5	128	109,8	83,6	169.9



PERFIS BIOGRÁFICOS**David Tiva Kapu***Governador-Geral*

David Tiva Kapu é pastor anglicano e atuou como reitor acadêmico da Bishop Patteson Theological College na zona costeira de Kohimarama. Em junho de 2024, foi nomeado Governador-Geral, representando o Rei Charles III no país. Em 2025, recebeu o título de Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de São Miguel e São Jorge pelo monarca britânico.

Jeremiah Manele*Primeiro-Ministro*

Nascido em 1968, Manele foi Encarregado de Negócios da Missão Permanente das Ilhas Salomão junto às Nações Unidas, (1997-2002). Foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002-2007). Ocupou vários cargos no governo solomonense. Foi eleito pela segunda vez membro do parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/04/2019. Em 02/05/2024, foi eleito Primeiro-Ministro.

Peter Shanel Agovaka*Ministro de Negócios Estrangeiros*

Peter Shanel Agovaka nasceu em 1959 e tem formação na área de energia elétrica. Foi eleito para o Parlamento em 2006, 2010 e 2014. Foi Ministro das Relações Exteriores (2010-2012); Ministro de Polícia, Segurança Nacional e Serviço Correcional (2014-2015); e Ministro de Comunicações e Aviação (2015-2017). Assumiu novamente a pasta de Negócios Estrangeiros em maio de 2024.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005. O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em 2009, o então Representante Permanente de Salomão junto à ONU, Collin Beck, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na qualidade de Ministro de Estado, interino. Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo realizou visita ao Brasil, no contexto da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Brasil e Ilhas Salomão compartilham visão comum sobre o combate à mudança do clima. Há perspectiva de cooperação nas áreas de esporte e agricultura, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasil transmitiu proposta de Acordo de Cooperação Técnica para as Ilhas Salomão em dezembro de 2005. Em 2023, o documento foi reapresentado pela parte brasileira. Não há iniciativas de cooperação entre as Ilhas Salomão e o Brasil.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2010, na sequência do tsunami que atingiu as Ilhas Salomão, em 04/01/2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao país, por meio de acordo com o PNUD, para o projeto *Recovery Assistance for Earthquake and Tsunami in the Solomon Islands*.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

As exportações brasileiras têm predominância na pauta comercial com as Ilhas Salomão. Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 173,4 mil, com o Brasil respondendo por 171,6 mil de exportações, com os principais produtos sendo waffles e wafers; produtos de confeitaria, sem cacau; e caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes, sem cacau. Importou dentes artificiais de acrílico e partes para aparelhos de interrupção de circuito elétrico.

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com as Ilhas Salomão somou USD 106 mil. O valor advém exclusivamente das exportações brasileiras, não tendo sido registrada a importação de nenhum produto das Ilhas Salomão. Em comparação ao mesmo período de 2024, o valor indica aumento de 26,9% nas exportações brasileiras.

Nesse período, a pauta de exportação às Ilhas Salomão foi composta exclusivamente por bens alimentícios industrializados. O produto mais exportado foram preparações alimentícias e conservas, da espécie bovina (USD 57,4 mil), seguido respectivamente por caramelos e variados (USD 26,4 mil), outros produtos de confeitaria sem cacau (USD 9,9 mil), caramelos e derivados sem açúcar (USD 5,6 mil) e outros produtos industrializados de confeitaria.

Em 2025, foram aprovados Certificados Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado salomônico de carnes e produtos cárneos congelados de aves e bovinos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS



Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são país-membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, entre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e o *Melanesian Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia. Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol. As Ilhas Salomão são ainda membros da *Association of Small Island States* (AOSIS), o que pauta sua participação nas negociações sobre mudança do clima no âmbito das Nações Unidas. Como LDC (*Least Developed Country*) e SIDS (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar no país.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,76 bilhão e crescimento de 2,5% em 2024, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 177ª economia do mundo. O crescimento real da economia tem-se mantido estável, tendo chegado a 2,7% em 2023, antes de desacelerar ligeiramente, refletindo desafios estruturais e externos. O PIB PPP é da ordem de US\$ 2,9 mil por pessoa, típico de país de baixa renda. Mantida a trajetória atual, as Ilhas Salomão devem deixar a categoria de país de menor desenvolvimento relativo (PMDR) em 2027. A taxa oficial de desemprego é muito baixa (1,4%) embora o governo estime que o setor informal empregue parcela significativa da mão-de-obra.

Segundo o Ministério das Finanças, as receitas oriundas da pesca do atum são a terceira maior fonte de recursos do governo, depois da arrecadação interna e das tarifas aduaneiras. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, o qual responde por quase metade do PIB. Além do setor de serviços, outras atividades importantes são a agricultura, a pesca e a silvicultura. Os principais produtos de exportação são óleo de palma, copra (polpa seca de coco) e cacau. As ilhas são ricas em recursos minerais ainda não explorados, como chumbo, zinco, níquel e ouro.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Salomão, arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, têm cerca de 800 mil habitantes. O país é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Seu chefe de estado é o Rei Charles III do Reino Unido, representado por Governador-Geral, e a chefia de governo é exercida por primeiro-ministro.

As Ilhas Salomão foram protetorado inglês desde 1890 e emanciparam-se politicamente em 1978. O parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O primeiro-ministro é eleito por maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

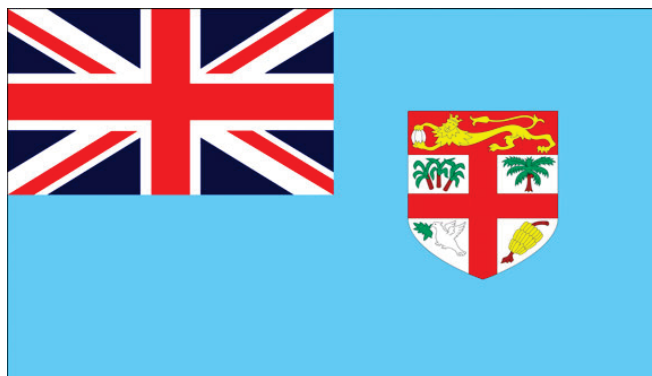


Em 02/05/2024, Jeremiah Manele, então Ministro das Relações Exteriores, foi eleito Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão com 31 votos. O candidato rival e ex-líder da oposição Mathew Wale teve 18 votos.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS FIJI



Maço ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18 270 km² (332 ilhas) (área: Banco Mundial)
POPULAÇÃO (2023)	924,145 (Banco Mundial)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ratu Naiqama Lalabalavu (desde novembro de 2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (desde dezembro de 2022)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (desde dezembro de 2022)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 5,44 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2023)	US\$ 14,089 bilhões (Banco Mundial)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 5.888 (Banco Mundial)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 13.562,38 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	8,0% (2023); 20% (2022); -5,1% (2021); -17,0% (2020); -0,6% (2019); 3,8% (2018) (Banco Mundial)
IDH (2022)	0,73 (104º lugar) (ONU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	67,2 (ONU)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89,1 (ONU)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	4,2% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	MPC Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (a Embaixada de Fiji em Brasília foi fechada em maio de 2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comextat.mdic.gov.br*

BRASIL⇒ FIJI	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1021	1079	1038	1163	1251	2008	1139	743,8	1002	1908	1246,2	1082,8
Exportações	1012	979	1032	1071	1187	1395	1050	691,3	999	1821	1218,0	1077,4
Importações	9	100,5	6,3	92,5	63,9	73,2	89	52,5	3	87	28,2	5,4
Saldo	1003	878	1026	978	1123	1321	961	638,8	996	1734	1189,8	1071,9



PERFIS BIOGRÁFICOS**Naiqma Lalabalavu***Presidente*

Ratu Naiqma Lalabalavu (23 de dezembro de 1953) foi eleito Presidente da República de Fiji pelo Parlamento em 2024, tomando posse em 12 de novembro do mesmo ano. Chefe tradicional (Ratu) da província de Cakaudrove, na ilha de Vanua Levu - uma das duas maiores do país -, exerceu, imediatamente antes da eleição presidencial, a função de Presidente do Parlamento, entre 2022 e 2024.

Durante o período de instabilidade política do início dos anos 2000, foi nomeado Ministro dos Assuntos Fijianos por George Speight no contexto do golpe de Estado de 2000. Com a restauração da democracia em 2001, associou-se à Aliança Conservadora, de orientação nacionalista. Em 2006, voltou a ocupar funções ministeriais, sendo afastado da vida pública com o golpe militar daquele ano. Retomou a carreira política em 2014, regressando gradualmente ao centro do sistema político fijiano até sua eleição para a Presidência da República.

Sitiveni Rabuka*Primeiro-Ministro**Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional*

Sitiveni Ligamamada Rabuka nasceu em Vanua Levu, em 13 de setembro de 1948. Militar de carreira, realizou formação em instituições de Estado-Maior e obteve o título de mestre em ciências pela Universidade de Madras, em 1979. Atuou em missões internacionais de manutenção da paz no Líbano e no Deserto do Sinai, no Egito, tendo comandado unidades de infantaria. Também representou Fiji em competições internacionais de rúgbi e atletismo, incluindo os Jogos da Commonwealth.

Em 1987, liderou golpes militares que resultaram no fim da monarquia constitucional e na proclamação da república em Fiji. Após o período de governo militar, permaneceu como comandante do Exército e ministro do Interior. Foi eleito Primeiro-Ministro entre 1992 e 1999 e retornou ao cargo em dezembro de 2022, à frente de uma coalizão parlamentar. Desde então, acumula as funções de chefe de governo e de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji em 16 de fevereiro de 2006. Em julho de 2008, o governo de Fiji anunciou a decisão de abrir embaixada residente em Brasília.

O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o então primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro bilateral com autoridades brasileiras durante sua estada no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Em junho de 2014, o então presidente da República de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras: o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Juniti Saito. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento sobre consultas políticas, o qual segue em vigor.

Em agosto de 2016, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe Bainimarama visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em maio de 2017, assinou-se acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático. Com a entrada em vigor da nova Lei de Imigração no Brasil em 2017, passou a ser considerado desnecessário acordo sobre o tema. Bastaria envio de Nota Verbal pela Embaixada de Fiji assegurando reciprocidade. A Embaixada de Fiji foi, no entanto, encerrada em 2019 e as negociações não foram retomadas.

Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Fiji

Em março de 2024, realizou-se a primeira reunião no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 2014. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Secretário de Ásia e Pacífico (S-SEASIA) do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, que manteve encontro com o secretário-permanente do Ministério de Relações Exteriores e Cooperação Internacional, Lesikimacuata Korovavala.

Foram tratados temas relacionados à mudança do clima; iniciativa fijiana de criação de zona de paz no Pacífico; interesse de Fiji em receber cooperação brasileira para revitalização do setor açucareiro; e temas geopolíticos.

O S-SEASIA avistou-se com o primeiro-ministro, Sitiveni Rabuka, que manifestou satisfação com a perspectiva de cooperação brasileira para a revitalização da indústria açucareira de Fiji. Houve encontros também com o ministro da Indústria do Açúcar, Charan Singh, e com o ministro da Agricultura e Cursos d'Água, Andrew



Tukana, que reiterou o forte interesse fijiano em receber mudas de novas variedades de abacaxi e mandioca cultivados no Brasil.

Missão brasileira a Suva (junho de 2023)

O Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (D-DEJP) do Itamaraty, o então ministro Paulo Elias Martins de Moraes, realizou, entre 18 e 30 de junho de 2023, missão às capitais de Fiji (Suva), Ilhas Salomão (Honiara), Papua Nova Guiné (Port Moresby) e Vanuatu (Port Vila). A missão teve por objetivo retomar o diálogo político com atores da região e avançar temas das agendas bilaterais. Integraram a delegação diplomata da Embaixada em Camberra, a adida agrícola da Embaixada e representante da ABC.

Em 19/06, a delegação brasileira reuniu-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, com o secretário permanente, Lesikimacuata Korovavala, ocasião em que discutiram temas de interesse global e do relacionamento bilateral. Entre 19 e 21/06, reuniram-se com representantes do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas Pacífico, bem como foram recebidos por autoridades dos ministérios de Agricultura e Cursos de Água, Indústria do Açúcar, Educação, Saúde e Serviços Médicos, Juventude e Esportes e Infraestrutura, a fim de discutir oportunidades de cooperação técnica e de abertura de mercado para produtos cárneos brasileiros.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de nota verbal de 10 /05/2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28/06/2019. A nota informou, ademais, que a Embaixada de Fiji em Washington assumiria, a partir daquela data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, havia sido estabelecida em junho de 2008. O embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiloma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. A inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e o elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física estariam entre as razões para o fechamento da representação fijiana.

Outro fator que pode ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas.

Avaliação sobre eventual abertura de embaixada do Brasil residente em Suva

Em novembro de 2022, a Embaixada do Brasil em Camberra indicou que, de maneira a intensificar a presença brasileira entre os países insulares do Pacífico, de forma sustentada e permanente, o Brasil poderia considerar a abertura de embaixada residente em Suva.

Fiji exerce considerável liderança regional, notadamente em relação às demais nações da Melanésia, além de ocupar posição de centro logístico. As sedes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), principal organismo regional, e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP), estão localizadas em Suva.



COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada do país em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca. O acordo está ainda em tramitação no Congresso Nacional. Por meio da mensagem nº 175, de 4 de abril de 2022 foi encaminhado o texto do Acordo ao Congresso.

Atividades desenvolvidas

Mandioca e frutas tropicais

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade “Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Frutas Tropicais com vistas à Segurança Alimentar”. Delegação de quatro técnicos do Ministério da Agricultura de Fiji esteve por duas semanas na Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas (BA), para participar de curso sobre processamento e produção de frutas.

Aquicultura

Devido à crescente demanda pelo aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, o Departamento de Pesca de Fiji solicitou cooperação na área de piscicultura para capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. A ABC propôs projeto intitulado “Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias”. Assim, a ABC contatou a Universidade Federal do Ceará, campus Fortaleza, para realização do treinamento, para 5 técnicos fijianos, que ocorreu em julho de 2014.

Projetos em andamento (a partir de 2023)

Em outubro de 2023, as autoridades de Fiji encaminharam solicitações formais de cooperação técnica, na forma de notas conceituais (*concept notes*) nas seguintes áreas:

- i) indústria da cana-de-açúcar;
- ii) cultura de abacaxi;
- iii) cadeia produtiva de mandioca.

Como ações concretas a serem tomadas para fortalecer a cooperação bilateral em etanol, a nota propôs a elaboração de estudo sobre o setor açucareiro de Fiji; a organização de seminário virtual para discutir oportunidades e obstáculos para a implementação de uma economia do etanol no país; e a realização de missão técnica, ao Brasil, de especialistas e formuladores de políticas públicas de Fiji, com participação dos setores público e privado.

Na primeira visita ao Brasil de alta autoridade fijiana - desde a vinda do então primeiro-ministro Frank Bainimarama, em 2016, por ocasião dos jogos olímpicos -, o ministro de Assuntos Multiétnicos e da Indústria do Açúcar da República de Fiji, Charan Jeath Singh, esteve no país entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, acompanhado do presidente da *Fiji Sugar Corporation* (FSC), sr. Nitya Reddy, e do secretário permanente do Ministério da Indústria do Açúcar, sr. Yogesh Karan.

O principal objetivo da visita foi o de fortalecer os laços de cooperação entre os dois países no setor sucroenergético, em linha com antiga demanda formulada pelo lado fijiano. A agenda consistiu de encontros em Brasília, no dia 13 de agosto, seguidos de visita à Fenasuco e Agrocana; instituição de pesquisa; usina produtora de açúcar e etanol;



e estabelecimento de produção e comercialização de equipamentos agrícolas em Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP, nos dias 14 e 15 de agosto.

Em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira recebeu o ministro Singh em audiência, ocasião em que ele mencionou ter sido incumbido pelo primeiro-ministro Sitiveni Rabuka de revitalizar o setor açucareiro daquele país - controlado pelo estado - e diversificar as fontes de investimento. A preocupação de Fiji com a revitalização da indústria açucareira também visa a reduzir a dependência da importação de petróleo, o que explica o interesse na experiência brasileira na produção de etanol.

No tocante à cooperação na agricultura, a primeira remessa dos germoplasmas de abacaxi e mandioca produzidos pela Embrapa chegaram a Fiji em maio de 2025. Segundo a adida agrícola em Camberra, o diretor de pesquisa e serviços científicos de agricultura do Ministério da Agricultura de Fiji, Dr. Shalendra Prasad, informou que as mudas de abacaxi estão se desenvolvendo bem no viveiro. Já nas mudas de mandioca, foi observada mortalidade de 50% na fase de endurecimento, mas que a equipe da Estação de Pesquisa de Koronivia disporia ainda de variedades in vitro para plantá-las novamente.

Sobre cooperação em pecuária, o Alto Comissariado da República de Fiji em Camberra enviou nota verbal à Embaixada do Brasil informando que o Ministério da Agricultura fijiano tinha interesse em enviar missão técnica ao Brasil para "explorar oportunidades na área da indústria da carne bovina, tais como caminhos para melhorias e boas práticas, desde a cadeia de produção até o mercado".

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) designou o Coordenador de Cooperação Internacional da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Lucas Fiuza de Moraes, para acompanhar os técnicos fijianos no Brasil. Durante sete dias, a partir do fim de agosto de 2025, a missão visitou propriedades rurais, frigoríficos, centros de pesquisa e universidades no MS e RS, com o objetivo de conhecer soluções práticas adotadas pelo Brasil que possam ser adaptadas à realidade de Fiji.

Educação

Na missão brasileira a Fiji, chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Educação de Fiji. Os representantes fijianos expressaram desejo em receber cooperação no sentido de viabilizar o potencial de Fiji em inscrever locais no Patrimônio Mundial da UNESCO. Mencionaram que, enquanto o Brasil possui 23 locais inscritos na UNESCO, Fiji possui apenas um, a saber, a cidade portuária histórica de Levuka.

Saúde

Na missão chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Saúde e Serviços Médicos. A comitiva brasileira recordou a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação na área da saúde, enviada ao lado fijiano em maio de 2022.

O representante fijiano demonstrou interesse na capacidade brasileira de produção de produtos farmacológicos. Sugeriu intercâmbio de pesquisadores em epidemiologia de campo e apontou as seguintes doenças como sendo aquelas que exigem maior atenção em seu país: leptospirose, dengue, diarreia e febre tifoide. Fiji teria necessidade de capacitação e treinamento nas seguintes áreas: (i) epidemiologia de campo, (ii) comunicação de risco / engajamento comunitário e (iii) gestão de saúde.

Esporte



A delegação também foi recebida no Ministério da Juventude e dos Esportes, ocasião em que foi recordada a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva, enviada ao lado fijiano em fevereiro de 2022. O lado fijiano sugeriu intercâmbio esportivo por meio do envio de treinadores brasileiros de futebol a Fiji e de treinadores fijianos de rúgbi ao Brasil. Fiji também expressou interesse em desenvolver políticas de introdução de esportes nas escolas, de modo a contribuir para a prevenção de doenças não comunicáveis.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em abril de 2012, após apelo do governo de Fiji em razão dos danos provocados pela depressão Tropical TD17F, o Brasil realizou doação de US\$ 50 mil, por intermédio da ACNUR, em favor dos deslocados internos naquele país.

O ciclone tropical Yasa atingiu, em 17/12/2020, a segunda maior ilha de Fiji, Vanua Levu, causando ao menos quatro mortes e extensos danos materiais e deixando dezenas de milhares de desabrigados.

Por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, a ABC transferiu ao Escritório do PMA em Fiji o valor de US\$ 75.000,00, com vistas a atender emergencialmente as vítimas do ciclone, a título de doação brasileira, em caráter de assistência humanitária.

Em 08/10/2021, o escritório para o Pacífico do PMA realizou cerimônia simbólica de entrega dos equipamentos adquiridos com os recursos financeiros doados pelo governo brasileiro. O evento contou com a participação do ministro para o Desenvolvimento Rural e Marítimo e Gestão de Desastres de Fiji, Inia Seruiratu, e os equipamentos foram oficialmente entregues à agência responsável pela gestão de desastres do país (*National Disaster Management Office*).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji é modesto e estável. Em 2024, o intercâmbio ficou em um pouco mais de US\$ 1 milhão, composto, principalmente, por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal; café solúvel, mesmo descafeinado; waffles e wafers; e lâminas de barbear, de segurança, de metais comuns. O principal produto importado de Fiji constituiu-se de partes de aviões ou de helicópteros.

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji no primeiro semestre de 2025 foi de USD 728 mil, valor que representa um aumento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento do fluxo comercial decorreu do aumento das exportações brasileiras, que somaram USD 722 mil, consolidando um aumento de 24,4%. A pauta de exportação brasileira a Fiji apresentou mudanças em seus principais produtos, com destaque para o predomínio de bens manufaturados e produtos alimentícios industrializados.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando no setor de turismo e no setor primário.

ACORDOS BILATERAIS

Vistos



Encontram-se em vigor acordos bilaterais de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e de isenção de vistos de curta duração.

Acordo Básico de Cooperação Técnica

Encontra-se em tramitação legislativa o Acordo Básico de Cooperação técnica, firmado em 2013.

Acordos em negociação

O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais:

- a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022);
- b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022);
- c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); e
- d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais, como Austrália e Nova Zelândia, e a diversificação dos laços internacionais do país. Nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, a aproximação com a China, a Presidência do G-77/China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Fiji é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), da *Commonwealth*, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). É também membro das Nações Unidas e de todas suas agências especializadas. Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do *Melanesian Spearhead Group* (MSG), e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia. Desde 1971 é membro da Interpol. O *Melanesian Spearhead Group* constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países-membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Pretende o estabelecimento de área de livre-comércio.

É denominado como SIDS (*Small Island Developing State*), além de estar entre os 43 países da AOSIS (*Alliance of Small Island States*), grupo cujas nações apresentam desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem-se destacado como ator proeminente na agenda ambiental, sobressaindo-se entre seus pares no Fórum das Ilhas do Pacífico, no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica.



Fiji e a questão de segurança

Em outubro de 2023, em evento na Austrália, o PM Sitiveni Rabuka manifestou intenção de apresentar, durante o Fórum das Ilhas do Pacífico (novembro/2023) proposta para o estabelecimento de uma zona de paz no Oceano Pacífico.

Embora sem contornos plenamente definidos, a proposta de criação de "zona" ou "oceano de paz", segundo Rabuka, teria como objetivo estimular as grandes potências e as nações insulares do Pacífico a "se absterem de ações que pudessem pôr em risco a ordem e a estabilidade regionais".

Austrália

As relações Austrália-Fiji passaram por momentos delicados após o golpe de estado perpetrado por Frank Bainimarama, em dezembro de 2006. A Austrália, junto com outros países, o Conselho de Segurança, a *Commonwealth* e o Fórum das Ilhas do Pacífico, condenou o golpe. Ademais, o governo australiano impôs restrições de viagem e suspendeu a cooperação bilateral em defesa. As relações voltaram a ver melhora em 2014, quando as restrições de viagem foram retiradas e eleições foram realizadas em Fiji.

No período mais recente, o relacionamento bilateral foi consolidado pela *Vuvale Partnership*, assinada em 2019 e renovada/elevada em outubro de 2023, com agenda abrangente que inclui cooperação econômica, vínculos *people-to-people*, clima e segurança regional. Em defesa, a assinatura de um *Status of Forces Agreement* recíproco, em outubro de 2022, criou marco jurídico para atividades de cooperação e facilita a coordenação em situações de crise e assistência humanitária. A cooperação em segurança também avançou em áreas novas, como cibersegurança (memorando de abril de 2024) e reforço da colaboração policial, com acordo anunciado em março de 2025, paralelamente a contatos políticos de alto nível entre os primeiros-ministros em 2025.

Estados Unidos e China

As prioridades de Fiji, assim como de outros países insulares do Pacífico, são a questão ambiental e o desenvolvimento econômico. Os temas relacionados ao equilíbrio estratégico no Indo-Pacífico e à contenção da China, que têm marcado a política externa australiana, por exemplo, possuem relevância secundária para os países insulares da região. Ao contrário, a China é vista como oportunidade para a promoção do desenvolvimento econômico, e como alternativa ao tradicional predomínio australiano no Pacífico Sul.

No contexto da adoção de tarifas sobre importações no segundo governo do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tarifas impostas pelos EUA às importações originárias de Fiji foram de 32%, a mais elevada entre as aplicadas aos países insulares do Pacífico. Em nota publicada em 03/04/2025, o governo fijiano expressou preocupação e afirmou que as novas tarifas afetarão negativamente sua economia. O Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka descartou a adoção de medidas retaliatórias. As exportações fijianas para os EUA concentram-se em produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, com destaque para bebidas e vinagre, café, sementes oleaginosas, açúcar, pescados e madeira. O saldo comercial bilateral é deficitário para os Estados Unidos.

ECONOMIA

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. Fiji pode ser considerado um *hub* do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.



Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, mas teve uma forte contração econômica em 2020, decorrente da pandemia de Covid-19 (retração de 15% do PIB, chegando a US\$ 4,5 bilhões). Sua balança comercial é significativamente deficitária.

No período mais recente, a economia fijiana consolidou a recuperação puxada pela reabertura do turismo: o PIB real cresceu de forma expressiva em 2022–2023, com expansão estimada em cerca de 8% em 2023 e retorno do nível de atividade acima do patamar pré-pandemia; em 2024, contudo, o crescimento desacelerou para a casa de 3,5%–3,7%, em linha com a normalização do ciclo pós-Covid. Em 2025, o turismo permanece como principal motor, embora com sinais de oscilação no início do ano (leve queda nas chegadas nos dois primeiros meses), e a inflação - que subiu temporariamente em 2023/2024, em parte por ajustes tributários - tende a convergir para níveis mais próximos de 3%. No plano macrofiscal, observa-se redução gradual do déficit, mas a dívida pública segue elevada (em torno de 80% do PIB), o que limita margens para estímulos e reforça a importância de consolidação fiscal e de políticas voltadas à diversificação e à resiliência a choques externos e climáticos.

POLÍTICA INTERNA

Quando da independência, em 1970, Fiji adotou o modelo de democracia constitucional inspirado no sistema britânico. Após sucessivas rupturas institucionais, o país passou a reger-se pela Constituição de 2013, que estabeleceu Parlamento unicameral e eleições por representação proporcional em circunscrição nacional. O Poder Executivo é exercido pelo Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Presidente, chefe de Estado com funções predominantemente representativas, é escolhido pelo Parlamento, a partir de indicações do Primeiro-Ministro e do Líder da Oposição, para mandato de três anos, admitida uma recondução.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2022	Parlamento confirmou eleição do PM Sitiveni Rabuka, encerrando ciclo de 16 anos do ex-PM Frank Bainimarama no poder

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do primeiro-ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do primeiro-ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.
2019	Fechamento da embaixada de Fiji em Brasília
2024	Visita ao Brasil do ministro da Indústria do Açúcar de Fiji, Charan Singh



ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Tramitação na Câmara dos Deputados
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017



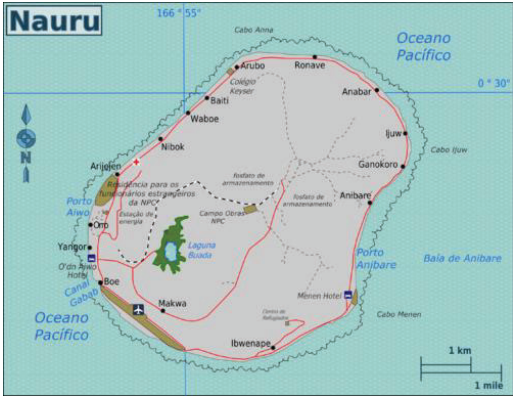
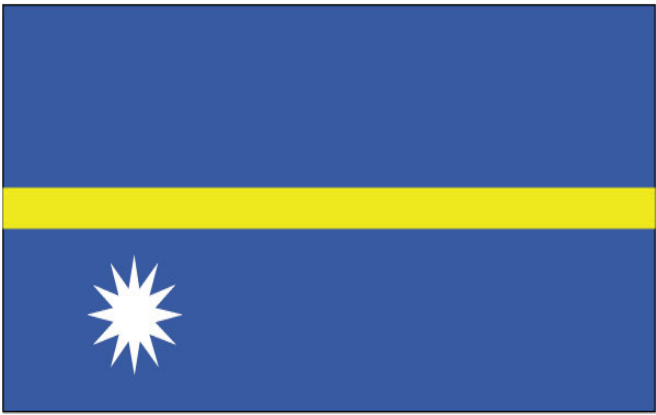
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NAURU



Maço ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	20 km² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	11,875 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente David Adeang (<i>desde outubro de 2023</i>)
CHANCELER	Lionel Aingimea (<i>desde outubro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 154.13 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 161.93 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 12.060,1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 12.670,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,6% (2022); 1,5% (2021); 1,1% (2020); 0% (2019); 6% (2018); -5,7% (2017). (<i>Banco Mundial</i>)
IDH	0,696 (<i>122º lugar, ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	68,3 anos (<i>CLA Factbook</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	62% (<i>Pacific Data Hub</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	5,1% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ NAURU	2012	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	4	0,2	0,7	7	56,1	37,7	11,6	317	49,7	19,9	2811
Exportações	0	0	0	4	56,1	37,7	9,7	317	25,9	18,3	58,7
Importações	4	0,2	0,7	3	0	0	1,9	0	23,8	1,6	2752
Saldo	-4	-0,2	-0,7	1	56,1	37,7	7,8	317	2,1	16,7	-2694



PERFIL BIOGRÁFICO

David Adeang

Presidente de Nauru



David Ranibok Waiau Adeang é o parlamentar há mais tempo em exercício em Nauru, eleito pela primeira vez em 2001 e reeleito sucessivamente desde então. Exerceu a Presidência do Parlamento (*Speaker*) em duas ocasiões, em 2004 e em 2008. Foi eleito Presidente da República de Nauru pelo Parlamento em 30 de outubro de 2023 e, após novo pleito parlamentar, foi reconduzido ao

cargo em outubro de 2025, para mandato consecutivo.

Lionel Aingimea

Ministro de Negócios Estrangeiros



Desde 30 de outubro de 2023, Lionel Rouwen Aingimea acumula os cargos de Ministro-Assistente do Presidente e de Ministro para Negócios Estrangeiros e Comércio, entre outras responsabilidades ministeriais. Jurista de formação, atuou como Secretário de Justiça e construiu carreira como advogado com foco em direitos humanos, incluindo experiência como defensor público nas Ilhas Marshall e atuação como instrutor em temas de direitos humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico. Aingimea foi Presidente de Nauru entre 2019 e 2022.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por troca de notas.

O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em abril de 2024, o embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda apresentou cartas credenciais ao presidente de Nauru, David Adeang. Manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores, Lionel Aingimea. O ministro solicitou apoio do Brasil para que Nauru possa explorar recursos minerais em fundos marinhos, em conjunto com empresa canadense e discorreu sobre desafios relacionados à pesca do atum e concorrência com a pesca ilegal.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo visa aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico. O Congresso Nacional ratificou o acordo em 2009, porém o documento ainda aguarda a ratificação de Nauru.

O governo de Nauru já manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Em 4 de novembro de 2025, o diretor da ABC recebeu, a pedido, a consultora jurídica da Missão Permanente de Nauru em Nova York, Anastasia Francília Adire. A sra. Adire transmitiu os cumprimentos da autoridade e agradeceu os envios regulares do Brasil de medicamentos e imunizantes a Nauru, tendo sido o mais recente em junho de 2025. Da mesma forma, afirmou que faria gestões junto às autoridades de seu país para tentar avançar no processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2006, já ratificado pelo lado brasileiro, fora do escopo de sua pasta.

Adire frisou que as posições nauranas em termos de meio ambiente são definidas em coordenação com outras ilhas do Pacífico insular, que, a seu ver, têm especial preocupação com as dificuldades de acesso a mecanismos de financiamento climático. Assinalou que, em Nauru, o tema é acompanhado diretamente pela presidência, em razão dos efeitos adversos que decorrerão da graduação daquele país da lista de recipiendários de ajuda oficial ao desenvolvimento.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta à oferta brasileira de doação de vacinas, por intermédio da ABC, o Alto Comissariado de Nauru em Camberra solicitou, em 21/01/2022, o envio de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertussis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR). As vacinas chegaram ao aeroporto internacional de Nauru em 23/09/2022. Para marcar a entrega da doação brasileira, o embaixador brasileiro em Camberra ofereceu almoço, em 21 de setembro, à alta comissária de Nauru na Austrália.

Em julho de 2023, ministra-conselheira do Alto Comissariado de Nauru em Camberra mencionou interesse de seu país em receber doação brasileira de medicamentos contraceptivos. Na ocasião, oferta brasileira de comprimidos de etionamida ainda estava sendo avaliada pelas autoridades nauruanas. Em junho de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) doou medicamentos especiais para doenças crônicas e raras.

INTERCÂMBIO COMERCIAL



O intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru é pouco expressivo. O maior valor exportado por Nauru foi de US\$ 23,8 mil, em 2022, pela compra brasileira de motores hidráulicos e bombas rotativas. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2021, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 317 mil, principalmente pela venda de Poli (tereftalato de etileno). Contrariando a tendência até 2023, em 2024 o intercâmbio comercial teve saldo deficitário para o Brasil. A maior parte das importações brasileiras (US\$ 2,6 milhões dos US\$ 2,72 milhões) foi composta por memórias digitais montadas. Estes indicadores chamaram atenção, dado que não há registro anterior da exportação deste produto por parte de Nauru, país que não possui indústria para fabricação ou montagem desse produto. O Brasil exportou principalmente carnes suínas a Nauru (US\$ 48,5 mil dos US\$ 58,7 mil).

No primeiro semestre de 2025, a corrente de comércio bilateral com Nauru totalizou USD 8,3 mil, dos quais as importações correspondem a apenas USD 92. As exportações brasileiras apresentaram um declínio de 85,7% em relação ao mesmo período em 2024. Apesar da predominância na pauta do ano anterior, a carne suína não consta dentre os exportados no presente ano. Os principais produtos da pauta de exportação em 2025 foram: móveis de madeira para quartos (USD 2,3 mil), para cozinha (USD 1,3 mil), e medicamentos (USD 155).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou USD 257.103,00 e importou somente USD 8.427,00. Os principais produtos exportados foram óleos combustíveis e óleo diesel. O principal produto importado foram partes e acessórios para manômetros.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru.

ACORDOS BILATERAIS

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da *Commonwealth* e das Nações Unidas, foro em que tem atuação particularmente ativa em temas ambientais e de vulnerabilidade climática. Integra diversas agências especializadas do sistema ONU, entre as quais FAO, (OMS), (IMO) e UNESCO. Participa igualmente da *Alliance of Small Island States* (AOSIS) e do grupo de *Small Island Developing States* (SIDS), além de organizações regionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). Desde 1971, é membro da Interpol.

No plano bilateral, Nauru mantém relações particularmente estreitas com a Austrália, seu principal parceiro comercial e ator central no apoio à infraestrutura, à prestação de serviços públicos e a programas de desenvolvimento e investimento no país. As relações com a Nova Zelândia são mais limitadas, concentrando-se sobretudo na pauta de fosfato e no diálogo em foros regionais.



No discurso do Presidente David Adeang na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2024, foram ressaltados temas centrais para o país, com ênfase na mineração em alto-mar e nas mudanças climáticas. Adeang defendeu a exploração sustentável de minerais do fundo do mar como oportunidade econômica estratégica e como instrumento para viabilizar a transição energética global, sublinhando a necessidade de padrões ambientais rigorosos e de governança transparente.

O Presidente chamou atenção, ainda, para as dificuldades de Nauru no acesso a financiamento climático e a serviços bancários internacionais básicos, apontando tais entraves como desafios diretos à soberania e à dignidade de pequenos Estados insulares. Nesse contexto, elogiou a adoção, pelas Nações Unidas, do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI) e instou instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial e FMI, a incorporarem o indicador em seus critérios de elegibilidade e alocação de recursos. O discurso também mencionou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e registrou a retomada das relações diplomáticas entre Nauru e a China, em janeiro de 2024.

Em março de 2025, o governo de Nauru anunciou a criação de um programa de concessão de cidadania por investimento, com o objetivo de financiar medidas de adaptação às mudanças climáticas. O país, com cerca de 13 mil habitantes e topografia predominantemente plana, avalia a necessidade de realocação interna de parcela significativa da população em razão da elevação do nível do mar e da perda gradual de áreas habitáveis e produtivas. O programa prevê a concessão de passaportes a estrangeiros mediante contribuição aproximada de US\$ 105 mil, com a justificativa de mobilizar recursos para enfrentar impactos climáticos, embora a iniciativa tenha suscitado preocupações quanto a riscos de uso indevido. Segundo o governo, o passaporte de Nauru permite entrada sem visto em cerca de 89 países.

Austrália

Em 9 de dezembro de 2024, Nauru e Austrália firmaram acordo em matéria de segurança financeira. De acordo com o texto, a Austrália garantirá que os nauruanos tenham acesso contínuo a serviços bancários vitais e ao sistema financeiro internacional. O *Commonwealth Bank of Australia* fornecerá serviços bancários em Nauru, incluindo uma presença física, após a saída do Bendigo Bank no próximo ano. A Austrália deverá fornecer \$100 milhões em apoio orçamentário ao longo de cinco anos, para apoiar os investimentos de longo prazo de Nauru. A Austrália deverá também fornecer \$40 milhões ao longo de cinco anos para apoiar a polícia e a segurança de Nauru, incluindo apoio para recrutamento, treinamento e infraestrutura.

Centro australiano de processamento de pessoas

A Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008 e foi peça central na política *Pacific Solution*, do governo conservador do então PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continuou em funcionamento na administração liberal-nacional. Em 2013,



foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Os governos de Austrália e Nauru assinaram em 29 de agosto de 2025, Memorando de Entendimento (MdE) sobre Arranjo de Reassentamento em Terceiro País, de caráter confidencial, que prevê a realocação para o país insular dos integrantes do grupo "NZYQ cohort", que se encontram em situação migratória irregular na Austrália. O termo "NZYQ cohort" refere-se a um grupo de "não-cidadãos" afetados pela decisão da Suprema Corte da Austrália no caso "NZYQ v. Minister for Immigration" em novembro de 2023, que considerou inconstitucional a detenção por tempo indeterminado de imigrantes em situação irregular impossibilitados de serem realocados em outro país.

Estados Unidos

No contexto da imposição, pelos Estados Unidos, de tarifas de importação no segundo governo do Presidente Donald Trump, registra-se que o comércio bilateral Nauru–Estados Unidos é reduzido, tendo totalizado cerca de USD 2,4 milhões em 2023. Ainda assim, as importações norte-americanas provenientes de Nauru foram submetidas a tarifa de 30%. O Governo de Nauru não se pronunciou oficialmente sobre a questão.

China e Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que queria estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul. Desde janeiro 2024, Nauru deixou de reconhecer Taiwan como Estado independente.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 1980, Nauru figurou entre os países de maior renda per capita do mundo, impulsionado pela exploração e exportação de fosfato. A partir dos anos 1990, com a progressiva exaustão das reservas e a redução da produção, o país passou a buscar fontes alternativas de receita, com destaque para a comercialização de dias de pesca/licenças para embarcações estrangeiras, iniciativas pontuais em turismo (de escala limitada) e atividades ligadas ao setor público. Nesse contexto, o centro regional de processamento associado à política migratória australiana (RPC) também se consolidou, ao longo dos anos, como importante vetor de atividade econômica e de arrecadação governamental.

Nauru integra, desde 1982, o Acordo de Nauru, voltado à coordenação e harmonização da gestão da pesca - sobretudo de atum - entre os países-membros. O tema é estrutural para os pequenos Estados insulares do Pacífico, muitos dos quais dependem,



em maior ou menor grau, das receitas de acesso/licenciamento de navios estrangeiros para financiar o governo; no caso de Nauru, essas receitas chegaram a representar parcela expressiva do orçamento (28% em 2016).

Com dimensão econômica muito reduzida, Nauru permanece entre as menores economias do mundo. No exercício fiscal de 2024 (encerrado em junho), o PIB nominal foi estimado em cerca de A\$ 247,6 milhões, com forte predominância do setor de serviços e participação menor de atividades produtivas ligadas, entre outros fatores, à extração/beneficiamento e a cadeias de suprimento domésticas.

No período mais recente, observa-se crescimento moderado, porém positivo, sustentado sobretudo por apoio de doadores e pela retomada/expansão de atividades associadas ao RPC: a expansão real do PIB foi estimada em 1,6% no FY2024 e 2,1% no FY2025, com projeções em torno de 1,9% no médio prazo. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu elevada (9,3% no FY2024 e cerca de 6% no FY2025), com expectativa de desaceleração gradual. O quadro fiscal tende a melhorar no horizonte de médio prazo, em parte em razão de acordos de financiamento plurianuais e do aumento projetado da atividade do RPC, mas a economia segue altamente vulnerável a choques externos, pela dependência de importações, de receitas voláteis (pesca e RPC) e pela sensibilidade a interrupções em serviços bancários e de pagamentos.

POLÍTICA INTERNA

A República de Nauru é uma ilha do Pacífico (Micronésia), próxima à linha do Equador, com cerca de 21 km² e população em torno de 12 mil habitantes. O país não possui capital oficial; as principais instituições do Estado concentram-se no distrito de Yaren.

Nauru foi anexado pela Alemanha em 1888. Em 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, foi ocupado pela Austrália e, posteriormente, administrado sob arranjo internacional (mandato da Liga das Nações e, depois, tutela das Nações Unidas) envolvendo Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, com a administração exercida, na prática, sobretudo pela Austrália. Entre 1942 e 1945, foi ocupado pelo Japão. O país tornou-se independente em 31 de janeiro de 1968.

O sistema político é o de república parlamentar. O Parlamento é unicameral, composto por 19 membros eleitos por voto popular para mandatos de três anos, em circunscrições plurinominais. O Presidente é sempre um membro do Parlamento, eleito pelos próprios parlamentares, e acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Uma vez eleito, o Presidente nomeia quatro ou cinco ministros dentre os parlamentares para compor o Gabinete.

As eleições utilizam voto preferencial (com classificação de candidatos), em sistema próprio. O país não possui um sistema partidário estruturado: em regra, os candidatos concorrem como independentes, e as maiorias parlamentares tendem a ser fluidas, muitas vezes moldadas por vínculos pessoais e familiares.

Desde o final dos anos 1980, a política doméstica tem sido marcada por episódios recorrentes de instabilidade e sucessivas recomposições de maioria parlamentar, o que contribuiu para mudanças frequentes de governo ao longo das décadas seguintes.



CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

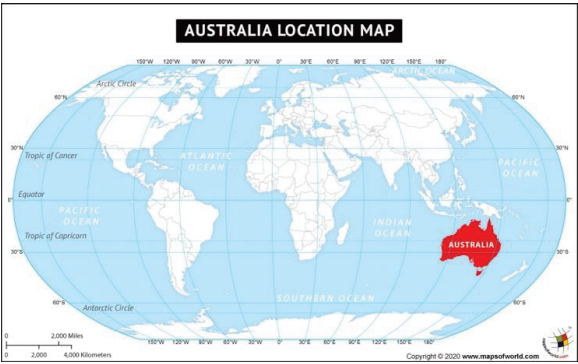
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica
2022	Doação brasileira de vacinas DTP e MMR

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	Aguardando ratificação de Nauru.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

AUSTRÁLIA



Maço ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7 682 300 km ²
POPULAÇÃO (2024)	27,204,809 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela governadora-geral, Sam Mostyn (<i>desde julho de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Anthony Albanese (<i>desde maio de 2022; reeleito em maio de 2025</i>)
CHANCELER	Penny Wong (<i>desde maio de 2022</i>)
PIB nominal (2024)	US\$ 1,75 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 1,93 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB nominal per capita (2024)	US\$ 64,404 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 71,193 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,4% (2024); 3,4% (2023); 4,2% (2022); 2,1% (2021); -0,1% (2020); (<i>Banco Mundial</i>) crescimento ininterrupto por 28 anos até 2020
IDH (2024)	0,946 (10°) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	83 anos (<i>Banco Mundial</i>)
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 06/09/2023</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sophie Millicent Grant Davies (<i>desde fevereiro de 2023</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 52 910 brasileiros residentes na Austrália em 2020.
CUMULATIVIDADES	Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné, Vanuatu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil ↔ Austrália	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan-nov)
Intercâmbio	1.453	1.248	1.827	1.598	1.407	1.041	1.716,1	3.400,4	2.712,9	2.005, 3	1.700
Exportações	400	419	464	473	456	467	560,6	732,8	712,7	612, 6	706,7
Importações	1.052	829	1.363	1.125	951	574	1.155,5	2.667,6	2.000,2	1.392,7	943,5
Saldo	-712	-410	-652	-652	-495	-107	-594,9	-1.934,8	-1.287,5	-780.032,	-236,9



PERFIS BIOGRÁFICOS**Sam Mostyn**

Governadora-Geral da Austrália (representante de Sua Majestade o Rei Charles III)



Sam Mostyn tomou posse como a 28ª Governadora-Geral da Austrália, em 01/07/2024, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo. É empresária, advogada e líder comunitária, com atuação nos setores empresarial, esportivo, cultural e ambiental, bem como em organizações sem fins lucrativos. Foi Presidente do Australian Council for International Development (ACFID) de 2013 a 2017. É reconhecida por sua atuação em prol da igualdade de gênero e do enfrentamento da mudança do clima.

Anthony Albanese

Primeiro-Ministro da Austrália



Nascido em 02/03/1963, em Darlinghurst (Sydney, Nova Gales do Sul), formou-se em Economia pela Universidade de Sydney. Antes de ingressar no Parlamento, atuou como assessor político. Filiou-se ao Partido Trabalhista em 1979. Foi eleito para a Câmara dos Representantes em 1996, pelo distrito de Grayndler (Nova Gales do Sul), sendo sucessivamente reeleito, inclusive em 2025. Tomou posse como Primeiro-Ministro em 23/05/2022 e reassumiu para o segundo mandato em 13/05/2025.

Penelope Ying-Yen Wong

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Penelope Ying-Yen Wong nasceu em 05/11/1968, na Malásia. É graduada em Direito pela Universidade de Adelaide. Foi Ministra para Mudança do Clima e Água (2007–2010) e Ministra das Finanças e da Desregulamentação (2010–2013). Antes de concluir os estudos, realizou intercâmbio de aproximadamente um ano no Brasil.



VISÃO GERAL

A Austrália é uma democracia liberal, multiétnica e tradicional defensora do livre comércio. Parceiros estratégicos desde 2012, Brasil e Austrália comemoram, em 2025, 80 anos de relações diplomáticas (estabelecidas em 1945). Há amplo espaço para aprofundar os laços entre as duas potências regionais. Os dois países são grandes produtores e exportadores de minérios, particularmente minério de ferro. O setor agrícola também apresenta potencial, inclusive no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores australianos, bem como em acompanhar modificações recentes na regulação de investimento direto estrangeiro em setores estratégicos na Austrália.

O comércio bilateral e os investimentos recíprocos têm apresentado dinamismo e demonstram potencial de adensamento. Em 2022 registrou-se recorde do intercâmbio comercial, que alcançou US\$ 3,4 bilhões. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália, incluindo operações e investimentos de JBS e Minerva Foods. Registra-se, ademais, que a maior parte do investimento direto australiano na América Latina tem como destino o Brasil e que mais de 75 empresas australianas operam no país, em setores como infraestrutura, serviços de engenharia, mineração e saúde.

Aspecto importante da agenda bilateral é o intercâmbio estudantil decorrente do contingente de estudantes brasileiros na Austrália, que, em dezembro de 2019, representava 3% do total de estudantes internacionais no país (cerca de 23 mil pessoas, em termos aproximados) e figurava entre os cinco principais países de origem. Em termos de matrículas, o pico pré-pandemia foi de aproximadamente 40 mil em 2019. Após a queda desses números, ocasionada pela pandemia de covid-19, observou-se retomada gradual a partir de 2022, ainda com recomposição do perfil dos países de origem.

A Austrália é, por fim, importante parceiro do Brasil na esfera multilateral. Além de apoiar a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países convergem no interesse de fortalecer o multilateralismo e de preservar um sistema de comércio internacional baseado em regras, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). No Grupo de Cairns, os australianos têm-se engajado em retomar a proatividade do mecanismo, em defesa dos interesses dos países agroexportadores no contexto da reforma agrícola da OMC.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Por meio do Decreto nº 19.445, de 16/08/1945, criou-se uma Legação do Brasil na Austrália, com sede em Camberra. A legação foi instalada em 1946, em reciprocidade à instalação, no mesmo ano, da primeira representação diplomática australiana na América Latina, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil mantém Embaixada em Camberra e Consulado-Geral em Sydney; a Austrália mantém Embaixada em Brasília e Consulado-Geral em São Paulo.

Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação em temas de comum interesse, que se reúne a cada dois anos.

Marco importante das relações bilaterais foi a elevação, em 2012, do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica, anunciada no Comunicado Conjunto Brasil–Austrália (Rio de Janeiro, 21/06/2012), por ocasião de encontro entre a Primeira-Ministra (PM) Julia Gillard e a Presidenta da República (PR) Dilma Rousseff, à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Parceria Estratégica tem como objetivo intensificar os contatos de alto nível entre as duas nações. Antecedente esse marco o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil–Austrália, assinado em 21/09/2010, em Nova York, acompanhado de Plano de Ação com áreas prioritárias de cooperação.

No âmbito global, os dois países compartilham atributos de potência regional: são países continentais, com sociedades multiétnicas e economias diversificadas; e são grandes produtores e exportadores de alimentos e de minerais, com destaque para cadeias ligadas a mineração, energia e agropecuária. A agenda econômico-comercial é parte importante do relacionamento bilateral, conforme exposto abaixo.

Mecanismo de Consultas Políticas

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil–Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A XII Reunião de Consultas Políticas foi realizada em 06/03/2024, em Camberra. Foram tratados os principais temas da pauta bilateral: comércio, investimentos, acordos (perspectiva de negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação – ADT, prevista para começar em 2025), povos originários, interesse australiano em exportar cevada e trigo para o Brasil, interesse brasileiro em exportar carne suína para a Austrália, temas de gênero, temas de educação e implementação do acordo férias-trabalho, entre outros. Houve também discussão sobre a cooperação entre os dois países em foros multilaterais.

Comércio e investimentos

Análise do comércio bilateral

A Austrália é aproximadamente a 14ª economia do mundo, membro do G20 e da OCDE e grande exportador mineral e agrícola. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2022, quando alcançou US\$ 3,4 bilhões. Em 2024, o intercâmbio comercial bilateral foi de cerca de US\$ 2,1 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,7 milhões e as



importações, cerca de US\$ 1,49 bilhão. De janeiro a setembro de 2025, as exportações brasileiras para a Austrália somaram US\$ 530,9 milhões (alta de 20,4% em relação ao mesmo período do ano anterior).

O fluxo comercial é tradicionalmente deficitário para o Brasil em razão da importação de carvão mineral e derivados. Em 2024, os combustíveis minerais, com destaque para o carvão, responderam por parcela majoritária das importações brasileiras provenientes da Austrália. Em 2024, os principais produtos comprados pelo Brasil incluíram carvão não aglomerado; coques e semicoques de hulha; plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes; aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; e aparelhos elétricos para ligação de circuitos. O café destaca-se como o produto brasileiro mais exportado para os australianos, seguido de bens industrializados. Entre os produtos exportados em 2024, figuraram café não torrado; minérios de cobre; equipamentos de engenharia civil; celulose; e amidos, glúten de trigo e cola.

Análise de investimentos

Segundo o relatório World Investment Report 2024, da UNCTAD, a Austrália foi o 15º maior investidor direto mundial, com estoque no exterior de US\$ 710,6 bilhões em 2023. Já no sentido de recepção de investimento estrangeiro, o país ocupou o 16º lugar, com valor de US\$ 807,4 bilhões. A título comparativo, no mesmo período o estoque de investimento direto brasileiro no exterior foi de US\$ 365,8 bilhões, colocando o país no 23º lugar mundial. No sentido de recepção, o valor foi de US\$ 997,6 bilhões, ocupando a 14ª posição.

Investimentos australianos no Brasil

Dados do Banco Central do Brasil indicam que, em 2023, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital) alcançou US\$ 3,8 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, menos de 1% do total. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US\$ 2,7 bilhões) e de transformação (US\$ 1,3 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços digitais, transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.

Em 2024, o estoque de investimento estrangeiro direto (IED) australiano no Brasil alcançou US\$ 7,2 bilhões (23º maior estoque entre as origens).

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2023, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 255 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 7% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US\$ 19 milhões); (ii) moedas e depósitos (US\$ 12 milhões); e (iii) imóveis (US\$ 3 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Minerva, VALE, WEG e Marcopolo. Os maiores investimentos brasileiros estão concentrados na área de proteína animal. A JBS é a maior empresa de proteína animal do



país e processa carnes bovina e suína, bem como salmão. Já a Minerva é a maior processadora de carne ovina da Austrália.

Cooperação bilateral

Brasil e Austrália mantêm agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo número crescente de áreas. Embora o portfólio de projetos ainda não seja plenamente representativo do potencial bilateral, os dois países têm características comuns, que sustentam e impulsionam a cooperação. Ambos são países continentais, megadiversos, que detêm conhecimentos tradicionais de seus povos originários. Contam, também, com expertise em áreas comuns, em decorrência das características similares de suas respectivas economias e da disponibilidade de recursos naturais, como, por exemplo, pesquisa em agricultura, mineração, gestão de recursos hídricos e energias renováveis, incluindo soluções de baixo carbono (a exemplo do hidrogênio). Além disso, Brasil e Austrália têm muito a ganhar no intercâmbio em ciência e tecnologia, defesa e segurança, saúde, educação, pesquisa polar e antártica, área nuclear para fins pacíficos, entre outros.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Brasil e Austrália são os dois maiores produtores de ciência do hemisfério sul, com interesse crescente das duas comunidades científicas em intercambiar conhecimentos e considerável complementariedade de excelência: o Brasil como um dos países mais avançados em pesquisa agrícola e em doenças tropicais, e a Austrália, em saúde, engenharia e ciências biológicas. As relações bilaterais em ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Austrália ganharam impulso formal com a assinatura, em 2017, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Acordo entrou em vigor internacional em 21/05/2021 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 10.772, de 20/08/2021. Realizou-se, em dezembro de 2022, a primeira reunião de seu Comitê Conjunto, em Sydney. Somou-se a esse arcabouço a assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) entre o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e o Department of Education da Austrália, com vistas a estimular parcerias em pesquisa. Coube destaque para as seguintes áreas: energias limpas; biotecnologia; resiliência em desastres naturais; tecnologias quânticas; inteligência artificial; manejo de águas; ciências oceânicas e polares.

Cooperação educacional

A Austrália é destino relevante para estudantes brasileiros. Na educação superior, por exemplo, figura entre os 10 países que mais receberam bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos 25 anos, em nível de mestrado, doutorado ou outras modalidades. A presença de brasileiros realizando intercâmbios para estudos de inglês também é expressiva. Segundo o Departamento de Educação da Austrália, estudantes brasileiros constituem o oitavo maior grupo nacional de estrangeiros no país, perfazendo 35.247 em 2025. Do total de estudantes brasileiros, 51% estão matriculados em cursos profissionalizantes, 42% em cursos de aprendizado de língua inglesa e 5% em cursos de nível superior, com o restante distribuído por outros segmentos. O Ministério da Educação do Brasil e o Departamento de Educação da Austrália negociam a



renovação de MoU sobre educação, pesquisa e formação profissional por 10 anos, assinado em 03/07/2015. A Austrália não integra a rede de países participantes do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferta vagas em instituições de ensino superior brasileiras para graduação (PEC-G), pós-graduação (PEC-PG) e estudo de português como língua estrangeira (PEC-PLE).

Potencial de cooperação em energia renovável/bicombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. **No contexto da meta** nacional de atingir 82% de eletricidade renovável até 2030, cresce a demanda por soluções de armazenamento, integração à rede e cadeias de suprimento associadas à transição energética. Sobre biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland. A mistura autorizada de etanol na gasolina é de dez por cento. Abre-se espaço para cooperação em biocombustíveis avançados e SAF, inclusive em certificação e contabilidade de emissões no ciclo de vida, além de P&D em biomassa e hidrogênio.

Potencial de cooperação na área da saúde

Brasil e Austrália compartilham esforços no combate a enfermidades como dengue, zika e chikungunya, por intermédio de projeto que utiliza a bactéria wolbachia para reduzir a capacidade do mosquito *Aedes aegypti* de transmitir essas doenças (World Mosquito Program). O método foi pioneiramente testado no norte de Queensland, com liberações desde 2011, e tende a ser autossustentável após sua introdução na população local de mosquitos. No Brasil, a iniciativa vem sendo ampliada, inclusive com a inauguração, em 2025, de biofábrica de grande escala em Curitiba, reforçando a capacidade de produção e disseminação do método. Há potencial adicional de cooperação em vigilância epidemiológica, avaliação de impacto, modelagem de risco climático e capacitação de resposta a arboviroses.

Temas culturais

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) organiza, anualmente, o “Latin American Film Festival - LAFF”. Em agosto de 2025, foi realizada a 20ª edição do LAFF. O festival, organizado pela Embaixada em coordenação com o GRULAC, apresentou filmes dos países-membros do grupo em dez cidades australianas.

Adidâncias

Em setembro de 2025, a PF indicou prever para 2026 a efetiva abertura das instalações da adidância da Polícia Federal (PF) em Camberra. O posto deu início, então, aos procedimentos junto ao governo local com tal objetivo.

O Brasil nomeou, também, um novo adido agrícola para atuar na capital australiana, cujas atividades têm início previsto para 15 de janeiro de 2026.

Acordos bilaterais em negociação



Tratado para evitar a dupla tributação (ADT)

A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Houve encontro presencial, em dezembro de 2024, em Brasília, entre os representantes técnicos dos dois países.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e a assinatura se deu em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane. O instrumento foi ratificado pelo lado australiano em 2016.

Em 26/07/2024, o instrumento foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 1154. A Mensagem foi distribuída inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), onde recebeu parecer favorável. Em dezembro de 2025, aguarda ainda deliberação em plenário.

Acordo de Previdência Social

Em novembro de 2024, foram lançadas negociações entre Brasil e Austrália para a celebração de acordo previdenciário, que deverá beneficiar a comunidade brasileira residente no país, hoje estimada em 60 mil pessoas.

Quadro de acordos bilaterais em negociação

Acordo	Status
Tratado para evitar a dupla tributação	Minuta de acordo foi adiantada pela Receita Federal à embaixada australiana em Brasília, em 2016. Houve reunião presencial entre os técnicos dos dois países em dezembro de 2024.
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro.
Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal	A Austrália ratificou o texto em 2016. Em dezembro de 2025, o texto aguarda apreciação do plenário.
Acordo de Previdência Social	Negociações entre Brasil e Austrália foram lançadas em novembro de 2024.
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro, atualmente em análise pela Austrália.

ACORDOS BILATERAIS			
Acordo	Celebração	Tramitação	Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do	31/03/2022	Em Vigor	Vistos e Imigração



Brasil e o Governo da Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	07/09/2017	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	15/11/2014	Aguarda apreciação no plenário do Congresso	Direito Penal
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada	22/09/2010	Em Vigor	Declaração Conjunta
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	21/04/2010	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Matéria Sanitária	02/04/1998	Em Vigor	Sanidade Animal e Vegetal - Entendimento
Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Extradicação
Acordo, por Troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Dependentes - Atividades Remuneradas - Relações Diplomáticas e Consulares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	27/08/1990	Substituído	Consultas Diplomáticas - Entendimento
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	23/02/1978	Em Vigor	Comércio



Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Austrália	16/07/1969	Suspenso	Vistos e Imigração
Comunicado Conjunto Brasil – Austrália	06/07/1965	Em Vigor	Declaração Conjunta
Entendimento Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	24/10/1950	Denunciado	Comércio
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	19/07/1939	Substituído	Comércio
Tratado entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos do Brasil para a criação de uma Comissão de Paz (Aplicável à Austrália)	04/04/1919	Em Vigor	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (Aplicável à Austrália)	18/06/1909	Em Vigor	Arbitragem e Conciliação
Acordo entre a o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil para Entrega de Desertores de Navios Mercantes (Aplicável à Austrália)	30/07/1888	Em Vigor	Desertores

Temas consulares

A rede consular é atendida pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, contando, ainda, com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos. Pesquisas acadêmicas indicam, ainda, que a comunidade brasileira registrou crescimento de 812% entre os anos 2000 e 2020. A comunidade seria composta, predominantemente, por pessoas entre 20 e 49 anos de idade, que em geral ingressam no país com vistos de estudante.

De acordo com dados de 2024, a comunidade brasileira na Austrália continuou a expandir-se de forma expressiva. Os últimos dados populacionais publicados pelo Australian Bureau of Statistics (ABS), referentes a junho de 2024, indicaram haver 72.920 residentes na Austrália nascidos no Brasil. O número representa crescimento de 56% em relação aos dados do relatório Comunidades Brasileiras no Exterior (ano-base 2022) e de mais de 300% na última década. De acordo com os dados publicados, a faixa etária média desses brasileiros é de 35 anos, sendo 53% mulheres e 47% homens.

Tal crescimento da comunidade brasileira reflete-se no aumento significativo da demanda por serviços consulares, em especial de renovação de passaportes. Como apontado no balanço feito no primeiro semestre de 2025, a emissão de passaportes registrou crescimento de 40% em relação a 2024 e de 57% em comparação com 2023, tendo sido emitidos 1.857 passaportes comuns nos primeiros seis meses de 2025.

Temas multilaterais



Historicamente, ambos os países participam ativamente de diversas instâncias multilaterais. A Austrália apoia a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a proposta do G4 e o pleito brasileiro por assento permanente. Ademais, os dois países mantêm histórico de apoio recíproco em candidaturas a órgãos multilaterais.

No âmbito comercial, coordenam-se para buscar posições conjuntas quanto à reforma da OMC, especialmente no que concerne ao Órgão de Solução de Controvérsias. Ambos integram o Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa, além de copatrocinarem propostas e iniciativas dentro da OMC. No G20, Brasil e Austrália tendem a manter posições convergentes, especialmente em temas digitais.

Os dois países colaboram em iniciativas em prol da segurança alimentar global, bem como na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas e na gestão sustentável de recursos naturais (G20, FAO e OCDE). Convergem, ainda, em posicionamentos voltados a reduzir o protecionismo de outros mercados e eliminar subsídios distorcivos, a fim de tornar o comércio agrícola mais justo e eficiente.

G20

Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do G20. O Primeiro-Ministro Anthony Albanese participou da Cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, ocasião em que realizou encontros bilaterais com representantes de alto nível de Índia, China, Reino Unido, União Europeia e Turquia. Na sessão de abertura do G20, Albanese mencionou a necessidade de ação coordenada entre os países do grupo para conter a inflação mundial e registrou que a Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Encontros de alto nível

Visitas e encontros de Chefes de Estado e de Governo

O último encontro de chefes de governo entre Brasil e Austrália ocorreu em 19/05/2023, à margem do segmento de engajamento externo (*outreach*) da 49ª Cúpula do G7, em Hiroshima. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Anthony Albanese trataram da ampliação das relações entre os dois países, de temas de meio ambiente, da Copa do Mundo de Futebol Feminino e de relações trabalhistas, em particular no que se refere a trabalhadores de aplicativos. O Presidente Lula foi convidado a visitar a Austrália.

Durante a Cúpula do G20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o Presidente Michel Temer, e ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante os Jogos Olímpicos, em agosto de 2016, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado, em seguida, ao Brasil, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica, durante encontro com a Presidente Dilma Rousseff. Pelo lado brasileiro, a participação de Dilma Rousseff na Cúpula do G20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita



de mandatário brasileiro à Austrália. As duas mandatárias haviam se encontrado à margem da cúpula do G20, em novembro de 2011, em Cannes.

Encontros de Chanceleres

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião de sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então Chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil.

O então Ministro Celso Amorim e Kevin Rudd (na função de Ministro dos Negócios Estrangeiros) assinaram, em Nova York, em setembro de 2010, Memorando de Entendimento (MdE) para estabelecimento de parceria reforçada. Em dezembro do mesmo ano, Rudd esteve na Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, ocasião em que, juntamente com os chanceleres do bloco e da Nova Zelândia, firmou declaração conjunta de criação de foro de diálogo periódico de funcionários de alto nível sobre temas de comércio.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o Chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson também foi a Brasília, onde se encontrou com o Chanceler Patriota.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, a Chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo Chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado o Memorando de Entendimento em Educação.

Em outubro de 2017, à margem da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o Chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os Ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em maio e em dezembro de 2020, o Chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne.

Em 23/10/2023, o Ministro Mauro Vieira recebeu telefonema da MNE Penny Wong para tratar do conflito entre Israel e Palestina. Conversaram também sobre a utilização de submarinos a propulsão nuclear sob a égide da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Sr. ME convidou a Chanceler Wong para visita ao Brasil.

O Ministro Mauro Vieira manteve encontro, em 20/02/2024, com a Senadora Katy Gallagher, Ministra das Finanças, Mulheres e Serviço Público, chefe da delegação australiana à reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20.

À margem da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13 – Abu Dhabi, 26-29/02/2024), o Ministro Mauro Vieira manteve reunião com o Ministro do Comércio da Austrália, Don Farrell. Os principais temas tratados foram as perspectivas de resultados para



a MC13, a presidência brasileira no G20 e as respectivas negociações de acordos com a União Europeia.

A delegação australiana na COP30 foi chefiada pelo Ministro para Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Federação, em 1901, a Austrália enfrenta o desafio de conciliar sua herança institucional europeia com sua inserção geográfica no Indo-Pacífico, de forma a forjar sua identidade nacional. Ao longo de sua história, a Austrália tem enfrentado a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em seu próprio entorno. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade conferida à defesa e à segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e, por outro, a aproximação gradual, em suas mais diversas dimensões, com os países da Ásia-Pacífico.

Em 2025, o Primeiro-Ministro Anthony Albanese pronunciou discurso sobre os rumos da política externa australiana em seu segundo mandato, defendendo orientação mais autônoma e voltada aos interesses nacionais e regionais. Sustentou que a Austrália deve manter sua capacidade de decisão independente, mesmo em meio a alianças históricas, como a mantida com os Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro Albanese participou, em junho de 2025, já reeleito para segundo mandato, da Cúpula do G7, realizada no Canadá. Na oportunidade, encontrou-se bilateralmente com representantes do Canadá, da Coreia do Sul, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Japão, do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, além de autoridades do governo dos Estados Unidos (em decorrência da partida do Presidente Donald Trump logo no início do evento), bem como participou de sessões de trabalho sobre o futuro da segurança energética global e tecnologias emergentes.

Em julho de 2025, o Primeiro-Ministro encontrou-se com o Presidente da China, Xi Jinping. A viagem ocorreu em momento de reaproximação bilateral, após deterioração das relações em anos recentes. Os dois lados anunciaram a criação de Diálogo Político sobre a Descarbonização do Aço e assinaram acordos sobre temas como comércio, turismo e agricultura.

Em setembro do mesmo ano, a Austrália reconheceu a Palestina como Estado soberano e independente. O anúncio, realizado à margem da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi coordenado com o Reino Unido e com o Canadá.

Reeleição de Donald Trump (5/11/24)

O Primeiro-Ministro Albanese congratulou Trump por telefone pela vitória eleitoral e mencionou a importância da aliança entre Estados Unidos e Austrália nas áreas econômica e de segurança, com destaque para a parceria AUKUS (Austrália-Reino Unido-Estados Unidos). O Primeiro-Ministro destacou o papel de liderança dos Estados Unidos na estabilidade e segurança do Indo-Pacífico e a relevância da aliança bilateral.

Quanto às “tarifas recíprocas” impostas por Trump, a tarifa geral aplicada pelos Estados Unidos à Austrália foi estabelecida em 10% (as Ilhas Norfolk, território australiano,



tiveram tarifa de 29%). O Primeiro-Ministro Albanese lamentou a decisão estadunidense. O Primeiro-Ministro descartou a adoção de tarifas retaliatórias, as quais, na perspectiva do governo australiano, apenas contribuiriam para elevar ainda mais o custo de vida da população. Entre os setores mais afetados, destacam-se as exportações agrícolas australianas, sobretudo a carne bovina, principal produto exportado para os Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado federal, composto por seis estados (Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul e Tasmânia) e dois territórios continentais autogovernados (Território da Capital Australiana e Território do Norte). O país é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de Estado é o rei Charles III, representado pela Governadora-Geral, Sam Mostyn. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados. O sistema legal australiano é consuetudinário (*common law*), baseado no modelo inglês. A Alta Corte da Austrália (*High Court of Australia*) é composta por 7 juízes, incluindo o Chefe de Justiça (*Chief Justice*).

O Parlamento federal é bicameral. O Senado (*Senate*) é formado por 76 membros: 12 de cada um dos 6 estados e 2 de cada um dos 2 territórios. Os senadores são eleitos por votação proporcional para mandatos de 6 anos, com renovação, a cada 3 anos, de metade dos assentos dos estados e da totalidade dos assentos dos territórios. A Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) é composta por 150 deputados, eleitos diretamente nos respectivos distritos eleitorais (um para cada deputado), por votação majoritária, para mandatos de 3 anos.

Há dois grupos políticos principais, em nível federal e estadual: o Partido Trabalhista (Australian Labor Party – ALP) e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal (Liberal Party of Australia) e pelo Partido Nacional (The Nationals). Também estão representados no Parlamento partidos menores e deputados independentes.

O Partido Trabalhista venceu as eleições nacionais de 21/05/2022, e o líder da agremiação, Anthony Albanese, assumiu em 23/05/2022 como Primeiro-Ministro da Austrália. Os trabalhistas venceram as eleições em contexto de fortalecimento de agendas associadas à proteção ambiental, promoção dos direitos das mulheres e dos aborígenes e criação de comissão contra a corrupção, entre outros temas.

Em maio de 2025, o Partido Trabalhista do Primeiro-Ministro Anthony Albanese garantiu novo mandato, com ampla margem sobre a Coalizão Liberal-Nacional. O líder do Partido Liberal, Peter Dutton, perdeu sua cadeira no Parlamento.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália e estabelecimento da legação do Brasil em Camberra.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália



1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradicação entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e vice-Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Renovado Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional.
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da Subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2024	Visita da Senadora Katy Gallagher, Ministra de Finanças, Mulheres e Serviço Público da Austrália, no contexto de reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro
2024	Realização da XII Reunião de Consultas Políticas em Camberra



2024	Participação do PM Anthony Albanese participou da reunião do G20, no Rio de Janeiro
2025	Participação do Ministro para a Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen, na COP30, em Belém.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PAPUA NOVA GUINÉ

Ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ	
NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	Papua ou papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462 840 km² <i>(Banco Mundial)</i>
POPULAÇÃO (2023)	10,576,502 <i>(Banco Mundial)</i>
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Bob Dadae <i>(desde fevereiro de 2017)</i>
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro James Marape <i>(desde maio de 2019)</i>
CHANCELER	Justin Tkatchenko <i>(desde janeiro de 2024)</i>
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 32,538 bilhões <i>(Banco Mundial)</i>
PIB PPP (2024)	US\$ 51,704 bilhões <i>(Banco Mundial)</i>
PIB NOMINAL per capita (2024)	US\$ 3,076.5 <i>(Banco Mundial)</i>
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 4,888.6 <i>(Banco Mundial)</i>
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,1 (2024); 3,8 (2023); 5,7 (2022); -0,5 (2021); -3,2 (2020) <i>(Banco Mundial)</i>
IDH (2021)	0,558 (156º lugar entre 191 países) <i>(ONU)</i>
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	66 anos <i>(Banco Mundial)</i>
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2022)	87% <i>(Banco Mundial)</i>
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024)	2,7% <i>(Banco Mundial)</i>
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda <i>(desde 08/08/2023)</i>
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) – Fonte: MDIC/Economia (Comextat)

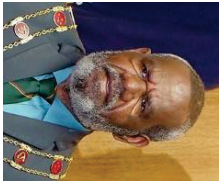
BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan./ nov)
Intercâmbio	2854	3074	3040	3500	4600	3057	3070	2218	4635	960,4
Exportações	2839	3067	2754	3300	4500	2985	2971	2105	4545	960,4
Importações	14	6	286	200	100	72	99	113	89	0
Saldo	2824	3061	2468	3100	4400	2913	2872	1992	4456	960,4



PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Bofeng Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando o rei Charles III



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional de Papua Nova Guiné em 2002, como membro do *United Party*, tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como Ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Em 2011, mudou-se para o *People's National Congress*, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné



Nasceu em 24 de abril de 1971. É graduado pela Universidade de Papua Nova Guiné, onde é pós-graduado em ciências ambientais. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, por Hela, terras altas (*highlands*) do país, mas o pleito foi cancelado em razão da violência na região. Foi eleito em 2007 e reeleito nas eleições subsequentes. Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008), Ministro da Educação (2008-2011) e Ministro das Finanças (2017-2019). Em abril de 2019, renunciou à pasta das Finanças, dando início à crise política que levou à queda do então chefe de governo, Peter O'Neill. Após a renúncia de O'Neill, foi eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento nacional, em maio de 2019, acumulando, internamente, a pasta de Relações Exteriores. Em 2024, foi substituído pelo Chanceler Justin Wayne Tatchenko.

Justin Tatchenko

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Melbourne, em 2/6/1972, e descendente de ucranianos, naturalizou-se papuásio em 2006. Foi empresário e apresentador de TV. Foi Ministro dos Esportes e Jogos do Pacífico, Ministro do Território e do Planejamento Físico e assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2022 até maio de 2023. Reassumiu o posto em janeiro de 2024.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. Os dois países têm a primeira e a terceira maiores florestas tropicais respectivamente, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, o Vice-Ministro de Florestas e Mudança do Clima, Ronald Asik, esteve no Brasil para conferência Rio+20. O delegado não manteve encontro com autoridades brasileiras.

Em março de 2020, o Primeiro-Ministro James Marape transmitiu ao Embaixador do Brasil em Camberra avaliação positiva sobre o relacionamento com o Brasil. Considerou que o fato de PNG ser um dos países de maior biodiversidade global abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, produção de medicamentos e vacinas.

Em 2023, o Diretor do Departamento de Japão e Península Coreana do Itamaraty visitou a capital Port Moresby, no contexto dos esforços do governo brasileiro de relançar o diálogo político com atores da região do Pacífico Insular e conferir maior concretude à agenda bilateral. As partes expressaram posições convergentes em temas relacionados à necessidade de reforma dos mecanismos de governança global, bem como a prioridades como desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.

Em novembro de 2025, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro de trabalho com o premiê papuásio, no contexto da Cúpula de Líderes organizada antes do início da COP30. O Primeiro-Ministro Marape enfatizou tratar-se da primeira vez que participa de uma COP do Clima, decisão que associou ao valor que atribui à liderança brasileira. Expressou firme apoio à inclusão da agenda de florestas nos debates sobre a mudança do clima, lembrando do engajamento de seu país em favor do financiamento da conservação florestal, incluindo a regulamentação de mercados de carbono.

Defendeu, nesse sentido, a iniciativa brasileira de estabelecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). O Presidente Lula agradeceu o apoio de Papua Nova Guiné ao TFFF e reafirmou a disposição do Brasil de fazer da COP30 a COP da implementação das decisões já tomadas pela comunidade internacional. Os dois líderes convergiram quanto à necessidade de financiamento climático em grande escala, em condições que não agravem o endividamento dos países em desenvolvimento. Ambos concordaram, ainda, na importância de integrar os esforços de adaptação à mudança do clima ao planejamento estratégico nacional e de garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e voltada à redução de desigualdades.

Sobre a relação bilateral, o Primeiro-Ministro Marape expressou interesse em obter a cooperação do Brasil para o fortalecimento dos setores de agricultura e energia. Com o intuito de fortalecer os laços entre Brasil e Papua Nova Guiné, informou sobre a decisão de seu governo de abrir embaixada residente em Brasília e convidou o Brasil a abrir missão em Porto Moresby. O Presidente Lula sugeriu a sua contraparte a realização de visita de trabalho ao Brasil, para aprofundar a discussão sobre áreas potenciais de cooperação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na geração de energia limpa, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.



INTERCÂMBIO COMERCIAL

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com a Papua Nova Guiné somou USD 1,53 milhões. As exportações brasileiras totalizaram USD 1,47 milhões no primeiro semestre de 2025. O valor indica queda de 40% em relação ao mesmo período em 2024. Houve mudanças significativas na pauta de exportação, merecendo destaque a inclusão de proteína animal em decorrência da recente abertura de mercado. Os produtos mais exportados à Papua Nova Guiné foram: machados e ferramentas semelhantes (USD 478 mil), miudezas comestíveis de bovino congeladas (USD 318 mil), línguas de bovino congeladas (USD 164 mil), artefatos de uso doméstico (USD 97 mil) e facas de lâmina fixa (USD 58 mil). As importações provenientes da Papua Nova Guiné somaram apenas USD 54 mil, valor que embora pequeno, representa aumento de 33% em relação ao primeiro semestre de 2024. Como em anos anteriores, as importações brasileiras foram compostas quase exclusivamente por "baunilha não triturada nem em pó", com os outros itens da pauta (rolamentos de esferas) somando valores menores que USD 100.

Agricultura

A autoridade sanitária de Papua Nova Guiné aprovou, em setembro de 2024, as propostas brasileiras de certificados sanitários internacionais para exportação pelo Brasil de carne bovina e de carne de aves e carne mecanicamente separada de frango. Os contatos com a NAQIA para a abertura do mercado papuásio (o segundo maior da Oceania depois da Austrália) para importação de carne de frango do Brasil foram iniciados em 2020.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do Covid-19 em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG (Vinícius Reis e Erick Joe) solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

ACORDOS BILATERAIS

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

Em dezembro de 2023, o Brasil propôs acordo de isenção de vistos para PADIP e PASOF.

POLÍTICA EXTERNA

Papua Nova Guiné é membro da ONU desde 10/10/1975, da *Commonwealth* (desde 16/09/1975), da OMC (membro desde 09/06/1996) e da APEC (desde 1993), além de integrar a Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OACPS, antigo ACP). No entorno regional, exerce papel de relevo no Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e na Comunidade do Pacífico (SPC), e é membro central do *Melanesian Spearhead Group* (MSG). Mantém, desde 1976, status de *Special Observer* junto à ASEAN e tem reiterado aspiração de adesão plena, participando também do *ASEAN Regional Forum* (ARF). Desde 14/10/1976, é membro da Interpol.

Como *Small Island Developing State* (SIDS) e integrante da AOSIS, PNG pauta-se pela alta vulnerabilidade a impactos da mudança do clima (eventos extremos, pressões



sobre infraestrutura e segurança alimentar), defendendo maior financiamento climático e apoio a medidas de adaptação em foros multilaterais.

No plano bilateral e de segurança, as relações com a Austrália são estruturantes: além de cooperação histórica abrangente, a Austrália figura como principal parceira em comércio bilateral e é a maior parceira de desenvolvimento de PNG, com ampla carteira de assistência e financiamento. Na dimensão de segurança, foi firmado acordo-quadro bilateral (2023) e, mais recentemente, um tratado de defesa mútua ("Pukpuk Treaty"), assinado em outubro de 2025, que aprofunda a integração e prevê assistência em caso de ataque; iniciativas recentes sob esse marco incluem investimentos australianos em infraestrutura digital. Em paralelo, PNG vem aprofundando a cooperação com os Estados Unidos, inclusive por meio de acordo de cooperação em defesa e de instrumentos de cooperação marítima (Shiprider), assinados em 2023.

Ao mesmo tempo, PNG busca manter política externa pragmática de diversificação de parcerias, ampliando vínculos econômicos com a China, com investimentos e projetos de infraestrutura; em junho de 2018, PNG assinou memorando de entendimento relativo à Iniciativa Cinturão e Rota. Esse movimento ocorre em contexto de crescente competição estratégica no Pacífico, no qual o governo tem sinalizado intenção de preservar autonomia decisória e relações funcionais com diferentes atores.

ECONOMIA

A economia da Papua-Nova Guiné é fortemente dependente do setor extrativo (gás natural liquefeito, petróleo e mineração de ouro, cobre e níquel), que responde pela maior parte das exportações e torna o desempenho macroeconômico particularmente sensível aos ciclos de preços internacionais e ao cronograma de grandes projetos. Apesar disso, a base social da economia é predominantemente rural: cerca de 86% da população vive em áreas rurais e mais de 80% depende, direta ou indiretamente, de agricultura de subsistência e pequena produção, com baixa produtividade e pouca integração a cadeias formais; o setor agrícola e agroflorestal, contudo, permanece relevante por produtos como café, cacau, óleo de palma, copra e pesca.

De acordo com projeções recentes do FMI, as perspectivas seguem positivas: o crescimento do PIB é projetado em 4,5% em 2025, impulsionado pela maior produção no setor de recursos naturais e pela resiliência do setor não relacionado a recursos, apoiada pela melhora no acesso a divisas e por desempenho favorável da agricultura; a inflação deve recuar de base muito baixa em 2024 e ficar em 3,8% em 2025, convergindo para algo em torno de 4,5% no médio prazo. A partir de 2026, o crescimento tenderia a moderar-se e estabilizar-se pouco acima de 3%, com elevada incerteza e riscos associados a volatilidade de commodities, choques domésticos e limitações de capacidade estatal.

Além do extrativismo, a pesca oceânica - especialmente de atum - tem peso fiscal para vários países do Pacífico. PNG é parte do Acordo de Nauru (PNA, 1982) e participa do sistema regional de gestão do esforço de pesca (incluindo o Vessel Day Scheme), por meio do qual licenças de pesca para embarcações estrangeiras podem gerar receitas relevantes.

No comércio com o Brasil, os fluxos são reduzidos: em 2024, as exportações brasileiras para PNG somaram cerca de US\$ 4,55 milhões, enquanto as importações brasileiras provenientes de PNG ficaram em torno de US\$ 96 mil, resultando em superávit brasileiro aproximado de US\$ 4,45 milhões (valores com base em estatísticas do UN Comtrade).



POLÍTICA INTERNA

O Estado Independente de Papua-Nova Guiné é país da Melanésia no sudoeste do Pacífico, ao norte da Austrália, que ocupa a metade oriental da ilha da Nova Guiné e numerosos arquipélagos adjacentes (entre os quais Nova Bretanha, Nova Irlanda e Bougainville). A capital é Port Moresby. A população é estimada em cerca de 11 milhões (o Banco Mundial trabalha com ordem de grandeza próxima de 11,8 milhões) e o país é reconhecido por sua extrema diversidade sociocultural e linguística, com mais de 800 línguas.

Trata-se de monarquia constitucional parlamentarista, no modelo de Westminster. Como membro da *Commonwealth*, o Chefe de Estado é o Rei Charles III, representado no país por um Governador-Geral (atualmente, Sir Bob Dadae), eleito pelo Parlamento Nacional e com funções principalmente protocolares, embora detenha atribuições constitucionais como nomear o Primeiro-Ministro e formalizar a composição do Executivo. O Parlamento Nacional é unicameral e, após a reforma de distritos eleitorais implementada na eleição de 2022, passou a contar com 118 membros (96 eleitos em distritos "open" e 22 eleitos em circunscrições provinciais - 20 províncias, além do Distrito da Capital Nacional e da Região Autônoma de Bougainville), com mandato de cinco anos.

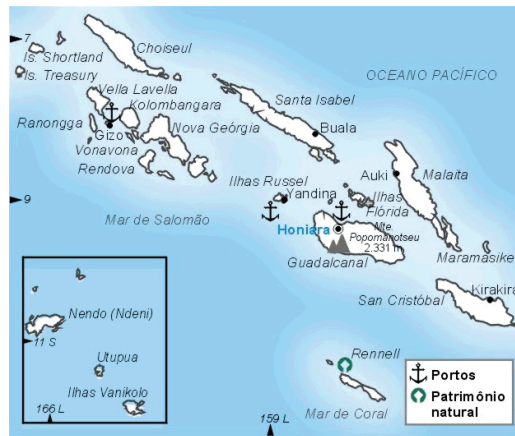
Historicamente, a configuração territorial atual resulta da administração colonial sobre áreas distintas: o nordeste esteve sob domínio alemão (1884-1914); o sul foi inicialmente protetorado britânico (a partir de 1884) e, posteriormente, administrado pela Austrália; durante a Segunda Guerra Mundial, partes do território foram ocupadas pelo Japão (1942-1945). No pós-guerra, a administração australiana consolidou-se e PNG alcançou autogoverno em 01/12/1973 e independência em 16/09/1975.

O cenário político é marcado por fragmentação partidária, coalizões fluidas e recorrentes reacomodações parlamentares, o que contribui para episódios de instabilidade. Após as eleições nacionais de julho de 2022, James Marape foi reconduzido ao cargo de PM pelo Parlamento (com ampla margem, quando ainda havia assentos pendentes de declaração) e permanece como Chefe de Governo. Um tema político-institucional importante é Bougainville: na consulta de 2019, 97,7% dos votantes optaram pela independência, e o encaminhamento do resultado segue sujeito a consultas e deliberação no marco do Acordo de Paz de Bougainville e do processo constitucional interno.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS SALOMÃO

Ostensivo
Dezembro de 2025

Avulso da MSF 3/2026 [83 de 117]



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomonense
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	07/07 – Data da Independência
ÁREA	28 900 km² (mais de 922 ilhas) (área: <i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2024)	819,198 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador Geral David Tiva Kapu (desde jul/2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jeremiah Manele (<i>desde maio de 2024</i>).
CHANCELER	Peter Shanel Agovaka (<i>desde maio de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 1,76 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 2,07 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2024)	US\$ 2.15 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024)	US\$ 2.87 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	2,5 (2024); 2,7 (2023); 2,4 (2022); 2,6 (2021); -3,4% (2020); 1,7 (2019) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2023)	0,584 (156º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	71 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	84,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	1,4 % (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: (Comexstat)

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	110	86	174	45,8	109,5	129,4	165,6	107,2	173,4
Exportações	110	86	174	45,3	108	128,7	137,7	95,4	171,6
Importações	0	0	0	0,5	1,5	0,7	27,9	11,8	1,7
Saldo	110	86	174	44,8	106,5	128	109,8	83,6	169.9



PERFIS BIOGRÁFICOS**David Tiva Kapu***Governador-Geral*

David Tiva Kapu é pastor anglicano e atuou como reitor acadêmico da Bishop Patteson Theological College na zona costeira de Kohimarama. Em junho de 2024, foi nomeado Governador-Geral, representando o Rei Charles III no país. Em 2025, recebeu o título de Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de São Miguel e São Jorge pelo monarca britânico.

Jeremiah Manele*Primeiro-Ministro*

Nascido em 1968, Manele foi Encarregado de Negócios da Missão Permanente das Ilhas Salomão junto às Nações Unidas, (1997-2002). Foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002-2007). Ocupou vários cargos no governo solomonense. Foi eleito pela segunda vez membro do parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/04/2019. Em 02/05/2024, foi eleito Primeiro-Ministro.

Peter Shanel Agovaka*Ministro de Negócios Estrangeiros*

Peter Shanel Agovaka nasceu em 1959 e tem formação na área de energia elétrica. Foi eleito para o Parlamento em 2006, 2010 e 2014. Foi Ministro das Relações Exteriores (2010-2012); Ministro de Polícia, Segurança Nacional e Serviço Correcional (2014-2015); e Ministro de Comunicações e Aviação (2015-2017). Assumiu novamente a pasta de Negócios Estrangeiros em maio de 2024.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005. O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em 2009, o então Representante Permanente de Salomão junto à ONU, Collin Beck, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na qualidade de Ministro de Estado, interino. Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo realizou visita ao Brasil, no contexto da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Brasil e Ilhas Salomão compartilham visão comum sobre o combate à mudança do clima. Há perspectiva de cooperação nas áreas de esporte e agricultura, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasil transmitiu proposta de Acordo de Cooperação Técnica para as Ilhas Salomão em dezembro de 2005. Em 2023, o documento foi reapresentado pela parte brasileira. Não há iniciativas de cooperação entre as Ilhas Salomão e o Brasil.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2010, na sequência do tsunami que atingiu as Ilhas Salomão, em 04/01/2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao país, por meio de acordo com o PNUD, para o projeto *Recovery Assistance for Earthquake and Tsunami in the Solomon Islands*.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

As exportações brasileiras têm predominância na pauta comercial com as Ilhas Salomão. Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 173,4 mil, com o Brasil respondendo por 171,6 mil de exportações, com os principais produtos sendo waffles e wafers; produtos de confeitaria, sem cacau; e caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes, sem cacau. Importou dentes artificiais de acrílico e partes para aparelhos de interrupção de circuito elétrico.

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com as Ilhas Salomão somou USD 106 mil. O valor advém exclusivamente das exportações brasileiras, não tendo sido registrada a importação de nenhum produto das Ilhas Salomão. Em comparação ao mesmo período de 2024, o valor indica aumento de 26,9% nas exportações brasileiras.

Nesse período, a pauta de exportação às Ilhas Salomão foi composta exclusivamente por bens alimentícios industrializados. O produto mais exportado foram preparações alimentícias e conservas, da espécie bovina (USD 57,4 mil), seguido respectivamente por caramelos e variados (USD 26,4 mil), outros produtos de confeitaria sem cacau (USD 9,9 mil), caramelos e derivados sem açúcar (USD 5,6 mil) e outros produtos industrializados de confeitaria.

Em 2025, foram aprovados Certificados Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado salomônico de carnes e produtos cárneos congelados de aves e bovinos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS



Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são país-membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, entre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e o *Melanesian Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia. Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol. As Ilhas Salomão são ainda membros da *Association of Small Island States* (AOSIS), o que pauta sua participação nas negociações sobre mudança do clima no âmbito das Nações Unidas. Como LDC (*Least Developed Country*) e SIDS (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar no país.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,76 bilhão e crescimento de 2,5% em 2024, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 177ª economia do mundo. O crescimento real da economia tem-se mantido estável, tendo chegado a 2,7% em 2023, antes de desacelerar ligeiramente, refletindo desafios estruturais e externos. O PIB PPP é da ordem de US\$ 2,9 mil por pessoa, típico de país de baixa renda. Mantida a trajetória atual, as Ilhas Salomão devem deixar a categoria de país de menor desenvolvimento relativo (PMDR) em 2027. A taxa oficial de desemprego é muito baixa (1,4%) embora o governo estime que o setor informal empregue parcela significativa da mão-de-obra.

Segundo o Ministério das Finanças, as receitas oriundas da pesca do atum são a terceira maior fonte de recursos do governo, depois da arrecadação interna e das tarifas aduaneiras. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, o qual responde por quase metade do PIB. Além do setor de serviços, outras atividades importantes são a agricultura, a pesca e a silvicultura. Os principais produtos de exportação são óleo de palma, copra (polpa seca de coco) e cacau. As ilhas são ricas em recursos minerais ainda não explorados, como chumbo, zinco, níquel e ouro.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Salomão, arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, têm cerca de 800 mil habitantes. O país é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Seu chefe de estado é o Rei Charles III do Reino Unido, representado por Governador-Geral, e a chefia de governo é exercida por primeiro-ministro.

As Ilhas Salomão foram protetorado inglês desde 1890 e emanciparam-se politicamente em 1978. O parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O primeiro-ministro é eleito por maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

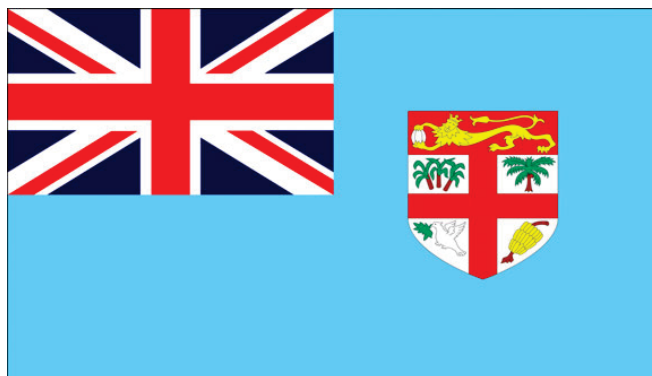


Em 02/05/2024, Jeremiah Manele, então Ministro das Relações Exteriores, foi eleito Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão com 31 votos. O candidato rival e ex-líder da oposição Mathew Wale teve 18 votos.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS FIJI



Maço ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18 270 km² (332 ilhas) (área: Banco Mundial)
POPULAÇÃO (2023)	924,145 (Banco Mundial)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ratu Naiqama Lalabalavu (desde novembro de 2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (desde dezembro de 2022)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (desde dezembro de 2022)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 5,44 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2023)	US\$ 14,089 bilhões (Banco Mundial)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 5.888 (Banco Mundial)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 13.562,38 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	8,0% (2023); 20% (2022); -5,1% (2021); -17,0% (2020); -0,6% (2019); 3,8% (2018) (Banco Mundial)
IDH (2022)	0,73 (104º lugar) (ONU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	67,2 (ONU)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89,1 (ONU)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	4,2% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	MPC Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (a Embaixada de Fiji em Brasília foi fechada em maio de 2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comextat.mdic.gov.br*

BRASIL⇒FIJI	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1021	1079	1038	1163	1251	2008	1139	743,8	1002	1908	1246,2	1082,8
Exportações	1012	979	1032	1071	1187	1395	1050	691,3	999	1821	1218,0	1077,4
Importações	9	100,5	6,3	92,5	63,9	73,2	89	52,5	3	87	28,2	5,4
Saldo	1003	878	1026	978	1123	1321	961	638,8	996	1734	1189,8	1071,9



PERFIS BIOGRÁFICOS**Naiqma Lalabalavu***Presidente*

Ratu Naiqma Lalabalavu (23 de dezembro de 1953) foi eleito Presidente da República de Fiji pelo Parlamento em 2024, tomando posse em 12 de novembro do mesmo ano. Chefe tradicional (Ratu) da província de Cakaudrove, na ilha de Vanua Levu - uma das duas maiores do país -, exerceu, imediatamente antes da eleição presidencial, a função de Presidente do Parlamento, entre 2022 e 2024.

Durante o período de instabilidade política do início dos anos 2000, foi nomeado Ministro dos Assuntos Fijianos por George Speight no contexto do golpe de Estado de 2000. Com a restauração da democracia em 2001, associou-se à Aliança Conservadora, de orientação nacionalista. Em 2006, voltou a ocupar funções ministeriais, sendo afastado da vida pública com o golpe militar daquele ano. Retomou a carreira política em 2014, regressando gradualmente ao centro do sistema político fijiano até sua eleição para a Presidência da República.

Sitiveni Rabuka*Primeiro-Ministro**Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional*

Sitiveni Ligamamada Rabuka nasceu em Vanua Levu, em 13 de setembro de 1948. Militar de carreira, realizou formação em instituições de Estado-Maior e obteve o título de mestre em ciências pela Universidade de Madras, em 1979. Atuou em missões internacionais de manutenção da paz no Líbano e no Deserto do Sinai, no Egito, tendo comandado unidades de infantaria. Também representou Fiji em competições internacionais de rúgbi e atletismo, incluindo os Jogos da Commonwealth.

Em 1987, liderou golpes militares que resultaram no fim da monarquia constitucional e na proclamação da república em Fiji. Após o período de governo militar, permaneceu como comandante do Exército e ministro do Interior. Foi eleito Primeiro-Ministro entre 1992 e 1999 e retornou ao cargo em dezembro de 2022, à frente de uma coalizão parlamentar. Desde então, acumula as funções de chefe de governo e de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji em 16 de fevereiro de 2006. Em julho de 2008, o governo de Fiji anunciou a decisão de abrir embaixada residente em Brasília.

O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o então primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro bilateral com autoridades brasileiras durante sua estada no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Em junho de 2014, o então presidente da República de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras: o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Juniti Saito. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento sobre consultas políticas, o qual segue em vigor.

Em agosto de 2016, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe Bainimarama visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em maio de 2017, assinou-se acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático. Com a entrada em vigor da nova Lei de Imigração no Brasil em 2017, passou a ser considerado desnecessário acordo sobre o tema. Bastaria envio de Nota Verbal pela Embaixada de Fiji assegurando reciprocidade. A Embaixada de Fiji foi, no entanto, encerrada em 2019 e as negociações não foram retomadas.

Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Fiji

Em março de 2024, realizou-se a primeira reunião no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 2014. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Secretário de Ásia e Pacífico (S-SEASIA) do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, que manteve encontro com o secretário-permanente do Ministério de Relações Exteriores e Cooperação Internacional, Lesikimacuata Korovavala.

Foram tratados temas relacionados à mudança do clima; iniciativa fijiana de criação de zona de paz no Pacífico; interesse de Fiji em receber cooperação brasileira para revitalização do setor açucareiro; e temas geopolíticos.

O S-SEASIA avistou-se com o primeiro-ministro, Sitiveni Rabuka, que manifestou satisfação com a perspectiva de cooperação brasileira para a revitalização da indústria açucareira de Fiji. Houve encontros também com o ministro da Indústria do Açúcar, Charan Singh, e com o ministro da Agricultura e Cursos d’Água, Andrew



Tukana, que reiterou o forte interesse fijiano em receber mudas de novas variedades de abacaxi e mandioca cultivados no Brasil.

Missão brasileira a Suva (junho de 2023)

O Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (D-DEJP) do Itamaraty, o então ministro Paulo Elias Martins de Moraes, realizou, entre 18 e 30 de junho de 2023, missão às capitais de Fiji (Suva), Ilhas Salomão (Honiara), Papua Nova Guiné (Port Moresby) e Vanuatu (Port Vila). A missão teve por objetivo retomar o diálogo político com atores da região e avançar temas das agendas bilaterais. Integraram a delegação diplomata da Embaixada em Camberra, a adida agrícola da Embaixada e representante da ABC.

Em 19/06, a delegação brasileira reuniu-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, com o secretário permanente, Lesikimacuata Korovavala, ocasião em que discutiram temas de interesse global e do relacionamento bilateral. Entre 19 e 21/06, reuniram-se com representantes do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas Pacífico, bem como foram recebidos por autoridades dos ministérios de Agricultura e Cursos de Água, Indústria do Açúcar, Educação, Saúde e Serviços Médicos, Juventude e Esportes e Infraestrutura, a fim de discutir oportunidades de cooperação técnica e de abertura de mercado para produtos cárneos brasileiros.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de nota verbal de 10 /05/2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28/06/2019. A nota informou, ademais, que a Embaixada de Fiji em Washington assumiria, a partir daquela data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, havia sido estabelecida em junho de 2008. O embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiloma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. A inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e o elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física estariam entre as razões para o fechamento da representação fijiana.

Outro fator que pode ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas.

Avaliação sobre eventual abertura de embaixada do Brasil residente em Suva

Em novembro de 2022, a Embaixada do Brasil em Camberra indicou que, de maneira a intensificar a presença brasileira entre os países insulares do Pacífico, de forma sustentada e permanente, o Brasil poderia considerar a abertura de embaixada residente em Suva.

Fiji exerce considerável liderança regional, notadamente em relação às demais nações da Melanésia, além de ocupar posição de centro logístico. As sedes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), principal organismo regional, e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP), estão localizadas em Suva.



COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada do país em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca. O acordo está ainda em tramitação no Congresso Nacional. Por meio da mensagem nº 175, de 4 de abril de 2022 foi encaminhado o texto do Acordo ao Congresso.

Atividades desenvolvidas

Mandioca e frutas tropicais

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade “Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Frutas Tropicais com vistas à Segurança Alimentar”. Delegação de quatro técnicos do Ministério da Agricultura de Fiji esteve por duas semanas na Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas (BA), para participar de curso sobre processamento e produção de frutas.

Aquicultura

Devido à crescente demanda pelo aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, o Departamento de Pesca de Fiji solicitou cooperação na área de piscicultura para capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. A ABC propôs projeto intitulado “Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias”. Assim, a ABC contatou a Universidade Federal do Ceará, campus Fortaleza, para realização do treinamento, para 5 técnicos fijianos, que ocorreu em julho de 2014.

Projetos em andamento (a partir de 2023)

Em outubro de 2023, as autoridades de Fiji encaminharam solicitações formais de cooperação técnica, na forma de notas conceituais (*concept notes*) nas seguintes áreas:

- i) indústria da cana-de-açúcar;
- ii) cultura de abacaxi;
- iii) cadeia produtiva de mandioca.

Como ações concretas a serem tomadas para fortalecer a cooperação bilateral em etanol, a nota propôs a elaboração de estudo sobre o setor açucareiro de Fiji; a organização de seminário virtual para discutir oportunidades e obstáculos para a implementação de uma economia do etanol no país; e a realização de missão técnica, ao Brasil, de especialistas e formuladores de políticas públicas de Fiji, com participação dos setores público e privado.

Na primeira visita ao Brasil de alta autoridade fijiana - desde a vinda do então primeiro-ministro Frank Bainimarama, em 2016, por ocasião dos jogos olímpicos -, o ministro de Assuntos Multiétnicos e da Indústria do Açúcar da República de Fiji, Charan Jeath Singh, esteve no país entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, acompanhado do presidente da *Fiji Sugar Corporation* (FSC), sr. Nitya Reddy, e do secretário permanente do Ministério da Indústria do Açúcar, sr. Yogesh Karan.

O principal objetivo da visita foi o de fortalecer os laços de cooperação entre os dois países no setor sucroenergético, em linha com antiga demanda formulada pelo lado fijiano. A agenda consistiu de encontros em Brasília, no dia 13 de agosto, seguidos de visita à Fenasucro e Agrocana; instituição de pesquisa; usina produtora de açúcar e etanol;



e estabelecimento de produção e comercialização de equipamentos agrícolas em Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP, nos dias 14 e 15 de agosto.

Em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira recebeu o ministro Singh em audiência, ocasião em que ele mencionou ter sido incumbido pelo primeiro-ministro Sitiveni Rabuka de revitalizar o setor açucareiro daquele país - controlado pelo estado - e diversificar as fontes de investimento. A preocupação de Fiji com a revitalização da indústria açucareira também visa a reduzir a dependência da importação de petróleo, o que explica o interesse na experiência brasileira na produção de etanol.

No tocante à cooperação na agricultura, a primeira remessa dos germoplasmas de abacaxi e mandioca produzidos pela Embrapa chegaram a Fiji em maio de 2025. Segundo a adida agrícola em Camberra, o diretor de pesquisa e serviços científicos de agricultura do Ministério da Agricultura de Fiji, Dr. Shalendra Prasad, informou que as mudas de abacaxi estão se desenvolvendo bem no viveiro. Já nas mudas de mandioca, foi observada mortalidade de 50% na fase de endurecimento, mas que a equipe da Estação de Pesquisa de Koronivia disporia ainda de variedades in vitro para plantá-las novamente.

Sobre cooperação em pecuária, o Alto Comissariado da República de Fiji em Camberra enviou nota verbal à Embaixada do Brasil informando que o Ministério da Agricultura fijiano tinha interesse em enviar missão técnica ao Brasil para "explorar oportunidades na área da indústria da carne bovina, tais como caminhos para melhorias e boas práticas, desde a cadeia de produção até o mercado".

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) designou o Coordenador de Cooperação Internacional da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Lucas Fiuza de Moraes, para acompanhar os técnicos fijianos no Brasil. Durante sete dias, a partir do fim de agosto de 2025, a missão visitou propriedades rurais, frigoríficos, centros de pesquisa e universidades no MS e RS, com o objetivo de conhecer soluções práticas adotadas pelo Brasil que possam ser adaptadas à realidade de Fiji.

Educação

Na missão brasileira a Fiji, chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Educação de Fiji. Os representantes fijianos expressaram desejo em receber cooperação no sentido de viabilizar o potencial de Fiji em inscrever locais no Patrimônio Mundial da UNESCO. Mencionaram que, enquanto o Brasil possui 23 locais inscritos na UNESCO, Fiji possui apenas um, a saber, a cidade portuária histórica de Levuka.

Saúde

Na missão chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Saúde e Serviços Médicos. A comitiva brasileira recordou a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação na área da saúde, enviada ao lado fijiano em maio de 2022.

O representante fijiano demonstrou interesse na capacidade brasileira de produção de produtos farmacológicos. Sugeriu intercâmbio de pesquisadores em epidemiologia de campo e apontou as seguintes doenças como sendo aquelas que exigem maior atenção em seu país: leptospirose, dengue, diarreia e febre tifoide. Fiji teria necessidade de capacitação e treinamento nas seguintes áreas: (i) epidemiologia de campo, (ii) comunicação de risco / engajamento comunitário e (iii) gestão de saúde.

Esporte



A delegação também foi recebida no Ministério da Juventude e dos Esportes, ocasião em que foi recordada a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva, enviada ao lado fijiano em fevereiro de 2022. O lado fijiano sugeriu intercâmbio esportivo por meio do envio de treinadores brasileiros de futebol a Fiji e de treinadores fijianos de rúgbi ao Brasil. Fiji também expressou interesse em desenvolver políticas de introdução de esportes nas escolas, de modo a contribuir para a prevenção de doenças não comunicáveis.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em abril de 2012, após apelo do governo de Fiji em razão dos danos provocados pela depressão Tropical TD17F, o Brasil realizou doação de US\$ 50 mil, por intermédio da ACNUR, em favor dos deslocados internos naquele país.

O ciclone tropical Yasa atingiu, em 17/12/2020, a segunda maior ilha de Fiji, Vanua Levu, causando ao menos quatro mortes e extensos danos materiais e deixando dezenas de milhares de desabrigados.

Por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, a ABC transferiu ao Escritório do PMA em Fiji o valor de US\$ 75.000,00, com vistas a atender emergencialmente as vítimas do ciclone, a título de doação brasileira, em caráter de assistência humanitária.

Em 08/10/2021, o escritório para o Pacífico do PMA realizou cerimônia simbólica de entrega dos equipamentos adquiridos com os recursos financeiros doados pelo governo brasileiro. O evento contou com a participação do ministro para o Desenvolvimento Rural e Marítimo e Gestão de Desastres de Fiji, Inia Seruiratu, e os equipamentos foram oficialmente entregues à agência responsável pela gestão de desastres do país (*National Disaster Management Office*).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji é modesto e estável. Em 2024, o intercâmbio ficou em um pouco mais de US\$ 1 milhão, composto, principalmente, por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal; café solúvel, mesmo descafeinado; waffles e wafers; e lâminas de barbear, de segurança, de metais comuns. O principal produto importado de Fiji constituiu-se de partes de aviões ou de helicópteros.

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji no primeiro semestre de 2025 foi de USD 728 mil, valor que representa um aumento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento do fluxo comercial decorreu do aumento das exportações brasileiras, que somaram USD 722 mil, consolidando um aumento de 24,4%. A pauta de exportação brasileira a Fiji apresentou mudanças em seus principais produtos, com destaque para o predomínio de bens manufaturados e produtos alimentícios industrializados.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando no setor de turismo e no setor primário.

ACORDOS BILATERAIS

Vistos



Encontram-se em vigor acordos bilaterais de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e de isenção de vistos de curta duração.

Acordo Básico de Cooperação Técnica

Encontra-se em tramitação legislativa o Acordo Básico de Cooperação técnica, firmado em 2013.

Acordos em negociação

O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais:

- a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022);
- b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022);
- c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); e
- d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais, como Austrália e Nova Zelândia, e a diversificação dos laços internacionais do país. Nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, a aproximação com a China, a Presidência do G-77/China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Fiji é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), da *Commonwealth*, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). É também membro das Nações Unidas e de todas suas agências especializadas. Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do *Melanesian Spearhead Group* (MSG), e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia. Desde 1971 é membro da Interpol. O *Melanesian Spearhead Group* constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países-membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Pretende o estabelecimento de área de livre-comércio.

É denominado como SIDS (*Small Island Developing State*), além de estar entre os 43 países da AOSIS (*Alliance of Small Island States*), grupo cujas nações apresentam desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem-se destacado como ator proeminente na agenda ambiental, sobressaindo-se entre seus pares no Fórum das Ilhas do Pacífico, no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica.



Fiji e a questão de segurança

Em outubro de 2023, em evento na Austrália, o PM Sitiveni Rabuka manifestou intenção de apresentar, durante o Fórum das Ilhas do Pacífico (novembro/2023) proposta para o estabelecimento de uma zona de paz no Oceano Pacífico.

Embora sem contornos plenamente definidos, a proposta de criação de "zona" ou "oceano de paz", segundo Rabuka, teria como objetivo estimular as grandes potências e as nações insulares do Pacífico a "se absterem de ações que pudessem pôr em risco a ordem e a estabilidade regionais".

Austrália

As relações Austrália-Fiji passaram por momentos delicados após o golpe de estado perpetrado por Frank Bainimarama, em dezembro de 2006. A Austrália, junto com outros países, o Conselho de Segurança, a *Commonwealth* e o Fórum das Ilhas do Pacífico, condenou o golpe. Ademais, o governo australiano impôs restrições de viagem e suspendeu a cooperação bilateral em defesa. As relações voltaram a ver melhora em 2014, quando as restrições de viagem foram retiradas e eleições foram realizadas em Fiji.

No período mais recente, o relacionamento bilateral foi consolidado pela *Vuvala Partnership*, assinada em 2019 e renovada/elevada em outubro de 2023, com agenda abrangente que inclui cooperação econômica, vínculos *people-to-people*, clima e segurança regional. Em defesa, a assinatura de um *Status of Forces Agreement* recíproco, em outubro de 2022, criou marco jurídico para atividades de cooperação e facilita a coordenação em situações de crise e assistência humanitária. A cooperação em segurança também avançou em áreas novas, como cibersegurança (memorando de abril de 2024) e reforço da colaboração policial, com acordo anunciado em março de 2025, paralelamente a contatos políticos de alto nível entre os primeiros-ministros em 2025.

Estados Unidos e China

As prioridades de Fiji, assim como de outros países insulares do Pacífico, são a questão ambiental e o desenvolvimento econômico. Os temas relacionados ao equilíbrio estratégico no Indo-Pacífico e à contenção da China, que têm marcado a política externa australiana, por exemplo, possuem relevância secundária para os países insulares da região. Ao contrário, a China é vista como oportunidade para a promoção do desenvolvimento econômico, e como alternativa ao tradicional predomínio australiano no Pacífico Sul.

No contexto da adoção de tarifas sobre importações no segundo governo do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tarifas impostas pelos EUA às importações originárias de Fiji foram de 32%, a mais elevada entre as aplicadas aos países insulares do Pacífico. Em nota publicada em 03/04/2025, o governo fijiano expressou preocupação e afirmou que as novas tarifas afetarão negativamente sua economia. O Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka descartou a adoção de medidas retaliatórias. As exportações fijianas para os EUA concentram-se em produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, com destaque para bebidas e vinagre, café, sementes oleaginosas, açúcar, pescados e madeira. O saldo comercial bilateral é deficitário para os Estados Unidos.

ECONOMIA

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. Fiji pode ser considerado um *hub* do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.



Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, mas teve uma forte contração econômica em 2020, decorrente da pandemia de Covid-19 (retração de 15% do PIB, chegando a US\$ 4,5 bilhões). Sua balança comercial é significativamente deficitária.

No período mais recente, a economia fijiana consolidou a recuperação puxada pela reabertura do turismo: o PIB real cresceu de forma expressiva em 2022–2023, com expansão estimada em cerca de 8% em 2023 e retorno do nível de atividade acima do patamar pré-pandemia; em 2024, contudo, o crescimento desacelerou para a casa de 3,5%–3,7%, em linha com a normalização do ciclo pós-Covid. Em 2025, o turismo permanece como principal motor, embora com sinais de oscilação no início do ano (leve queda nas chegadas nos dois primeiros meses), e a inflação - que subiu temporariamente em 2023/2024, em parte por ajustes tributários - tende a convergir para níveis mais próximos de 3%. No plano macrofiscal, observa-se redução gradual do déficit, mas a dívida pública segue elevada (em torno de 80% do PIB), o que limita margens para estímulos e reforça a importância de consolidação fiscal e de políticas voltadas à diversificação e à resiliência a choques externos e climáticos.

POLÍTICA INTERNA

Quando da independência, em 1970, Fiji adotou o modelo de democracia constitucional inspirado no sistema britânico. Após sucessivas rupturas institucionais, o país passou a reger-se pela Constituição de 2013, que estabeleceu Parlamento unicameral e eleições por representação proporcional em circunscrição nacional. O Poder Executivo é exercido pelo Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Presidente, chefe de Estado com funções predominantemente representativas, é escolhido pelo Parlamento, a partir de indicações do Primeiro-Ministro e do Líder da Oposição, para mandato de três anos, admitida uma recondução.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2022	Parlamento confirmou eleição do PM Sitiveni Rabuka, encerrando ciclo de 16 anos do ex-PM Frank Bainimarama no poder

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do primeiro-ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do primeiro-ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.
2019	Fechamento da embaixada de Fiji em Brasília
2024	Visita ao Brasil do ministro da Indústria do Açúcar de Fiji, Charan Singh



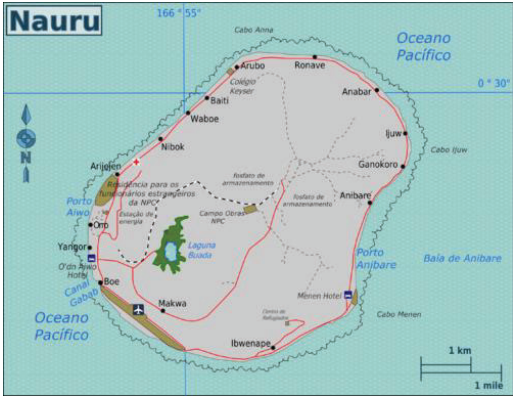
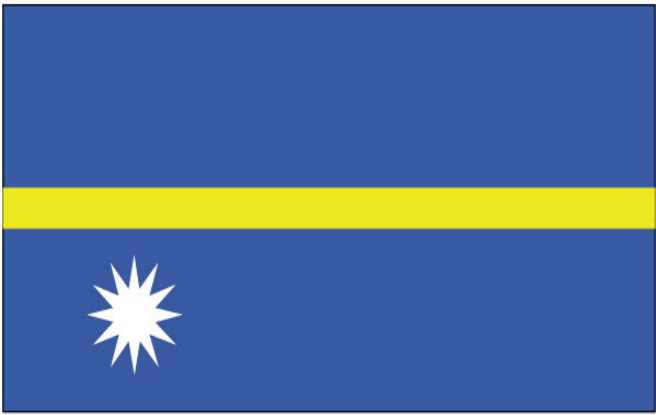
ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Tramitação na Câmara dos Deputados
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NAURU



Maço ostensivo
Dezembro de 2025



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	20 km² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	11,875 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente David Adeang (<i>desde outubro de 2023</i>)
CHANCELER	Lionel Aingimea (<i>desde outubro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 154.13 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 161.93 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 12.060,1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 12.670,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,6% (2022); 1,5% (2021); 1,1% (2020); 0% (2019); 6% (2018); -5,7% (2017). (<i>Banco Mundial</i>)
IDH	0,696 (<i>122º lugar, ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	68,3 anos (<i>CLA Factbook</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	62% (<i>Pacific Data Hub</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	5,1% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - **Fonte: MDIC**

BRASIL⇒ NAURU	2012	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	4	0,2	0,7	7	56,1	37,7	11,6	317	49,7	19,9	2811
Exportações	0	0	0	4	56,1	37,7	9,7	317	25,9	18,3	58,7
Importações	4	0,2	0,7	3	0	0	1,9	0	23,8	1,6	2752
Saldo	-4	-0,2	-0,7	1	56,1	37,7	7,8	317	2,1	16,7	-2694



PERFIL BIOGRÁFICO

David Adeang

Presidente de Nauru



David Ranibok Waiau Adeang é o parlamentar há mais tempo em exercício em Nauru, eleito pela primeira vez em 2001 e reeleito sucessivamente desde então. Exerceu a Presidência do Parlamento (*Speaker*) em duas ocasiões, em 2004 e em 2008. Foi eleito Presidente da República de Nauru pelo Parlamento em 30 de outubro de 2023 e, após novo pleito parlamentar, foi reconduzido ao

cargo em outubro de 2025, para mandato consecutivo.

Lionel Aingimea

Ministro de Negócios Estrangeiros



Desde 30 de outubro de 2023, Lionel Rouwen Aingimea acumula os cargos de Ministro-Assistente do Presidente e de Ministro para Negócios Estrangeiros e Comércio, entre outras responsabilidades ministeriais. Jurista de formação, atuou como Secretário de Justiça e construiu carreira como advogado com foco em direitos humanos, incluindo experiência como defensor público nas Ilhas Marshall e atuação como instrutor em temas de direitos humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico. Aingimea foi Presidente de Nauru entre 2019 e 2022.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por troca de notas.

O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em abril de 2024, o embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda apresentou cartas credenciais ao presidente de Nauru, David Adeang. Manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores, Lionel Aingimea. O ministro solicitou apoio do Brasil para que Nauru possa explorar recursos minerais em fundos marinhos, em conjunto com empresa canadense e discorreu sobre desafios relacionados à pesca do atum e concorrência com a pesca ilegal.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo visa aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico. O Congresso Nacional ratificou o acordo em 2009, porém o documento ainda aguarda a ratificação de Nauru.

O governo de Nauru já manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Em 4 de novembro de 2025, o diretor da ABC recebeu, a pedido, a consultora jurídica da Missão Permanente de Nauru em Nova York, Anastasia Francília Adire. A sra. Adire transmitiu os cumprimentos da autoridade e agradeceu os envios regulares do Brasil de medicamentos e imunizantes a Nauru, tendo sido o mais recente em junho de 2025. Da mesma forma, afirmou que faria gestões junto às autoridades de seu país para tentar avançar no processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2006, já ratificado pelo lado brasileiro, fora do escopo de sua pasta.

Adire frisou que as posições nauranas em termos de meio ambiente são definidas em coordenação com outras ilhas do Pacífico insular, que, a seu ver, têm especial preocupação com as dificuldades de acesso a mecanismos de financiamento climático. Assinalou que, em Nauru, o tema é acompanhado diretamente pela presidência, em razão dos efeitos adversos que decorrerão da graduação daquele país da lista de recipiendários de ajuda oficial ao desenvolvimento.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta à oferta brasileira de doação de vacinas, por intermédio da ABC, o Alto Comissariado de Nauru em Camberra solicitou, em 21/01/2022, o envio de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertussis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR). As vacinas chegaram ao aeroporto internacional de Nauru em 23/09/2022. Para marcar a entrega da doação brasileira, o embaixador brasileiro em Camberra ofereceu almoço, em 21 de setembro, à alta comissária de Nauru na Austrália.

Em julho de 2023, ministra-conselheira do Alto Comissariado de Nauru em Camberra mencionou interesse de seu país em receber doação brasileira de medicamentos contraceptivos. Na ocasião, oferta brasileira de comprimidos de etionamida ainda estava sendo avaliada pelas autoridades nauruanas. Em junho de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) doou medicamentos especiais para doenças crônicas e raras.

INTERCÂMBIO COMERCIAL



O intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru é pouco expressivo. O maior valor exportado por Nauru foi de US\$ 23,8 mil, em 2022, pela compra brasileira de motores hidráulicos e bombas rotativas. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2021, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 317 mil, principalmente pela venda de Poli (tereftalato de etileno). Contrariando a tendência até 2023, em 2024 o intercâmbio comercial teve saldo deficitário para o Brasil. A maior parte das importações brasileiras (US\$ 2,6 milhões dos US\$ 2,72 milhões) foi composta por memórias digitais montadas. Estes indicadores chamaram atenção, dado que não há registro anterior da exportação deste produto por parte de Nauru, país que não possui indústria para fabricação ou montagem desse produto. O Brasil exportou principalmente carnes suínas a Nauru (US\$ 48,5 mil dos US\$ 58,7 mil).

No primeiro semestre de 2025, a corrente de comércio bilateral com Nauru totalizou USD 8,3 mil, dos quais as importações correspondem a apenas USD 92. As exportações brasileiras apresentaram um declínio de 85,7% em relação ao mesmo período em 2024. Apesar da predominância na pauta do ano anterior, a carne suína não consta dentre os exportados no presente ano. Os principais produtos da pauta de exportação em 2025 foram: móveis de madeira para quartos (USD 2,3 mil), para cozinha (USD 1,3 mil), e medicamentos (USD 155).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou USD 257.103,00 e importou somente USD 8.427,00. Os principais produtos exportados foram óleos combustíveis e óleo diesel. O principal produto importado foram partes e acessórios para manômetros.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru.

ACORDOS BILATERAIS

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da *Commonwealth* e das Nações Unidas, foro em que tem atuação particularmente ativa em temas ambientais e de vulnerabilidade climática. Integra diversas agências especializadas do sistema ONU, entre as quais FAO, (OMS), (IMO) e UNESCO. Participa igualmente da *Alliance of Small Island States* (AOSIS) e do grupo de *Small Island Developing States* (SIDS), além de organizações regionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). Desde 1971, é membro da Interpol.

No plano bilateral, Nauru mantém relações particularmente estreitas com a Austrália, seu principal parceiro comercial e ator central no apoio à infraestrutura, à prestação de serviços públicos e a programas de desenvolvimento e investimento no país. As relações com a Nova Zelândia são mais limitadas, concentrando-se sobretudo na pauta de fosfato e no diálogo em foros regionais.



No discurso do Presidente David Adeang na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2024, foram ressaltados temas centrais para o país, com ênfase na mineração em alto-mar e nas mudanças climáticas. Adeang defendeu a exploração sustentável de minerais do fundo do mar como oportunidade econômica estratégica e como instrumento para viabilizar a transição energética global, sublinhando a necessidade de padrões ambientais rigorosos e de governança transparente.

O Presidente chamou atenção, ainda, para as dificuldades de Nauru no acesso a financiamento climático e a serviços bancários internacionais básicos, apontando tais entraves como desafios diretos à soberania e à dignidade de pequenos Estados insulares. Nesse contexto, elogiou a adoção, pelas Nações Unidas, do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI) e instou instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial e FMI, a incorporarem o indicador em seus critérios de elegibilidade e alocação de recursos. O discurso também mencionou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e registrou a retomada das relações diplomáticas entre Nauru e a China, em janeiro de 2024.

Em março de 2025, o governo de Nauru anunciou a criação de um programa de concessão de cidadania por investimento, com o objetivo de financiar medidas de adaptação às mudanças climáticas. O país, com cerca de 13 mil habitantes e topografia predominantemente plana, avalia a necessidade de realocação interna de parcela significativa da população em razão da elevação do nível do mar e da perda gradual de áreas habitáveis e produtivas. O programa prevê a concessão de passaportes a estrangeiros mediante contribuição aproximada de US\$ 105 mil, com a justificativa de mobilizar recursos para enfrentar impactos climáticos, embora a iniciativa tenha suscitado preocupações quanto a riscos de uso indevido. Segundo o governo, o passaporte de Nauru permite entrada sem visto em cerca de 89 países.

Austrália

Em 9 de dezembro de 2024, Nauru e Austrália firmaram acordo em matéria de segurança financeira. De acordo com o texto, a Austrália garantirá que os nauruanos tenham acesso contínuo a serviços bancários vitais e ao sistema financeiro internacional. O *Commonwealth Bank of Australia* fornecerá serviços bancários em Nauru, incluindo uma presença física, após a saída do Bendigo Bank no próximo ano. A Austrália deverá fornecer \$100 milhões em apoio orçamentário ao longo de cinco anos, para apoiar os investimentos de longo prazo de Nauru. A Austrália deverá também fornecer \$40 milhões ao longo de cinco anos para apoiar a polícia e a segurança de Nauru, incluindo apoio para recrutamento, treinamento e infraestrutura.

Centro australiano de processamento de pessoas

A Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008 e foi peça central na política *Pacific Solution*, do governo conservador do então PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continuou em funcionamento na administração liberal-nacional. Em 2013,



foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Os governos de Austrália e Nauru assinaram em 29 de agosto de 2025, Memorando de Entendimento (MdE) sobre Arranjo de Reassentamento em Terceiro País, de caráter confidencial, que prevê a realocação para o país insular dos integrantes do grupo "NZYQ cohort", que se encontram em situação migratória irregular na Austrália. O termo "NZYQ cohort" refere-se a um grupo de "não-cidadãos" afetados pela decisão da Suprema Corte da Austrália no caso "NZYQ v. Minister for Immigration" em novembro de 2023, que considerou inconstitucional a detenção por tempo indeterminado de imigrantes em situação irregular impossibilitados de serem realocados em outro país.

Estados Unidos

No contexto da imposição, pelos Estados Unidos, de tarifas de importação no segundo governo do Presidente Donald Trump, registra-se que o comércio bilateral Nauru–Estados Unidos é reduzido, tendo totalizado cerca de USD 2,4 milhões em 2023. Ainda assim, as importações norte-americanas provenientes de Nauru foram submetidas a tarifa de 30%. O Governo de Nauru não se pronunciou oficialmente sobre a questão.

China e Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que queria estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul. Desde janeiro 2024, Nauru deixou de reconhecer Taiwan como Estado independente.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 1980, Nauru figurou entre os países de maior renda per capita do mundo, impulsionado pela exploração e exportação de fosfato. A partir dos anos 1990, com a progressiva exaustão das reservas e a redução da produção, o país passou a buscar fontes alternativas de receita, com destaque para a comercialização de dias de pesca/licenças para embarcações estrangeiras, iniciativas pontuais em turismo (de escala limitada) e atividades ligadas ao setor público. Nesse contexto, o centro regional de processamento associado à política migratória australiana (RPC) também se consolidou, ao longo dos anos, como importante vetor de atividade econômica e de arrecadação governamental.

Nauru integra, desde 1982, o Acordo de Nauru, voltado à coordenação e harmonização da gestão da pesca - sobretudo de atum - entre os países-membros. O tema é estrutural para os pequenos Estados insulares do Pacífico, muitos dos quais dependem,



em maior ou menor grau, das receitas de acesso/licenciamento de navios estrangeiros para financiar o governo; no caso de Nauru, essas receitas chegaram a representar parcela expressiva do orçamento (28% em 2016).

Com dimensão econômica muito reduzida, Nauru permanece entre as menores economias do mundo. No exercício fiscal de 2024 (encerrado em junho), o PIB nominal foi estimado em cerca de A\$ 247,6 milhões, com forte predominância do setor de serviços e participação menor de atividades produtivas ligadas, entre outros fatores, à extração/beneficiamento e a cadeias de suprimento domésticas.

No período mais recente, observa-se crescimento moderado, porém positivo, sustentado sobretudo por apoio de doadores e pela retomada/expansão de atividades associadas ao RPC: a expansão real do PIB foi estimada em 1,6% no FY2024 e 2,1% no FY2025, com projeções em torno de 1,9% no médio prazo. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu elevada (9,3% no FY2024 e cerca de 6% no FY2025), com expectativa de desaceleração gradual. O quadro fiscal tende a melhorar no horizonte de médio prazo, em parte em razão de acordos de financiamento plurianuais e do aumento projetado da atividade do RPC, mas a economia segue altamente vulnerável a choques externos, pela dependência de importações, de receitas voláteis (pesca e RPC) e pela sensibilidade a interrupções em serviços bancários e de pagamentos.

POLÍTICA INTERNA

A República de Nauru é uma ilha do Pacífico (Micronésia), próxima à linha do Equador, com cerca de 21 km² e população em torno de 12 mil habitantes. O país não possui capital oficial; as principais instituições do Estado concentram-se no distrito de Yaren.

Nauru foi anexado pela Alemanha em 1888. Em 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, foi ocupado pela Austrália e, posteriormente, administrado sob arranjo internacional (mandato da Liga das Nações e, depois, tutela das Nações Unidas) envolvendo Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, com a administração exercida, na prática, sobretudo pela Austrália. Entre 1942 e 1945, foi ocupado pelo Japão. O país tornou-se independente em 31 de janeiro de 1968.

O sistema político é o de república parlamentar. O Parlamento é unicameral, composto por 19 membros eleitos por voto popular para mandatos de três anos, em circunscrições plurinominais. O Presidente é sempre um membro do Parlamento, eleito pelos próprios parlamentares, e acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Uma vez eleito, o Presidente nomeia quatro ou cinco ministros dentre os parlamentares para compor o Gabinete.

As eleições utilizam voto preferencial (com classificação de candidatos), em sistema próprio. O país não possui um sistema partidário estruturado: em regra, os candidatos concorrem como independentes, e as maiorias parlamentares tendem a ser fluidas, muitas vezes moldadas por vínculos pessoais e familiares.

Desde o final dos anos 1980, a política doméstica tem sido marcada por episódios recorrentes de instabilidade e sucessivas recomposições de maioria parlamentar, o que contribuiu para mudanças frequentes de governo ao longo das décadas seguintes.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica
2022	Doação brasileira de vacinas DTP e MMR

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	Aguardando ratificação de Nauru.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

VANUATU

MAÇO OSTENSIVO
Novembro de 2025

Avulso da MSF 3/2026 [110 de 117]

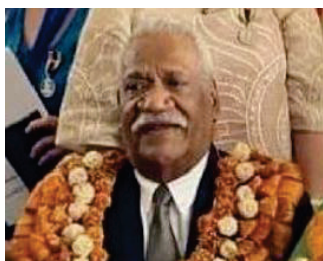


DADOS BÁSICOS SOBRE VANUATU	
NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	vanuatuese
CAPITAL	Port Vila
DATA NACIONAL	30/07, Dia da Independência
ÁREA	12 190 km² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	320,409 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (27,9%), Anglicanos (15,1%), Católicos (12,4%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nikenike Vurobaravu (<i>desde julho de 2022</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jotham Napat (<i>desde fevereiro de 2025</i>)
CHANCELER	Marc Ati (<i>desde 2025</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 1,12 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 1,11 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 3,367.1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 3,315.1 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2022)	1,8% (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,614 (140º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	70,4 anos (<i>PNUD</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89% (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	5,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Vatu
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL – VANUATU	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	36,9	223,8	74,6	176,4	560,2	1.298	193,6	1.403,2	526	480,8	1799
Exportações	36,6	221	74,4	176,2	560	1.168	193	1.402,6	500	480,8	1799
Importações	0,3	2,8	0,2	0,2	0,2	129,7	0,6	0,6	26	0	0
Saldo	36,3	218,2	74,2	176	559,8	1.038	192,4	1.402	474	480,8	1799



PERFIS BIOGRÁFICOS**Nikenike Vurobaravu***Presidente de Vanuatu*

Nascido em 1964, Nikenike Vurobaravu foi eleito 12º presidente de Vanuatu em julho de 2022. Vurobaravu sempre foi participante da arena política e do serviço público e foi o primeiro embaixador itinerante de Vanuatu. Antes de ser eleito presidente, atuava como alto-comissário em Fiji. Possui formação acadêmica pela Universidade do Pacífico Sul em Ciência Política e Administração. Seu partido político é o *Vanua'aku Pati*, de orientação socialdemocrata.

Jotham Napat*Primeiro-Ministro de Vanuatu*

Nascido em 7 de agosto de 1972, Jotham Napat trabalhou como meteorologista e atuou como presidente do Comitê Nacional de Desastres após o ciclone Pam, em 2015. É membro do Parlamento de Vanuatu desde 2016 pelo distrito eleitoral de Tanna. Em fevereiro de 2025 foi eleito primeiro-ministro de Vanuatu.

Marc Ati*Ministro das Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comércio Exterior*

Tendo ocupado o cargo no período 2020-2022 e em 2023, Ati voltou a chefiar a chancelaria em fevereiro de 2025.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra.

Em junho de 2012 o então primeiro-ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o premiê não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Vanuatu apresenta extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima e faz parte dos SIDS (*Small Island Developing States*) e da AOSIS (*Alliance of Small Island States*). A prioridade do governo brasileiro ao tema augura horizontes mais claros para as relações bilaterais, ainda que persistam limitações estruturais às possibilidades de engajamento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Realizou-se, no período de 27 a 30 de agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência. Na ocasião, em 29/08/2013, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o país e identificaram-se as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura.

Durante a missão, foram realizadas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias".

Com a elevação do nível do mar, desapareceram algumas extensões de terra voltadas à agricultura e, em alguns casos, ilhas inteiras, causando a realocação da população e reduzindo a área disponível para a produção de alimentos. Um dos principais cultivos é a mandioca, cujas variedades disponíveis não estariam se adaptando bem às novas áreas e às condições climáticas atuais.

Uma forma que o governo encontrou para incentivar a produção agrícola foi o estabelecimento de programa de promoção de agricultura urbana (*backyard gardening*), realizando doações de sementes e fornecendo orientações técnicas para que a população cultivasse alimentos nas áreas residenciais. O programa foi iniciado na pandemia e permanece ativo. Também foram implantados pequenos tanques para a produção de tilápias, cujos alevinos são distribuídos pelo governo. A escala de produção dessa espécie está limitada pelo desconhecimento de técnicas avançadas de manejo, pelo que Vanuatu manifestou interesse em cooperação em aquicultura.

Como desdobramento da missão ao país do Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico, da ABC e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a Vanuatu, em setembro de 2023, o diretor do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vanuatu, Antoine Ravo, encaminhou pedido de cooperação na forma de *concept note* para cultura de café.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Na esfera econômica e comercial, os países insulares do Pacífico Sul possuem mercados modestos, com populações pequenas e baixa renda per capita. Ainda assim, há oportunidades comerciais que podem ser exploradas. As empresas aéreas de Fiji ("Fiji Airways"), Vanuatu ("Air Vanuatu") e Papua Nova Guiné ("Air Niugini") já operaram aeronaves da Embraer.



Na última década, o comércio bilateral apresentou tendência de elevação, com valor médio de US\$ 500 mil, quase sempre composto exclusivamente por exportações brasileiras.

Em 2021 atingiu-se o pico do intercâmbio bilateral – US\$1,4 milhão –, composto basicamente de exportações brasileiras de petróleo (US\$1,3 milhão).

Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 1,8 milhão, novo pico, composto quase integralmente por exportações brasileiras de carnes de aves. As exportações a Vanuatu apresentaram crescimento de 274% em relação a 2023, relacionado diretamente à abertura do mercado para frangos em agosto de 2023. Do valor total exportado, 98% advêm de produtos oriundos de frango, como carnes, miúdos, processados e outros derivados.

No primeiro semestre de 2025, as exportações brasileiras para Vanuatu totalizaram USD 1,06 milhões, apresentando aumento de 27% em relação ao mesmo período de 2024. A pauta exportadora manteve-se concentrada no setor de alimentos processados, especialmente carne de frango congelada e derivados. Destacam-se, dentre os principais produtos exportados: asas não desossadas de galinha congeladas (USD 318,8 mil), enchidos e produtos à base de carne (USD 229,1 mil) e carnes de frango congeladas, sem miudezas (USD 159,1 mil).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou para Vanuatu USD 2.497.962,00 e importou USD 5.981,00. As carnes de aves continuam como o principal produto vendido para Vanuatu. A maior parte das importações foram referentes a partes e acessórios de aparelhos de ortopedia.

Abertura de mercado

A Embaixada em Camberra encaminhou às autoridades vanuatenses, em agosto de 2022, proposta do MAPA de Certificado Sanitário Internacional para comércio de carne de frango. Em janeiro de 2023, o MAPA encaminhou consulta sobre possibilidade de abertura de mercado para produtos termoprocessados de aves, suínos e bovinos. A negociação que se encetou então foi fruto de demandas do setor privado brasileiro, interessado na diversificação de mercados e ciente das dificuldades relativas ao abastecimento e à segurança alimentar da população das ilhas do Pacífico. O mercado de aves era abastecido, até 2023, sobretudo por Austrália e Nova Zelândia, que exportaram, em 2022, o equivalente a USD\$ 6,9 milhões e US\$ 2 milhões.

Em agosto de 2023, o *Biosecurity Vanuatu*, aceitou os CSI propostos pelo MAPA para exportação de carne, produtos cárneos e miúdos de aves do Brasil e de carnes termoprocessadas. O modelo de CSI para carne de aves foi acatado com a ressalva de que os estabelecimentos de abate e processamento interessados estejam aprovados para exportação à União Europeia. O modelo de CSI para carnes termoprocessadas permite às autoridades de Vanuatu dispensar licença de importação.

ACORDOS BILATERAIS

Brasil e Vanuatu celebraram o Acordo de Cooperação Técnica em 2013, que entrou em vigor em março de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

Como ex-colônia em status de condomínio franco-britânico, Vanuatu passou a fazer parte da *Commonwealth* e da *Comunidade da Francofonia*, bem como do Fórum das Ilhas do Pacífico, após a independência em 1980. Vanuatu é membro da ONU e de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não-alinhados, do FMI, Banco Mundial, Interpol, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União Europeia. O país também tem buscado



aproximar-se mais efetivamente da OMC, desde que abriu missão em Genebra, em 2018. O secretariado do *Melanesian Spearhead Group*, o qual objetiva o estabelecimento de área de livre comércio entre seus membros, tem sede em Port Vila.

Nos últimos anos, o acirramento da disputa estratégica entre os EUA e a China teve reflexos importantes sobre os países insulares do Pacífico e sua inserção internacional. Os governos das duas superpotências, além de países como Austrália, Nova Zelândia e Japão, têm intensificados seus esforços para ampliar a presença e influência entre os países da região.

Parecer consultivo à Corte Internacional de Justiça - CIJ

Desde 2019, quando a ideia foi concebida por estudantes da Universidade do Pacífico Sul, Vanuatu passou a indicar intenção de solicitar, por meio de resolução da AGNU, parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre mudanças climáticas. O governo formou equipe de advogados internacionalistas e aprovou na AGNU pedido de opinião consultiva à Corte Internacional de Justiça referente às obrigações dos Estados de protegerem direitos de gerações presentes e futuras dos impactos adversos da mudança do clima.

A CIJ emitiu, em 23/7/25, histórica opinião consultiva sobre justiça climática. Considerou, entre outros, que se trata de obrigações "erga omnes", que independem de adesão a tratados ou instrumentos multilaterais. O desrespeito a tais obrigações seria violação do direito internacional, abrindo-se caminho para responsabilização legal.

Tribunal Penal Internacional - TPI e o crime de “ecocídio”

Vanuatu, Fiji e Samoa apresentaram, em conjunto, em 9/9/24, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, que fundamenta o funcionamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), que inclui o ecocídio, a destruição intencional do meio ambiente, como um crime internacional. A medida tem implicações políticas que devem ser avaliadas com cautela, ao permitir o julgamento de indivíduos que causaram destruição ambiental, como chefes de grandes empresas poluidoras ou líderes internacionais.

Austrália

As relações entre Vanuatu e Austrália pautam-se historicamente dentro do contexto de liderança regional australiano, reforçada periodicamente por aportes financeiros de caráter humanitário e, eventualmente, interesses econômicos e comerciais. Nos últimos anos, entretanto, essa dinâmica, como em outros países insulares da região, vem sendo afetada pela ascendência econômica e política da República Popular da China.

A caminho da 54ª reunião de Líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), em Honiara, o primeiro-ministro Anthony Albanese cumpriu visita oficial a Vanuatu, onde esperava assinar novo acordo de segurança. No entanto, a assinatura do acordo foi postergada em razão de ressalvas pela parte vanuatense. O acordo firmado prevê aporte de AUD 500 milhões (aproximadamente US\$ 328 milhões) em investimentos australianos no país insular.

China

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o então conselheiro de estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que quer estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul.



Estados Unidos

Quanto à imposição de tarifas às importações implementada pelo segundo governo Trump, as exportações de Vanuatu aos EUA receberam taxa adicional de 22%. De acordo com reportagens publicadas em mídia local, a kava é o principal produto de exportação do país para os EUA. Representantes da indústria de kava do país expressaram, em reportagem, que a taxa de 22%, embora danosa, oferece oportunidade vantajosa para Vanuatu, uma vez que o valor é menor do que o imposto sobre Fiji (32%).

POLÍTICA INTERNA

A República de Vanuatu é arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália. Tem aproximadamente 326 mil habitantes e é uma república parlamentarista.

Conhecida no passado como Novas Hébridas, Vanuatu foi administrada conjuntamente por Reino Unido e França, a partir do fim do século XIX. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. A instabilidade política marca a vida política do país, que foi governado por várias coalizões distintas nos últimos anos.

O Presidente da República tem mandato de 5 anos e é eleito por colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. Vanuatu tem Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto.

Apesar de manter instituições democráticas e processos eleitorais aprovados por observadores internacionais, Vanuatu tem sofrido com instabilidade política, em razão de alta fragmentação do cenário político, a necessidade de ampla coalizão para a obtenção da maioria no Congresso nacional e frequentes moções de censura contra o governo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da <i>Commonwealth</i> Britânica quanto da <i>Francophonie</i> Francesa
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; Celebração do acordo de cooperação técnica.
2019	Intercâmbio de votos no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO)
2019	Visita do Professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM).
2023	Visita do D-DEJP (junho)
2024	Entrega de credenciais do Embaixador em Camberra, Fred Araújo, ao PR de Vanuatu (outubro)
2025	Ministro de Adaptação à Mudança Climática, Ralph Regenvanu, representou o país na COP30, em Belém (novembro)



ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018



Mensagem da Presidência da República

- nº 3, de 2026 (nº 72/2026, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2026

Susta os efeitos dos Decretos nºs 12.827, 12.828, 12.829, 12.830, 12.831, 12.832 e 12.833, de 26 de janeiro de 2026, que declaram de interesse social, para fins de desapropriação, diversos imóveis rurais, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 24/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/26342.88408-31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta os efeitos dos Decretos nºs 12.827, 12.828, 12.829, 12.830, 12.831, 12.832 e 12.833, de 26 de janeiro de 2026, que declaram de interesse social, para fins de desapropriação, diversos imóveis rurais, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos dos seguintes atos do Poder Executivo:

- I – Decreto nº 12.827, de 26 de janeiro de 2026;
- II – Decreto nº 12.828, de 26 de janeiro de 2026;
- III – Decreto nº 12.829, de 26 de janeiro de 2026;
- IV – Decreto nº 12.830, de 26 de janeiro de 2026;
- V – Decreto nº 12.831, de 26 de janeiro de 2026;
- VI – Decreto nº 12.832, de 26 de janeiro de 2026; e
- VII – Decreto nº 12.833, de 26 de janeiro de 2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verificação

Avulso do PDL 24/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo sustar os efeitos de um conjunto de decretos presidenciais editados em 26 de janeiro de 2026, por meio dos quais o Poder Executivo declarou de interesse social, para fins de desapropriação, diversos imóveis rurais localizados em diferentes unidades da Federação, no âmbito da política de reforma agrária.

Embora formalmente editados no início do exercício financeiro de 2026, os referidos decretos produzem efeitos jurídicos e financeiros que extrapolam os limites constitucionais e legais impostos à gestão fiscal responsável, em especial aqueles previstos no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Nos termos do art. 42 da LRF, é vedado ao titular de Poder ou órgão contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do seu mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa. No caso em análise, os decretos de desapropriação, embora editados em janeiro, não produzem desembolso financeiro imediato. A efetiva assunção da despesa ocorre apenas em momento posterior, por força de ordem judicial, quando da imissão provisória ou definitiva na posse, com o consequente depósito judicial da indenização.

Dessa forma, resta evidente que a edição concentrada desses atos normativos configura verdadeira manobra político-administrativa, destinada a deslocar o impacto financeiro das desapropriações para período posterior, inclusive para o exercício seguinte, em frontal violação ao espírito e à finalidade do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A data formal do decreto não pode ser utilizada como subterfúgio para mascarar o momento real da constituição da obrigação financeira perante a União.

A fragilidade fiscal da medida torna-se ainda mais evidente quando analisado o impacto orçamentário das desapropriações anunciadas. Conforme dados oficiais de execução orçamentária, o orçamento total do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para o exercício de 2026 é da ordem de R\$ 3,54 bilhões. As medidas anunciadas pelo governo federal, associadas aos decretos ora sustados, envolvem montante aproximado de R\$ 2,7 bilhões, o que corresponde a cerca de 80% de todo o orçamento anual do órgão.¹

Ainda que o Poder Executivo alegue a existência de fontes orçamentárias alternativas ou complementares, tal circunstância não afasta a necessidade de demonstração concreta e prévia de adequação orçamentária e financeira, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A concentração de despesas dessa magnitude compromete severamente a capacidade operacional do INCRA para a execução de suas demais atribuições

¹ <https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos/22201?ano=2026>

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/agro/governo-anuncia-pacote-de-r-27-bilhoes-para-reforma-agraria/>



Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificação

Avulso do PDL 24/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/26342.88408-31

legais, além de gerar elevado risco de desequilíbrio fiscal e de inscrição de despesas em restos a pagar sem lastro financeiro suficiente.

Outro aspecto de elevada gravidade jurídica reside na absoluta inconsistência e no uso indistinto dos fundamentos legais invocados pelo Poder Executivo para embasar os decretos ora sustados. Observa-se que parte dos atos se fundamenta no art. 5º, caput, incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal, no art. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, no art. 18 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e nos arts. 2º e 5º, § 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, enquanto outros se amparam no art. 5º, caput, inciso XXIV, da Constituição Federal, no art. 2º, caput, inciso III, da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, e no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Embora todos esses diplomas tratem da desapropriação por interesse social, cada um deles possui pressupostos jurídicos próprios, finalidades distintas e exigências procedimentais específicas, que não podem ser ignoradas ou tratadas de forma homogênea pelo Poder Executivo. A utilização genérica e intercambiável desses fundamentos revela inequívoca fragilidade jurídica dos decretos, na medida em que não se assentam, de forma clara e individualizada, as peculiaridades exigidas por cada regime legal.

No caso das desapropriações para fins de reforma agrária, regidas pela Lei nº 8.629, de 1993, é imprescindível a prévia e inequívoca comprovação do descumprimento da função social da propriedade rural, nos termos do art. 186 da Constituição Federal, bem como a observância rigorosa do devido processo administrativo, com garantia da ampla defesa e do contraditório ao proprietário. Tais requisitos não se presumem, nem podem ser supridos por mera declaração unilateral do Poder Executivo.

Por sua vez, as desapropriações fundamentadas na Lei nº 4.132, de 1962, e no Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, submetem-se a regime jurídico diverso, exigindo motivação específica, demonstração concreta do interesse social invocado e observância estrita das garantias constitucionais do direito de propriedade e do devido processo legal. A simples referência normativa, desacompanhada da demonstração dos pressupostos fáticos e jurídicos correspondentes, não supre tais exigências.

Chama especial atenção o fato de que, ao menos em relação ao Decreto nº 12.827, de 26 de janeiro de 2026, há menção expressa à existência de processo administrativo instaurado no ano de 2025, o qual, apesar de envolver diligências complexas, avaliações técnicas, vistorias, notificações e manifestações das partes interessadas, foi concluído em prazo inferior a um ano. Tal circunstância, por si só, lança dúvidas relevantes quanto à efetiva observância do contraditório substancial, da ampla defesa e da maturação adequada dos elementos técnicos necessários à comprovação do alegado descumprimento da função social da terra.

A condução célere e concentrada desses procedimentos administrativos, associada à edição simultânea de diversos decretos de desapropriação com fundamentos jurídicos distintos, mas tratados de forma indistinta, reforça a percepção de que não houve a



Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificação

Avulso do PDL 24/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

individualização e o aprofundamento analítico exigidos pelo ordenamento jurídico para a prática de atos tão gravosos ao direito de propriedade.

Dessa forma, resta configurada não apenas a violação às normas de responsabilidade fiscal, mas também o desrespeito aos pressupostos materiais e procedimentais das leis que regem a desapropriação no ordenamento jurídico brasileiro, o que, por si só, autoriza e impõe o exercício da competência constitucional do Congresso Nacional para sustar os atos normativos ora questionados.

Por essas razões, conclama-se o apoio dos Nobres Pares à aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, como medida necessária à preservação da legalidade, da responsabilidade fiscal e do equilíbrio entre os Poderes da República.

Diante do exposto, conclamo os ilustres pares a aprovarem esta proposta.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2026

JAIME BAGATTOLI
Senador da República



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verifica

Avulso do PDL 24/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- art186

- cpt

- cpt_inc22

- cpt_inc23

- cpt_inc24

- Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941 - Lei da Desapropriação por Utilidade Pública; Lei de Desapropriação - 3365/41

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3365>

- art6

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12827

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12827>

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12828

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12828>

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12829

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12829>

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12830

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12830>

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12831

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12831>

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12832

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12832>

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;12833

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;12833>

- Lei Complementar nº 76, de 6 de Julho de 1993 - LCP-76-1993-07-06 - 76/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:1993;76>

- art2

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (2000)

- 101/00

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- art42

- Lei nº 4.132, de 10 de Setembro de 1962 - LEI-4132-1962-09-10 - 4132/62

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1962;4132>

- cpt

- cpt_inc3

- Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964 - Estatuto da Terra - 4504/64

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1964;4504>

- art18

- Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993 - Lei da Reforma Agrária - 8629/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8629>

- art2

- art5_par2



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 314, DE 2026

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a prevenção da violência praticada por adolescentes, a corresponsabilização educativa de pais e responsáveis e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 314/2026 [1 de 8]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/26950.00549-47

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a prevenção da violência praticada por adolescentes, a corresponsabilização educativa de pais e responsáveis e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prevenção da violência praticada por adolescentes, a corresponsabilização educativa dos pais ou responsáveis, a aplicação de sanções administrativas e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais, mediante alterações na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 22.

§ 1º

§ 2º Os deveres previstos no *caput* compreendem também a formação ética e social da criança e do adolescente, a prevenção de

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 314/2026 [2 de 8]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/26950.00549-47

condutas violentas e o respeito à vida, inclusive quanto ao cuidado com pessoas e animais.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 70-A.

.....
.....
....

XIV – a promoção de ações educativas destinadas ao desenvolvimento da empatia, da responsabilidade social, do respeito à vida e da prevenção de condutas violentas praticadas por adolescentes, inclusive aquelas relacionadas à crueldade contra animais.

.....”
(NR)

“Art. 100.

.....
Parágrafo único.
.....
..

XIII – correspondência entre a medida socioeducativa e a ofensa ao bem jurídico tutelado: sempre que possível, a medida aplicada deve guardar pertinência com a natureza do direito violado pelo ato infracional, priorizando-se a adoção de práticas de caráter educativo e restaurativo que promovam a responsabilização consciente do adolescente, a reparação do dano, a reconciliação com a vítima e a comunidade e a prevenção da reincidência.” (NR)

“Art. 112.

.....
.....
....

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 314/2026 [3 de 8]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/26950.00549-47

§ 4º Nos casos de ato infracional análogo a crime praticado contra a vida, a integridade ou o bem-estar de animais, a prestação de serviços à comunidade poderá compreender atividades de caráter educativo e restaurativo em entidades de proteção animal, abrigos ou programas de bem-estar animal, voltadas ao desenvolvimento de valores éticos, empatia e responsabilidade, desde que compatíveis com a aptidão do adolescente e precedidas de avaliação técnica quanto à adequação pedagógica da medida.” (NR)

Art. 4º O art. 129 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com os seguintes acréscimos, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 129.

.....
.....
....

XI – aplicação de sanção de natureza pecuniária, de forma subsidiária, excepcional e proporcional à condição econômica de pais ou responsáveis, exclusivamente nos casos de descumprimento injustificado e reiterado das medidas previstas nos incisos III, IV e VI, ou decorrentes de determinação judicial correlata.

§ 1º

§ 2º A sanção prevista no inciso XI do *caput*:

I – não prejudica o cumprimento das obrigações pessoais impostas aos pais ou responsáveis;

II – será fixada de forma proporcional, considerados a gravidade da omissão, a reiteração da conduta e a situação econômica do responsável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

III – não impede a adoção das demais medidas previstas neste artigo.

IV – terá seus valores arrecadados destinados ao financiamento de programas públicos de proteção integral e de prevenção da violência contra crianças e adolescentes.” (NR)

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 314/2026 [4 de 8]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

Art. 5º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 79-B.** O Poder Público incentivará programas intersetoriais que articulem políticas de proteção animal, educação ambiental e proteção da infância e juventude, com enfoque preventivo, educativo e restaurativo.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos este projeto com a finalidade de promover ajustes objetivos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Crimes Ambientais para corrigir insuficiências na prevenção e na resposta a condutas violentas praticadas por adolescentes, especialmente aquelas dirigidas contra animais, assegurando tratamento institucional mais claro e efetivo.

A proposta explicita que os deveres parentais compreendem não apenas o sustento formal, mas a formação ética, a prevenção da violência e o respeito à vida, reforçando o dever de cuidado também em relação aos animais.

No campo das políticas públicas, o texto incorpora ações educativas voltadas à responsabilidade social, à empatia e à prevenção de comportamentos violentos praticados por adolescentes, com enfrentamento direto da crueldade contra animais.

No âmbito das medidas aplicáveis, esclarece-se que a prestação de serviços à comunidade pode incluir atividades educativas e restaurativas relacionadas à proteção e ao cuidado animal, como resposta proporcional a atos infracionais dessa natureza.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verificação

Avulso do PL 314/2026 [5 de 8]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/26950.00549-47

O projeto também aperfeiçoa os mecanismos de responsabilização dos pais ou responsáveis, com medidas concretas de orientação e sanção administrativa subsidiária em caso de descumprimento reiterado de determinação judicial.

A iniciativa reconhece que a crueldade contra animais praticada por crianças e adolescentes pode ser indicador de problemas mais graves no desenvolvimento emocional e social, muitas vezes associados a contextos de violência doméstica ou negligência familiar. Por essa razão, o projeto não adota postura meramente punitiva, mas estabelece mecanismos de avaliação, orientação e acompanhamento que permitem identificar situações de vulnerabilidade e intervir de forma preventiva e educativa.

O texto também promove importante articulação entre o sistema de justiça da infância e juventude e os órgãos de proteção animal, estimulando programas intersetoriais que integrem políticas públicas de proteção animal, educação ambiental e proteção de crianças e adolescentes. Essa abordagem integrada permite resposta mais efetiva e preventiva, evitando a judicialização desnecessária e promovendo soluções de caráter educativo.

As alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente contemplam ainda a inclusão de novo princípio orientador da aplicação de medidas, estabelecendo a correspondência qualitativa entre a medida socioeducativa e a natureza da ofensa, com priorização de práticas restaurativas voltadas à responsabilização consciente, à reparação dos danos e à restauração das relações sociais.

Diante do exposto, considerando a relevância da matéria para a proteção integral de crianças e adolescentes e a garantia do bem-estar de animais, bem como para a prevenção da violência em suas diversas formas, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 314/2026 [6 de 8]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF

SF/26950.00549-47

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 314/2026 [7 de 8]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990)
 - 8069/90
 - <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
 - art22
 - art129
 - Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98
- <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 315, DE 2026

Altera o art. 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar ao aposentado que contribuiu para plano de saúde coletivo empresarial, o direito de permanência nas mesmas condições assistenciais, quando a aposentadoria ocorrer pelo Regime Geral de Previdência Social, pelo Regime Próprio de Previdência Social ou por regime de previdência complementar privada oferecido pelo empregador, mediante assunção integral do pagamento das mensalidades.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 315/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/26192.08563-01

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera o art. 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar ao aposentado que contribuiu para plano de saúde coletivo empresarial, o direito de permanência nas mesmas condições assistenciais, quando a aposentadoria ocorrer pelo Regime Geral de Previdência Social, pelo Regime Próprio de Previdência Social ou por regime de previdência complementar privada oferecido pelo empregador, mediante assunção integral do pagamento das mensalidades.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“**Art. 31.**

.....

§ 4º Para fins do disposto neste artigo, o direito de permanência do beneficiário no plano privado de assistência à saúde subsistirá quando a aposentadoria ocorrer pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por regime próprio de previdência social ou por regime de previdência complementar privada oferecido pelo empregador no qual houver ocorrido a cessação do vínculo empregatício.

§ 5º Na hipótese de extinção do contrato coletivo empresarial, deverá ser assegurado ao aposentado de que trata o § 4º o direito de portabilidade especial para plano compatível, sem novos períodos de carência, mantidas as mesmas condições assistenciais vigentes durante o vínculo laboral, observado o pagamento integral das

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 315/2026 [2 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

contraprestações e regras de reajuste definidas pela regulamentação aplicável.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta busca conferir maior segurança jurídica ao direito de permanência do aposentado em plano privado de assistência à saúde, mediante aperfeiçoamento do art. 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a inclusão dos §§ 4º e 5º, a fim de regulamentar e ampliar as hipóteses de manutenção do vínculo assistencial após o encerramento da relação empregatícia.

Embora o ordenamento jurídico já assegure a continuidade do beneficiário aposentado em planos coletivos empresariais, a legislação vigente não contempla de forma expressa situações em que a aposentadoria decorre de regime complementar privado oferecido pelo empregador. Na prática, essa lacuna normativa tem gerado interpretações restritivas, judicialização recorrente e insegurança tanto para beneficiários quanto para operadoras, especialmente em contextos de desligamento, portabilidade e extinção de contratos coletivos.

O Projeto de Lei clarifica o alcance da proteção legal ao estabelecer que o direito de permanência se aplica tanto aos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto àqueles que se aposentarem por regime próprio ou por previdência complementar instituída pelo empregador.

Ao mesmo tempo, reforça-se a proteção do consumidor ao prever portabilidade especial ao aposentado no caso de extinção do plano empresarial, sem novos períodos de carência e com manutenção das

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 315/2026 [3 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/26192.08563-01

condições assistenciais preexistentes, respeitado o pagamento integral das contraprestações.

Trata-se de medida de aprimoramento regulatório que promove transparência, previsibilidade e justiça contratual, alinhada aos princípios do Código de Defesa do Consumidor e às diretrizes de proteção ao idoso, garantindo continuidade do cuidado em fase da vida em que a assistência à saúde se torna ainda mais relevante.

Do ponto de vista social, a mudança reduz litígios, previne vulnerabilidades sanitárias e confere tratamento mais isonômico aos trabalhadores que, após anos de contribuição, frequentemente se veem desassistidos justamente quando mais necessitam de cobertura médica. No plano econômico, traz estabilidade ao mercado suplementar ao estabelecer regras claras e mecanismos regulatórios adequados, favorecendo planejamento atuarial adequado e redução de custos derivados de disputas judiciais.

Diante do exposto, a matéria demonstra inequívoco interesse público, promove segurança jurídica e protege a população idosa no acesso continuado à saúde privada. Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verifica

Avulso do PL 315/2026 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde (1998) - 9656/98

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9656>

- art31

Avulso do PL 315/2026 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 329, DE 2026

Altera o art. 147-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aprimorar a tipificação do crime de perseguição (stalking).

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 329/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26654.87449-98

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera o art. 147-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aprimorar a tipificação do crime de perseguição (stalking).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 147-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 147-A. Perseguir alguém, mediante atos reiterados de vigilância, monitoramento, aproximação ou contato insistente não consentido, inclusive por meios digitais ou tecnológicos, capazes de:

I – ameaçar sua integridade física ou psicológica;

II - restringir sua capacidade de locomoção; ou

III – violar ou perturbar, de modo relevante, sua liberdade ou privacidade.

Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

§ 1º Consideram-se reiterados os atos praticados de forma contínua ou sistemática, avaliadas a proximidade temporal, a intensidade da conduta e o impacto concreto na esfera de liberdade ou privacidade da vítima.

§ 2º Incorre na mesma pena quem, por ato único de elevada gravidade, produz efeito equivalente aos descritos nos incisos I a III do caput, demonstrado o comprometimento relevante da integridade psicológica, da liberdade ou da segurança da vítima.

§ 3º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido:

I – contra criança, adolescente ou idoso;

II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino;

III – mediante concurso de duas ou mais pessoas;



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros
Para verifica

Avulso do PL 329/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26654.87449-98

IV – com emprego de arma ou instrumento letal.

§ 4º Se da perseguição resultar risco concreto à integridade física ou psicológica da vítima, a pena será de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 5º Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da vítima, a autoridade judicial determinará, nos termos da legislação processual penal, a aplicação de medidas protetivas ou cautelares adequadas.

§ 6º A ação penal é pública condicionada à representação, salvo nas hipóteses dos §§ 3º e 4º, em que será pública incondicionada.

§ 7º Quando a ameaça, o constrangimento ou outra infração penal constituir mero meio para a prática da perseguição, será absorvida pelo crime previsto neste artigo.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aperfeiçoar a redação do art. 147-A do Código Penal, introduzido pela Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021, que tipificou o crime de perseguição (*stalking*). A iniciativa busca conferir maior densidade normativa ao tipo penal, ampliar a segurança jurídica na sua aplicação e fortalecer a proteção às vítimas, especialmente diante da crescente incidência de perseguições reiteradas em contextos digitais.

A criminalização da perseguição representou avanço relevante na tutela penal da liberdade individual e da integridade psicológica. A experiência de aplicação do dispositivo, contudo, tem evidenciado algumas dificuldades interpretativas decorrentes da amplitude de determinadas expressões utilizadas pelo legislador, como “perseguir”, “de qualquer forma” e “invadir ou perturbar a esfera de liberdade ou privacidade”. Essa abertura excessiva pode resultar em decisões dissonantes, insegurança jurídica e dificuldades na distinção entre condutas penalmente relevantes e meros conflitos interpessoais.

Com o objetivo de enfrentar esse problema, o Projeto promove a densificação do núcleo típico, passando a explicitar que a perseguição se caracteriza por atos reiterados de vigilância, monitoramento, aproximação ou contato insistente não consentido, inclusive por meios digitais ou tecnológicos. Essa reformulação preserva a flexibilidade necessária ao tipo



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros
Para verificação

Avulso do PL 329/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26654.87449-98

penal, mas fornece parâmetros mais objetivos para a atuação dos órgãos de persecução penal e do Poder Judiciário, sem afastar o foco nos efeitos produzidos sobre a vítima, como a ameaça à integridade física ou psicológica, a restrição da locomoção ou a violação relevante da liberdade ou da privacidade.

Outro ponto sensível diz respeito à exigência de reiteração da conduta, elemento essencial do crime de perseguição, mas que atualmente carece de parâmetros legais mínimos. A ausência de diretrizes tem gerado interpretações divergentes quanto à caracterização da habitualidade, com impacto direto na efetividade da tutela penal. O Projeto, sem adotar critérios numéricos rígidos, introduz parâmetros orientadores para a aferição da reiteração, considerando a continuidade ou sistematicidade dos atos, a proximidade temporal, a intensidade da conduta e o impacto concreto sobre a esfera de liberdade ou privacidade da vítima.

A proposta também busca suprir lacuna existente na legislação atual ao prever hipótese em que um único ato, pela sua excepcional gravidade, seja capaz de produzir efeitos equivalentes aos da perseguição reiterada. Em determinadas situações, uma única conduta altamente invasiva pode causar comprometimento relevante da integridade psicológica, da liberdade ou da segurança da vítima, não sendo razoável excluir tais hipóteses da tutela penal específica apenas pela ausência de repetição formal.

Ademais, embora o texto vigente admita a prática do crime “por qualquer meio”, a realidade contemporânea demonstra que a perseguição por meios digitais apresenta características próprias, como anonimato, multiplicidade de perfis e ampla difusão de informações, que intensificam o potencial lesivo da conduta. A menção expressa aos meios digitais e tecnológicos tem caráter meramente exemplificativo e visa orientar a interpretação do tipo penal, sem engessá-lo ou limitar sua aplicação a tecnologias específicas.

O Projeto propõe, ainda, a criação de forma qualificada do crime de perseguição nos casos em que a conduta resulte em risco concreto à integridade física ou psicológica da vítima. A previsão de pena mais elevada nessas hipóteses busca assegurar proporcionalidade na resposta penal e permitir distinção clara entre situações de menor gravidade e aquelas que apresentam elevado potencial de escalada para crimes mais graves.

A inclusão de parágrafo que explicita o dever de determinação de medidas protetivas de urgência, quando verificada a existência de risco atual



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros
Para verifica

Avulso do PL 329/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26654.87449-98

ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da vítima, tem por finalidade reforçar a dimensão preventiva do crime de perseguição e assegurar resposta estatal imediata diante de situações de perigo concreto. A experiência prática demonstra que o stalking, embora nem sempre envolva violência física inicial, frequentemente apresenta dinâmica de escalada, podendo evoluir para agressões graves ou mesmo para a supressão da vida da vítima.

No tocante à ação penal, mantém-se a regra geral da ação pública condicionada à representação, mas estabelece-se a ação penal pública incondicionada nas hipóteses qualificadas ou majoradas. Essa alteração visa superar obstáculos à persecução penal em contextos de medo, coação ou assimetria de poder, especialmente em relações íntimas ou de dependência, garantindo maior efetividade da tutela penal nos casos de maior gravidade.

Por fim, o Projeto esclarece a relação do crime de perseguição com infrações penais conexas, estabelecendo que a ameaça, o constrangimento ou outra infração penal que constitua mero meio para a prática da perseguição será absorvida pelo crime previsto no art. 147-A. Essa previsão contribui para a coerência do sistema penal e reduz controvérsias desnecessárias sobre concurso de crimes.

Em síntese, as alterações propostas não ampliam de forma indiscriminada a intervenção penal, mas buscam aperfeiçoar a técnica legislativa, reforçar a segurança jurídica e aprimorar a proteção às vítimas de perseguição, em consonância com a evolução da jurisprudência e com as transformações sociais e tecnológicas contemporâneas. Diante disso, entende-se que o Projeto de Lei contribui de forma relevante para o aprimoramento do sistema penal brasileiro, merecendo a apreciação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros
Para verifica

Avulso do PL 329/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>

- art147-1

- Lei nº 14.132, de 31 de Março de 2021 - LEI-14132-2021-03-31 - 14132/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14132>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2026

Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir, em caráter excepcional, a violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, como hipótese de aplicação da medida de internação.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 356/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/26545.36581-10

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir, em caráter excepcional, a violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, como hipótese de aplicação da medida de internação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 122 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou mediante violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, nos termos da legislação penal e ambiental;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa aperfeiçoar o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de permitir, em hipóteses excepcionais e rigorosamente qualificadas, a aplicação da medida de internação quando o ato infracional envolver violência grave contra animal, desde que caracterizada por crueldade extrema ou por potencial concreto de causar lesão grave ou morte.

A alteração proposta não banaliza nem amplia indevidamente o cabimento da internação, preservando seu caráter excepcional, conforme reiteradamente afirmado pela doutrina e pela jurisprudência. Ao contrário,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru
Para verificação

Avulso do PL 356/2026 [2 de 5]



estabelece critérios objetivos e restritivos, compatíveis com os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da proteção integral, que regem o sistema socioeducativo.

A violência extrema contra animais, especialmente quando praticada de forma dolosa e cruel, revela traços relevantes de periculosidade social, desvio grave de empatia e potencial risco de escalada para outras formas de violência, inclusive contra pessoas. Não se trata de equiparar juridicamente a proteção de animais à da pessoa humana, mas de reconhecer que determinadas condutas ultrapassam o mero ilícito ambiental, assumindo contornos de violência socialmente intolerável.

Casos recentes amplamente divulgados pela imprensa, como o do cachorro “Orelha”, brutalmente agredido e mutilado por um grupo de adolescentes, causaram profunda comoção social e evidenciaram a gravidade que determinados atos de crueldade animal podem alcançar. Episódios dessa natureza demonstram que há situações em que a resposta estatal não pode se limitar a medidas em meio aberto, sob pena de esvaziar a função pedagógica, protetiva e preventiva do sistema socioeducativo.

A proposta também se harmoniza com o art. 225, §1º, VII, da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de proteger a fauna e vedar práticas que submetam os animais à crueldade, bem como com a Lei nº 9.605/1998, que tipifica penalmente os maus-tratos em hipóteses qualificadas.

Ao condicionar o cabimento da internação à violência grave, qualificada por crueldade extrema ou risco concreto de morte ou lesão grave, a redação evita interpretações expansivas, afasta a incidência em situações fronteiriças ou de menor gravidade e assegura ao Poder Judiciário um parâmetro claro para fundamentação das decisões.

Trata-se, portanto, de medida pontual, proporcional e juridicamente responsável, que fortalece a coerência do sistema de proteção integral, responde a demandas sociais legítimas e resiste a questionamentos de constitucionalidade, sem comprometer a lógica pedagógica do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, peço o apoio das Senadoras e dos Senadores para aprovarmos este importante avanço na legislação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru
Para verifica

Avulso do PL 356/2026 [3 de 5]



Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru
Para verifica

Avulso do PL 356/2026 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990)
- 8069/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- art122_cpt_inc1
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 2026

Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para dispor sobre o reconhecimento da deficiência auditiva para os efeitos que especifica.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PSB/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 16/2026 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2026

Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para dispor sobre o reconhecimento da deficiência auditiva para os efeitos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para dispor sobre o reconhecimento da deficiência auditiva.

Art. 2º O art. 150 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 150.**

II – deficiência auditiva, nos termos da Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023.

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificação

Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Avulso do PLP 16/2026 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, cria condições tributárias específicas para alguns produtos destinados a pessoas com deficiência auditiva, ou que forem adquiridos por elas.

Para esses efeitos, seu art. 150, inciso II, admite como pessoa com deficiência auditiva apenas aquela que tiver perda bilateral, parcial ou total, conforme os parâmetros que especifica.

Ocorre que a Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, que a precede, já reconhecia também a perda unilateral total como deficiência auditiva.

Trata-se, obviamente, de lapso durante a elaboração da norma, que temos agora a oportunidade de sanar, mantendo, assim, a coerência entre as normas que tratam do mesmo objeto.

O presente Projeto de Lei corrige um equívoco simples, mas capaz de gerar prejuízos para as pessoas com surdez unilateral no que diz respeito a direitos já conquistados em legislação anterior.

Por essas razões, solicito o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO ARNS
PSB-PR

2



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br
Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verifica

Avulso do PLP 16/2026 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>

- art150

- Lei nº 14.768, de 22 de Dezembro de 2023 - LEI-14768-2023-12-22 - 14768/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14768>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2026

Requer informações ao Senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 56/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/26350.09975-85 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal.

Senhor Ministro,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal.

O Governo Federal anunciou recentemente, durante o 14º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Salvador (BA), um pacote de medidas voltado à reforma agrária que totaliza R\$ 2,7 bilhões. O plano prevê a obtenção de 14 imóveis rurais e a criação de novos assentamentos nos estados de São Paulo, Bahia, Pará, Pernambuco, Sergipe e Maranhão, com o objetivo de assentar mais de 6,3 mil famílias. Tudo foi anunciado por meio da publicação de 7 Portarias do Incra (nº 1.605 a 1.611/2026) e 7 Decretos presidenciais (nº 12.827 a 12.833/2026), na qual declaram imóveis rurais de interesse social para fins de desapropriação.

Avulso do RQS 56/2026 [2 de 5]



Este movimento ocorre em um contexto de reaproximação política entre o Palácio do Planalto e o MST, gerando preocupações no setor produtivo quanto à segurança jurídica e ao potencial estímulo a novas invasões de terra.

Em 2025 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realizou com clareza e profundidade a avaliação da política do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de acordo com o Requerimento nº 11, de 2025, que Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Como encaminhamento, o relatório final ressaltou ser imprescindível que a política volte seu foco para as famílias já assentadas, garantindo-lhes condições dignas de permanência, titulação definitiva, capacidade produtiva e acesso a mercados, antes de avançar em novos ciclos de criação de assentamentos. O reequilíbrio entre as etapas do programa deve ser acompanhado de uma profunda revisão da governança fundiária, da modernização dos sistemas de informação, da articulação federativa e da transparência na gestão patrimonial. Em auditorias e relatórios realizados pelo Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU apontaram graves irregularidades cadastrais, falhas de governança informacional e riscos de desvio de finalidade.

Diante do exposto, solicitamos as seguintes informações sobre a destinação desses recursos para obtenção de novas terras para a reforma agrária:

1. Diante do anúncio de recursos na ordem de R\$ 2,7 bilhões, solicita-se o cronograma físico-financeiro para a aplicação dessa verba e quais rubricas orçamentárias darão suporte ao montante. Evidenciar os impactos orçamentários com as desapropriações propostas nos 7 Decretos;
2. O pacote que o governo propõe mistura atos com decretos de desapropriações com portarias com ajustes cadastrais de assentamentos já existentes do Incra. Como diferenciar o número de famílias atendidas que serão provenientes de novos



- assentamentos das já existentes nos projetos de assentamentos que tiveram os dados atualizados;
3. Quais critérios técnicos foram utilizados para a desapropriação das propriedades mencionadas nos estados de São Paulo, Bahia, Pará, Pernambuco, Sergipe e Maranhão;
 4. Considerando que o anúncio ocorreu durante o encontro nacional de um movimento social que frequentemente utiliza a ocupação de terras como forma de pressão, como o Ministério pretende garantir que tais medidas não incentivem novas invasões de propriedades produtivas, ferindo o direito de propriedade;
 5. O próprio Governo Federal admitiu dificuldades na estrutura do INCRA para a realização de assentamentos. De que forma o órgão será aparelhado para gerir esse novo volume de recursos e processos de desapropriação sem incorrer em erros técnicos, como os já observados em outras regiões;
 6. Houve diálogo prévio com as frentes representativas do agronegócio no Congresso Nacional para avaliar o impacto dessas desapropriações na produtividade regional das áreas afetadas.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Governo Federal anunciou, durante o 14º Encontro Nacional do MST em Salvador (BA), um robusto pacote de medidas visando atender demandas de movimentos sociais. O anúncio inclui a compra de 7 imóveis rurais, a desapropriação de outras 7 propriedades e a criação de 12 projetos de assentamento para atender mais de 6,3 mil famílias.

Embora o governo defenda que tais medidas buscam resolver "conflitos antigos", há uma nítida preocupação por parte da frente do agronegócio. O estreitamento de laços em ano eleitoral e a aceleração de desapropriações



podem gerar instabilidade no campo e insegurança jurídica para produtores que contribuem para o desenvolvimento econômico do país.

É imperativo que o Estado brasileiro atue com transparência, assegurando que a reforma agrária ocorra dentro dos ditames legais, respeitando a propriedade privada e sem ceder a pressões que utilizem métodos de ocupação irregular.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2026.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)



Requerimento nº 56, de 2026, do Senador Jaime Bagattoli, solicitando informações ao Senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2026

Requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre a assistência às pessoas com acondroplasia no âmbito do SUS, incluindo diretrizes clínicas, linhas de cuidado e avaliação de tecnologias em saúde.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 57/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/26075.54529-09 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas à assistência às pessoas com acondroplasia no âmbito do SUS, incluindo diretrizes clínicas, linhas de cuidado e avaliação de tecnologias em saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas à assistência às pessoas com acondroplasia no âmbito do SUS, incluindo diretrizes clínicas, linhas de cuidado e avaliação de tecnologias em saúde.

Nesses termos, requisita-se:

I – Política assistencial e organização do cuidado

1. Quais ações, programas e serviços integram atualmente a atenção à saúde das pessoas com acondroplasia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, considerando atenção básica, especializada e hospitalar?

2. Existem centros de referência ou fluxos assistenciais formalmente instituídos para o acompanhamento multiprofissional desses pacientes? Em caso afirmativo, indicar sua distribuição territorial.



3. Há diretrizes nacionais que orientem o acompanhamento de crianças, adolescentes e adultos com acondroplasia, especialmente quanto à prevenção e ao manejo de complicações ortopédicas, neurológicas e respiratórias?

II – Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)

1. O Ministério da Saúde dispõe, atualmente, de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) específico para acondroplasia?

2. Em caso negativo, há estudos, grupos técnicos ou iniciativas em curso voltadas à elaboração de PCDT ou de diretrizes nacionais formais para essa condição?

3. De que forma o Ministério avalia a importância do PCDT como instrumento para garantir equidade, padronização do cuidado e redução da judicialização em doenças raras como a acondroplasia?

III – Avaliação de tecnologias em saúde

1. No âmbito da avaliação de tecnologias em saúde conduzida pela CONITEC, quais alternativas terapêuticas têm sido analisadas para o manejo clínico da acondroplasia, considerando diferentes fases do desenvolvimento do paciente?

2. Entre as tecnologias avaliadas, o medicamento “vosoritida” tem sido analisado como possível componente terapêutico em linha de cuidado estruturada?

3. Caso positivo, de que forma a eventual incorporação dessa tecnologia é discutida em articulação com a elaboração de PCDT, critérios clínicos objetivos e acompanhamento especializado?

IV – Avaliação econômica, sustentabilidade e equidade

1. Quais parâmetros são considerados na avaliação econômica de tecnologias voltadas a doenças raras, especialmente quanto à relação custo-efetividade, impacto orçamentário e população-alvo restrita?



2. Foram analisados cenários de implementação que conciliem sustentabilidade do SUS e acesso equitativo, como critérios clínicos bem definidos, acompanhamento em centros de referência ou modelos faseados de adoção?

V – Judicialização, transparência e participação social

1. O Ministério da Saúde dispõe de estudos ou estimativas sobre a judicialização relacionada à acondroplasia e à ausência de terapias específicas no SUS?

2. Quais mecanismos de participação social e escuta qualificada de pacientes, familiares e especialistas são utilizados para subsidiar a formulação da política assistencial para essa condição?

JUSTIFICAÇÃO

A acondroplasia é a forma mais comum de nanismo e representa uma condição genética rara que impõe desafios clínicos complexos e permanentes, exigindo acompanhamento multiprofissional e políticas públicas estruturadas. Para além da estatura, trata-se de condição associada a complicações ortopédicas, neurológicas e respiratórias, com impactos diretos na funcionalidade e na qualidade de vida.

Estudos técnico-científicos recentes apontam que “intervenções terapêuticas precoces na acondroplasia têm potencial não apenas de aumentar a velocidade de crescimento, mas de reduzir desproporções esqueléticas e complicações secundárias, com reflexos positivos no desenvolvimento funcional e na qualidade de vida ao longo da vida”. Essa evidência reforça a necessidade de o Estado organizar o cuidado de forma integral, planejada e baseada em critérios clínicos objetivos.

Nesse contexto, a elaboração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) assume papel central para garantir equidade, racionalidade no uso de recursos públicos e transparência decisória, especialmente quando



envolvidas tecnologias de alto custo. A análise de alternativas terapêuticas, como a *vosoritida*, deve estar inserida em uma política assistencial mais ampla, evitando abordagens fragmentadas ou centradas exclusivamente em um produto específico.

O presente requerimento busca, portanto, esclarecer como o Ministério da Saúde vem estruturando a assistência às pessoas com acondroplasia, assegurando que eventuais decisões sobre incorporação de tecnologias estejam alinhadas à Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aos princípios constitucionais do SUS e à boa governança pública.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2026.

Senadora Damares Alves



Requerimento nº 57, de 2026, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre a assistência às pessoas com acondroplasia no âmbito do SUS, incluindo diretrizes clínicas, linhas de cuidado e avaliação de tecnologias em saúde.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2026

Requer voto de aplauso à Sra. Júlia Teresa Souza Leite, Delegada titular da Delegacia Seccional de Luís Correia, Estado do Piauí, pela atuação que resultou na prisão do suspeito em grave caso de violência doméstica ocorrido no Município de Luís Correia, na virada do Ano-Novo.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 58/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/26641.74971-84 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Delegada de Polícia Civil Júlia Teresa Souza Leite, titular da Delegacia de Polícia Civil de Luís Correia e da Delegacia Seccional de Luís Correia, Estado do Piauí, pela condução firme, célere e tecnicamente qualificada das investigações preliminares e pela pronta atuação que resultou na prisão do suspeito em grave caso de violência doméstica ocorrido no Município de Luís Correia, na virada do Ano-Novo, episódio de ampla repercussão social que exigiu resposta imediata e coordenada do Estado, com vistas à proteção da vítima, à preservação da ordem pública e ao fortalecimento da confiança social nas instituições de segurança.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Diante de um episódio de elevada sensibilidade social e institucional, a Delegada de Polícia Civil atuou de forma imediata e conduziu a persecução penal no âmbito policial com rigor técnico, clareza decisória e observância ao devido processo legal, assegurando a formalização da ocorrência, a realização das diligências essenciais e a adequada instrução das medidas submetidas ao Poder Judiciário.

Avulso do RQS 58/2026 [2 de 3]



A atuação da Delegacia de Polícia Civil de Luís Correia, sob sua titularidade, possibilitou a rápida identificação do suspeito e a representação pela prisão preventiva, providência deferida e prontamente cumprida, evidenciando eficiência operacional, coordenação institucional e efetividade da resposta estatal diante de crime que atentou contra a dignidade da vítima e mobilizou a sociedade local.

As providências adotadas foram pautadas pela proteção da vítima, pela atenção às garantias legais e pela adequada articulação com os demais órgãos do sistema de justiça e de segurança pública, em consonância com as diretrizes contemporâneas de enfrentamento à violência doméstica e de prevenção da revitimização.

Ao proceder com este voto de louvor, esta Casa Legislativa reconhece atuação funcional marcada por comprometimento institucional, liderança técnica e elevado senso de responsabilidade pública, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos fundamentais, com o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher — tema central da agenda pública nacional — e com o fortalecimento das instituições responsáveis pela preservação da ordem jurídica e da segurança pública.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Apresentado o Requerimento nº 58, de 2026, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso à Sra. Júlia Teresa Souza Leite, Delegada titular da Delegacia Seccional de Luís Correia, Estado do Piauí, pela atuação que resultou na prisão do suspeito em grave caso de violência doméstica ocorrido no Município de Luís Correia, na virada do Ano-Novo.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2026

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rafael de Ávila Pantaleão, membro da Comunidade Evangélica Peniel (CEV Peniel).

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 59/2026 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/26810.70762-15 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Rafael de Ávila Pantaleão, membro da Comunidade Evangélica Peniel (CEV Peniel), aos 38 anos de idade, ocorrido no dia 29 de janeiro de 2026, em Vila Velha, ES, em decorrência de complicações no tratamento de um tumor cerebral, descoberto em outubro do ano passado, bem como a apresentação de condolências a seus pais, Pr. Alcemir Pantaleão e Ir. Eliete Pantaleão, demais familiares e amigos.

JUSTIFICAÇÃO

É com o coração profundamente consternado e um sentimento de perda coletiva que apresentamos este voto de pesar pelo falecimento precoce do jovem Rafael de Ávila Pantaleão, filho do Pastor Alcemir Pantaleão e da irmã Eliete Pantaleão. A notícia de sua partida, divulgada com grande tristeza pela *Comunhão* – portal de notícias das Assembleias de Deus no Brasil – e pela comunidade da CEV Peniel, deixa um vazio imensurável no seio de sua família, da igreja e de todos que tiveram a graça de conhecê-lo.

Ele não era apenas um filho dedicado, mas também um jovem profundamente arraigado na fé e ativo no serviço ao próximo. Como membro da Comunidade Evangélica Peniel (CEV Peniel), era reconhecido como alguém de *“índole bondosa, sempre disposto a ajudar e com um sorriso no rosto”*. Seu trabalho nos

Avulso do RQS 59/2026 [2 de 4]



bastidores, essencial para a comunhão e o louvor coletivo, revelava um caráter humilde, servidor e repleto de amor cristão.

Além de sua dedicação à igreja, Rafael possuía uma trajetória acadêmica e profissional admirável. Bacharel em Direito, formou-se pela Faculdade Novo Milênio (2012) e era advogado inscrito na OAB desde 2013. Concluiu pós-graduação em Direito Tributário (2014) e cursou MBA em Administração Pública. Em sua atuação profissional, acumulou experiências de destaque em diferentes esferas públicas, incluindo o Governo do Estado do Espírito Santo, a Câmara dos Deputados e as Câmaras Municipais de Vitória e Vila Velha, desenvolvendo atividades de assessoramento legislativo, jurídico e administrativo com reconhecida competência e responsabilidade.

A perda de um jovem em plena flor da idade, dotado de tanto potencial, luz e senso de propósito, é uma das provações mais difíceis que uma família e uma comunidade podem enfrentar. A dor que hoje abate o Pastor Alcemir, a irmã Eliete, seus familiares e a igreja pastoreada por eles é uma dor que compartilhamos em espírito de solidariedade cristã. Rafael partiu prematuramente, mas o legado de sua gentileza, seu espírito voluntário, sua formação comprometida com o serviço público e a serenidade de seu sorriso permanecem como testemunho vivo de uma vida que, ainda que breve, foi semeada com amor, competência e dedicação ao Reino de Deus.

Neste momento de luto e saudade, que transcende as paredes da igreja e alcança todos os corações tocados pela história da família Pantaleão, é nosso dever — enquanto comunidade e irmãos na fé — estender nosso mais profundo e sentido abraço de condolências. Que o Deus de toda consolação, o Pai das misericórdias, envolva a família enlutada com Sua paz que excede todo entendimento. Que as preciosas memórias de Rafael e a esperança cristã na ressurreição sirvam de alento e fortaleza para os dias que virão.

Rafael Pantaleão deixa saudades, mas também deixa a inspiração de uma vida que soube servir em silêncio, com alegria, competência e bom ânimo. Seu



nome permanecerá em nossa memória coletiva com profundo carinho, respeito e gratidão.

À família Pantaleão, ao seu pai Pr. Alcemir Pantaleão, à sua mãe Ir. Eliete Pantaleão, à Comunidade da CEV Peniel e a todos os amigos, expressamos nossas mais sinceras, respeitosas e orantes condolências.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2026.

Senador Magno Malta
(PL - ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2026

Requer voto de pesar pelo falecimento da Sra. Karina Sagassa Batista.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 60/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/26066.27080-83 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo recente falecimento da Dra. Karina Sagassa Batista, médica que dedicou sua vida ao cuidado da população do Espírito Santo, particularmente na Grande Vitória, bem como a apresentação de condolências ao seu pai, o Cel. Antônio Carlos Sagassa, e demais familiares e amigos.

JUSTIFICAÇÃO

Com profundo sentimento de pesar e solidariedade, registramos nossa homenagem e nossa dor pelo falecimento da Dra. Karina Sagassa Batista, médica que dedicou sua vida ao cuidado da população do Espírito Santo, particularmente na Grande Vitória. Seu precoce desligamento, na manhã do último domingo (15), deixa um vazio imensurável na comunidade médica, em seus pacientes e em todos que tiveram a honra de conhecê-la.

Formada em Medicina, a Dra. Karina construiu uma trajetória profissional marcada pelo compromisso com a saúde pública. Atuou com dedicação no Hospital Estadual Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves (Himaba), em Vila Velha, onde sua competência e sensibilidade tocaram inúmeras vidas. Posteriormente, levou seus conhecimentos e seu cuidado humanizado para o Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves (HEJSN), na Serra, consolidando-se como uma profissional respeitada e essencial para o sistema de saúde estadual.



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta
Para verifica

Avulso do RQS 60/2026 [2 de 3]



Era filha do coronel da reserva da Polícia Militar, Antônio Carlos Sagassa, ex-comandante-geral da PMES, legado que a conectava a uma tradição familiar de serviço público e dedicação à sociedade capixaba. No entanto, a Dra. Karina brilhou com luz própria, forjando sua identidade através da ciência, do acolhimento e do inestimável serviço de salvar e confortar vidas.

A notícia de sua partida, divulgada com tristeza por veículos de comunicação e confirmada por fontes oficiais, repercutiu com intensidade, demonstrando o impacto de sua pessoa e de seu trabalho. Mais do que uma médica, Karina era uma filha, uma colega, uma profissional cujo sorriso e determinação ficarão registrados na memória de quem a cercava.

Neste momento de luto, nosso voto de pesar se estende, de forma mais contundente, à sua família, em especial ao coronel Sagassa, aos seus amigos, colegas de profissão e a todos os pacientes que encontraram em suas mãos não apenas tratamento, mas também esperança.

Que a justa homenagem prestada por aqueles que a admiravam sirva de consolo. Que seu exemplo de dedicação à Medicina e ao próximo permaneça como um legado inspirador. A sociedade capixaba perde, hoje, uma de suas valorosas filhas. Que descanse em paz.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2026.

Senador Magno Malta
(PL - ES)



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta
Para verifica

Avulso do RQS 60/2026 [3 de 3]



Apresentados os Requerimentos:

- nº 59, de 2026, do Senador Magno Malta, *solicitando o envio de voto de pesar aos pais do Sr. Rafael de Ávila Pantaleão, membro da Comunidade Evangélica Peniel (CEV Peniel), pelo seu falecimento.*

- nº 60, de 2026, do Senador Magno Malta, *solicitando o envio de voto de pesar ao Cel. Antônio Carlos Sagassa, pai da Dra. Karina Sagassa Batista, médica do Espírito Santo, pelo seu falecimento.*

Será encaminhada cópia dos votos nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2026

Requer voto de aplauso ao Sr. Teófilo Hayashi, pelo movimento The Send Brasil 2026.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 61/2026 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/26889.88867-50 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Pr. Teófilo Hayashi, líder espiritual e mobilizador de causas sociais e cristãs que impactam positivamente o país, pela sua relevante contribuição espiritual, social e comunitária, bem como pelo impacto nacional do movimento The Send Brasil 2026, realizado simultaneamente nas cidades de Brasília (DF), Recife (PE), Salvador (BA), Curitiba (PR) e Belo Horizonte (MG), reunindo aproximadamente 300 mil pessoas em mobilização cristã histórica.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A presente homenagem se fundamenta na amplitude social, espiritual e organizacional do evento The Send Brasil 2026 e na reconhecida liderança do Pastor Teófilo Hayashi, figura de destaque no cenário cristão nacional e internacional.

Segundo o G1 / Jornal Nacional (31/01/2026), o The Send 2026 reuniu cerca de 300 mil pessoas em cinco capitais brasileiras — Brasília, Recife, Salvador, Curitiba e Belo Horizonte — configurando-se como uma das maiores mobilizações cristãs do país na atualidade. A reportagem ressaltou que os eventos ocorreram



simultaneamente e atraíram grande público jovem, com forte caráter de chamado missionário, engajamento social e estímulo à participação comunitária (*Fonte: G1*).

O jornal O Globo (31/01/2026) publicou análise destacando que o movimento tem mobilizado multidões em estádios ao redor do país devido ao seu propósito central: convocar cristãos a ações concretas de transformação social, voluntariado, apoio a populações vulneráveis, adoção responsável e engajamento cívico e espiritual (*Fonte: O Globo*). O periódico ressaltou o alcance cultural e social do The Send, classificando o movimento como um dos mais influentes entre a juventude cristã brasileira.

O Portal Leo Dias (01/2026) afirmou que o The Send Brasil 2026 configurou “uma mobilização cristã histórica”, enfatizando o alto número de voluntários e a forte presença de lideranças religiosas engajadas no chamado à responsabilidade social e à transformação comportamental no contexto da fé. Já o Pleno.News (2026), que fez cobertura ao vivo das programações, registrou depoimentos de participantes e organizadores, destacando a atmosfera de unidade, encorajamento e ação cristã prática vivenciada nas diferentes capitais (*Fontes: Portal Leo Dias, Pleno.News*).

Nesse cenário, a liderança do Pastor Teófilo Hayashi se evidencia como elemento fundamental. Conforme dados públicos biográficos (Wikipedia – acesso público), Teófilo Hayashi é pastor, missionário, conferencista, fundador do movimento Dunamis e uma das principais vozes de mobilização cristã contemporânea. Durante anos, Hayashi atuou internacionalmente em iniciativas missionárias, treinamentos de jovens, programas de impacto comunitário e projetos de caráter educacional e espiritual, consolidando atuação marcada pelo incentivo à integridade, ao serviço social, ao voluntariado e ao protagonismo juvenil.

Sua influência se manifesta diretamente na articulação do The Send no Brasil, contribuindo para a formação de redes de apoio, projetos de assistência social, iniciativas de acolhimento e estímulo ao engajamento cidadão em diversas



frentes. Hayashi tem sido responsável por inspirar milhares de jovens a adotar práticas de serviço ao próximo, cuidado comunitário, evangelização responsável e participação ativa em causas humanitárias.

Considerando a repercussão nacional do The Send 2026 — amplamente noticiada pela grande imprensa brasileira — e reconhecendo a importância do Pastor Teófilo Hayashi como líder espiritual e mobilizador de causas sociais e cristãs que impactam positivamente o país, mostra-se plenamente justificada a concessão deste Voto de Louvor no âmbito do Senado Federal.

Diante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2026.

Senador Magno Malta
(PL - ES)



Apresentado o Requerimento nº 61, de 2026, do Senador Magno Malta, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Teófilo Hayashi, pelo movimento The Send Brasil 2026.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2026

Requer informações ao Senhor Sidônio Palmeira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre a contratação da jornalista Giuliana Morrone para atuar na TV Brasil, emissora vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 62/2026 [1 de 7]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira, informações sobre a contratação da jornalista Giuliana Morrone para atuar na TV Brasil, emissora vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira, informações sobre a contratação da jornalista Giuliana Morrone para atuar na TV Brasil, emissora vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual o valor total da remuneração a ser paga à jornalista contratada, discriminando:
 - a. remuneração mensal;
 - b. eventuais gratificações, adicionais, benefícios ou verbas indenizatórias;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves
Para verifica

Avulso do RQS 62/2026 [2 de 7]



c. prazo contratual e valor global estimado do contrato.

2. Qual a natureza jurídica da contratação, esclarecendo:

a. se se trata de vínculo celetista, contrato temporário, cargo em comissão, prestação de serviços ou outra modalidade;

b. o instrumento jurídico utilizado (contrato, portaria, resolução ou ato administrativo equivalente).

3. Quais os critérios técnicos, objetivos e impessoais adotados para a escolha dessa jornalista em específico, indicando:

a. requisitos previamente estabelecidos;

b. qualificações exigidas;

c. eventual processo seletivo, chamamento público ou procedimento comparativo.

4. Houve inexigibilidade de licitação para a referida contratação? Em caso afirmativo, informar/ indicar:

a. quais foram os critérios para justificarem a inexigibilidade.

b. indicar a autoridade competente pela decisão da contratação da jornalista.

c. encaminhar o parecer jurídico prévio e conclusivo acerca da legalidade da inexigibilidade.

d. de que forma foi demonstrada a compatibilidade do preço contratado com os valores de mercado e justificativa para eventual valor superior à média praticada.

e. quais mecanismos de controle interno e de governança foram acionados para mitigar riscos jurídicos e institucionais associados à contratação



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verifica

Avulso do RQS 62/2026 [3 de 7]



direta, inclusive quanto à prevenção de questionamentos por órgãos de controle externo.

5. Houve análise de alternativas internas, tais como:

- a. aproveitamento de profissionais já integrantes do quadro da EBC;
- b. redistribuição de funções ou reaproveitamento de pessoal existente;
- c. comparação de custos entre a contratação realizada e outras soluções possíveis.

6. Quais documentos instruíram a decisão administrativa, especialmente:

- a. nota técnica;
- b. parecer jurídico;
- c. estudo de viabilidade ou análise de custo-benefício;
- d. manifestação da área de governança ou *compliance*, se existente.

7. De que forma foi atendido o dever de transparência ativa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), indicando:

- a. se as informações relativas à contratação e à remuneração estão disponíveis em portal oficial;
- b. em caso negativo, os fundamentos legais para eventual restrição ou omissão.

8. Por quais razões a Administração entendeu ser imprescindível a contratação externa, indicando:

- a. por que profissionais já integrantes do quadro da EBC não foram considerados aptos a desempenhar as funções pretendidas;
- b. se houve levantamento interno de competências;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves
Para verifica

Avulso do RQS 62/2026 [4 de 7]



c. se foi realizada análise de impacto orçamentário e de custo-benefício.

9. Como a contratação se compatibiliza com os princípios constitucionais da Administração Pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), considerando:

- a. o contexto de restrição fiscal;
- b. a obrigação de racionalidade no uso de recursos públicos;
- c. a necessidade de evitar personalizações indevidas na comunicação pública estatal.

10. Houve avaliação formal quanto à existência de potencial conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813/2013, especialmente diante da trajetória profissional anterior da contratada e da natureza estratégica da função exercida?

JUSTIFICAÇÃO

O governo federal anunciou a contratação da jornalista Giuliana Morrone para atuar na TV Brasil, emissora vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), circunstância que impõe o legítimo exercício do controle parlamentar quanto à regularidade, à motivação e à economicidade do ato administrativo praticado.

A comunicação pública estatal não se confunde com comunicação governamental, estratégia de mercado ou busca de audiência por meio da personalização de seus quadros. Trata-se de atividade financiada pela sociedade brasileira, cuja finalidade institucional deve estar orientada à prestação de informação de interesse público, plural, impessoal e tecnicamente qualificada, observados, de forma estrita, os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves
Para verifica

Avulso do RQS 62/2026 [5 de 7]



Nesse contexto, causa especial estranhamento a opção reiterada pela contratação de profissionais amplamente conhecidos do grande público, oriundos de emissoras privadas de grande alcance nacional, a exemplo de contratações anteriores realizadas no âmbito da própria EBC, como a da apresentadora Cissa Guimarães e dos jornalistas Juca Kfoury e José Trajano.

Tal prática suscita questionamento legítimo acerca da real necessidade administrativa de se recorrer a jornalistas ou comunicadores de elevado grau de notoriedade — presumivelmente associados a custos mais elevados ao erário — quando há quadro técnico próprio na empresa pública e quando a lógica de funcionamento de uma emissora estatal não deve reproduzir critérios típicos do mercado privado de comunicação.

Diante desse cenário, impõe-se esclarecer se a notoriedade prévia da profissional contratada constituiu, direta ou indiretamente, elemento relevante para a decisão administrativa, bem como de que forma tal circunstância se harmoniza com a finalidade institucional da comunicação pública.

Em um contexto de restrições fiscais, reiterados alertas sobre a necessidade de racionalização do gasto público e cobrança social por maior transparência, torna-se ainda mais imprescindível o esclarecimento acerca do valor da remuneração envolvida, dos fundamentos técnicos da contratação e da inexistência de alternativas menos onerosas, de modo a resguardar a credibilidade institucional da EBC e a confiança do cidadão contribuinte.

O presente requerimento limita-se a buscar informações oficiais que permitam ao Senado Federal avaliar, com base em dados concretos, se o ato administrativo observou plenamente os princípios constitucionais e legais que



Assinado eletronicamente, por Sen. Damareo Alves

Para verificação

Avulso do RQS 62/2026 [6 de 7]



regem a Administração Pública, prevenindo riscos institucionais e assegurando o adequado uso dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2026.

Senadora Damares Alves

SF/26642.48591-95 (LexEdit)



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verifica

Avulso do RQS 62/2026 [7 de 7]



Requerimento nº 62, de 2026, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Sidônio Palmeira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre a contratação da jornalista Giuliana Morrone para atuar na TV Brasil, emissora vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2026

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 32 anos de criação da Agência Espacial Brasileira – AEB.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (PSB/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 63/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 30/03/2026, a fim de comemorar os 32 anos de criação da Agência Espacial Brasileira – AEB.

A supracitada Agência é órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), instituído pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo a realização de Sessão Especial do Senado Federal em comemoração aos 32 anos de criação da Agência Espacial Brasileira – AEB, órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), instituído pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994.

Ao longo de mais de três décadas, a AEB tem desempenhado papel estratégico na formulação, coordenação e execução da política espacial brasileira, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do País. Suas atividades impactam diretamente áreas essenciais como telecomunicações, monitoramento ambiental, observação da Terra, defesa, meteorologia, agricultura, planejamento urbano e gestão de riscos e desastres naturais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves e outros
Para verifica

Avulso do RQS 63/2026 [2 de 3]



A Agência também exerce função relevante na promoção da soberania nacional, na inserção do Brasil em cooperações internacionais de alto nível e no estímulo à inovação, à pesquisa científica e à formação de recursos humanos altamente qualificados, fortalecendo o ecossistema espacial brasileiro e sua integração com universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

É oportuno destacar, ainda, que em 2026 também serão completados 20 anos da Missão Centenário, que levou o Astronauta Marcos Pontes, então selecionado pela AEB, em parceria com a Roscosmos (Rússia), à Estação Espacial Internacional (ISS). Naquela oportunidade, o hoje Senador da República tornou-se o primeiro brasileiro, sul-americano e lusófono a ir ao espaço.

Portanto, a celebração dos 32 anos da AEB por meio de Sessão Especial nesta Casa Legislativa representa justo reconhecimento à importância da política espacial para o desenvolvimento sustentável, a autonomia tecnológica e o futuro do Brasil, além de constituir oportunidade para o debate institucional sobre os desafios e perspectivas do setor espacial nacional.

Diante da relevância do tema e da contribuição histórica da Agência Espacial Brasileira ao País, entende-se plenamente justificável a realização da presente Sessão Especial no Senado Federal.

Sala das Sessões, de de .

Senadora Damares Alves



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves e outros
Para verifica

Avulso do RQS 63/2026 [3 de 3]



Término de Prazo



Encerrou-se em 4 de fevereiro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 4.298, de 2024.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vai à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Bruno Bonetti** (S)

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

S/Partido - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PP - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 22 MDB-10 / UNIÃO-5 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 17 PSD-13 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16 PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Bruno Bonetti.	PL / RJ
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO

Rogério Marinho.	PL / RN
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 13 PP-8 / REPUBLICANOS-5

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Margareth Buzetti.	PP / MT
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12 PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitaõ.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

S/Partido - 1

Giordano.	SP
----------------	----

Bloco Parlamentar Democracia.	22
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)
Angelo Coronel* (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
Augusta Brito** (PT-CE)
Beto Faro** (PT-PA)
Bruno Bonetti** (PL-RJ)
Carlos Portinho* (PL-RJ)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)
Cid Gomes* (PSB-CE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
Confúcio Moura* (MDB-RO)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
Dr. Hiran** (PP-RR)
Dra. Eudócia* (PL-AL)
Eduardo Braga* (MDB-AM)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)
Fabiano Contarato* (PT-ES)

Fernando Dueire* (MDB-PE)
Fernando Farias** (MDB-AL)
Flávio Arns* (PSB-PR)
Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
Giordano* (S/Partido-SP)
Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
Humberto Costa* (PT-PE)
Irajá* (PSD-TO)
Ivete da Silveira* (MDB-SC)
Izalci Lucas* (PL-DF)
Jader Barbalho* (MDB-PA)
Jaime Bagattoli** (PL-RO)
Jaques Wagner* (PT-BA)
Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
Jorge Kajuru* (PSB-GO)
Jorge Seif** (PL-SC)
Jussara Lima** (PSD-PI)
Laércio Oliveira** (PP-SE)
Leila Barros* (PDT-DF)
Lucas Barreto* (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze* (PP-RS)
Magno Malta** (PL-ES)
Mara Gabrilli* (PSD-SP)
Marcelo Castro* (MDB-PI)
Marcio Bittar* (PL-AC)
Marcos Rogério* (PL-RO)
Marcos do Val* (PODEMOS-ES)

Margareth Buzetti* (PP-MT)
Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Omar Aziz** (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Otto Alencar** (PSD-BA)
Paulo Paim* (PT-RS)
Plínio Valério* (PSDB-AM)
Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Renan Calheiros* (MDB-AL)
Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Rogério Carvalho* (PT-SE)
Rogerio Marinho** (PL-RN)
Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Teresa Leitão** (PT-PE)
Tereza Cristina** (PP-MS)
Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Wellington Fagundes** (PL-MT)
Weverton* (PDT-MA)
Wilder Moraes** (PL-GO)
Zenaide Maia* (PSD-RN)
Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<div><div>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 22</div><div>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</div><div>.....</div><div>Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (59)</div><div>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85)</div><div>Líder do UNIÃO - 5 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75)</div><div>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</div><div>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57)</div><div>Vice-Líder do PODEMOS Zequinha Marinho (108)</div><div>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</div><div>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 17</div><div>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</div><div>.....</div><div>Líder do PSD - 13 Omar Aziz (13,53)</div><div>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</div><div>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73)</div><div>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</div><div>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</div><div>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</div><div>.....</div><div>Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68)</div><div>Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</div><div>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</div></div>
<div><div>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</div><div>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</div><div>.....</div><div>Líder do PT - 9 Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105,110)</div><div>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (35,64,99,106)</div><div>Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13</div><div>Líder Dr. Hiran - PP (71)</div><div>.....</div><div>Líder do PP - 8 Tereza Cristina (7)</div><div>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</div><div>Líder do REPUBLICANOS - 5 Mecias de Jesus (6,58)</div><div>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</div></div>	<div><div>Maioria</div><div>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</div></div>
<div><div>Minoria</div><div>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</div></div>	<div><div>Bancada Feminina</div><div>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</div></div>	<div><div>Governo</div><div>Líder Jaques Wagner - PT (2)</div><div>Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97,104)</div><div>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105,110) Leila Barros (79)</div></div>
<div><div>Oposição</div><div>Líder</div></div>		



Rogério Marinho - PL (50,70) Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		
---	--	--

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, o Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 1º.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). ([DSF de 24/09/2025, p. 5](#))
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.
Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins
Telefone(s): 6133033490
E-mail: ctcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025 - CPICRIME

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾

RELATOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 17/06/2025
Instalação: 04/11/2025
Prazo final: 14/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,15)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(1,13,20,21)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(1,13,20)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(8,9,11,19)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(8,14,17)	2.
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(3,22)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽³⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(4,16)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,16)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾

- Notas:**
- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO). ([DSF de 21/10/2025, p. 40](#))
 - Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD). ([DSF de 21/10/2025, p. 36](#))
 - Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL). ([DSF de 21/10/2025, p. 37](#))
 - Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 21/10/2025, p. 41](#))
 - Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB). ([DSF de 21/10/2025, p. 39](#))
 - Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2025, p. 38](#))
 - Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB). ([DSF de 22/10/2025, p. 160](#))
 - Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD). ([DSF de 31/10/2025, p. 107](#))
 - Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD). ([DSF de 04/11/2025, p. 52](#))



10. Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB). ([DSF de 04/11/2025, p. 54](#))
11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD). ([DSF de 04/11/2025, p. 53](#))
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira (Of. nº 1/2025-CPICRIME).
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO). ([DSF de 05/11/2025, p. 229](#))
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 228](#))
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB). ([DSF de 05/11/2025, p. 235](#))
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT). ([DSF de 05/11/2025, p. 230](#))
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 231](#))
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP). ([DSF de 06/11/2025, p. 142](#))
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 232](#))
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO). ([DSF de 07/11/2025, p. 47](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 42/2025- GLUNIAO). ([DSF de 13/11/2025, p. 130](#))
22. Em 02.12.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Liberal (Of. nº 36/2025-GLPL). ([DSF de 03/12/2025, p. 107](#))

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjuntas: Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres

E-mail: cpicrime@senado.leg.br



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIADULT

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (S/Partido-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,19)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimaraes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,32)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,27)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))



10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLDEM). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLDEM). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contrato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
 6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (S/Partido-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,12,40)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,12,40)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 23)
2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). (DSF de 19/02/2025, p. 15)
4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))

37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))

39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))

40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,13,21)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLREDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (S/Partido-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,28)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))

11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))

12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))

13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))

14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))

15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))

16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sérgio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sérgio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
VAGO ^(4,20,21,25)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,24)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 30\)](#)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)

3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). [\(DSF de 20/02/2025, p. 192\)](#)

4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)

6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)

7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)

9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)

10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). [\(DSF de 21/03/2025, p. 19\)](#)

11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). [\(DSF de 25/03/2025, p. 20\)](#)

12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEMO). [\(DSF de 14/05/2025, p. 88\)](#)



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 30.01.2026, o Senador José Lacerda deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (S/Partido-SP) ^(1,11,12)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,26)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 31\)](#)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). [\(DSF de 20/02/2025, p. 218\)](#)

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. VAGO ^(17,24)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(22,23,25)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))

7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))

12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))

13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLI/GLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. VAGO (8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 35)
 2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)
 3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)
 4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)
 5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)
 6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)
 7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 219)
 8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM). (DSF de 07/10/2025, p. 52)
 9. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (S/Partido-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

- Notas:**
- Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA). ([DSF de 30/04/2025, p. 155](#))
 - Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA). ([DSF de 07/05/2025, p. 122](#))
 - Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA). ([DSF de 07/05/2025, p. 121](#))
 - Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30). ([DSF de 09/05/2025, p. 36](#))

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 34)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 1)

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). (DSF de 19/02/2025, p. 17)

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 9)

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 20)

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). (DSF de 20/02/2025, p. 203)

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). (DSF de 04/07/2025, p. 13)

10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). (DSF de 31/10/2025, p. 108)

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
VAGO ^(2,16,17)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

6. Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.

8. Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))

9. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

10. Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))

11. Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.

12. Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))

13. Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))

14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))

15. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))

16. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))

17. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))



Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



21) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



22) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal
José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação
João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco
Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho
Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor
Bárbara Panseri - Fundação Lemann
Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
Márcia Ferri - Instituto Natura



30) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



33) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



34) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

